

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**A INTERVENÇÃO EDUCATIVA E FORMATIVA DE UMA JUNTA DE  
FREGUESIA: O CASO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS**

**Andreia Isabel Rodrigues Santos**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**Área de Especialidade em Administração Educacional**

**Relatório de Estágio**

**Orientado pela Prof<sup>a</sup> Doutora Clara Freire da Cruz**

**2016**



## **AGRADECIMENTOS**

O presente relatório de estágio é o culminar de um percurso académico composto por várias fases, as quais foram ultrapassadas com o apoio de várias pessoas que se revelaram fundamentais ao longo de todo o percurso.

Agradeço à minha orientadora, professora Doutora Clara Freire da Cruz que acompanhou o meu percurso e me transmitiu as suas orientações e ensinamentos com dedicação e paciência.

Agradeço aos meus pais e irmãos, por todo o apoio e encorajamento transmitido ao longo de todo o percurso académico.

Agradeço aos meus colegas e amigos, Marco, Bruna, Erica e Paula pela amizade, apoio e motivação, e por todas as palavras de incentivo que foram essenciais em fases mais difíceis de ultrapassar.

Agradeço ao Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Odivelas pelo apoio e simpatia com que me acolheram ao longo de todo o período de estágio e ao presidente da Junta de Freguesia pela disponibilidade e a oportunidade que me deu ao aceitar o meu estágio.

Por fim, um agradecimento especial ao Ricardo por toda a paciência que teve comigo em dias mais difíceis de gerir e pelo apoio e incentivo fundamental para a finalização deste trabalho. Obrigado por estares ao meu lado nesta importante etapa da minha vida.

A todos, o meu profundo agradecimento!

## RESUMO

O relatório de estágio “A Intervenção educativa e formativa de uma junta de freguesia: o caso da Junta de Freguesia de Odivelas” apresenta o estágio curricular desenvolvido no Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Odivelas, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação na área de especialização em Administração Educacional.

O relatório analisa as políticas de descentralização e territorialização da educação em Portugal, a crescente intervenção das autarquias no campo educativo e formativo e os pressupostos da educação e formação ao longo da vida, enquanto área estratégica de intervenção da cidade de Odivelas, a qual se assume como cidade educadora.

O relatório faz uma caracterização da freguesia de Odivelas, no que se refere a características da população, prosseguindo de forma mais específica para a caracterização da intervenção do Gabinete de Inserção profissional (GIP). Descreve e analisa as principais atividades desenvolvidas pela estagiária, organizadas em quatro grandes áreas de intervenção: documentos estruturantes da autarquia/freguesia de Odivelas; projetos no campo educativo/formativo e social, promovidos pelo Gabinete de Assuntos Sociais (GAS) e pelo GIP; construção de uma atividade de educação e formação ao longo da vida; apoio aos serviços do GIP.

Finalmente, o relatório integra uma investigação de pequena escala sobre a intervenção de um serviço de GIP disponibilizado pela Junta de Freguesia de Odivelas (JFO). O estudo demonstra a importância que a junta de freguesia atribui ao desenvolvimento de estratégias educativas e formativas enquanto resposta a necessidades sociais da sua população. Os resultados da investigação permitem compreender os motivos que levaram à criação do GIP, os papéis variados que a JFO desempenha de forma a garantir a continuidade dos serviços do gabinete e a importância que as iniciativas de apoio e orientação dos desempregados têm sobre o desenvolvimento de competências profissionais, num contexto de melhoria da empregabilidade.

**Palavras-chave:** Descentralização, territorialização, regulação da educação, autarquias, junta de freguesia, educação e formação ao longo da vida

## ABSTRACT

The report “The educational and training intervention of a parish council: the case of Odivelas parish council” describes the work developed in the Office for Professional Integration, in Odivelas parish council, within the scope of the master's degree in Educational Science, specialization of in Educational Administration.

The report analyzes the Portuguese policies in the field of education regarding decentralization and territorialization: the increasing intervention of municipalities in education and training and the assumption of education and lifelong training, as a strategic area for intervention in a city which assumes the role of an educating city: Odivelas.

The report provides a characterization of the Odivelas parish council, regarding its population's characteristics, specifically stating the characterization of the intervention of Office for Professional Integration (OPI). It describes and analyzes the main activities developed by the intern, and organized in the four main areas of intervention: structuring documents of Odivelas parish council; projects in the educational/training and social field promoted by the Social Affairs Cabinet and OPI; educational activity building and lifelong training; supported by the OPI services.

Finally, the report includes a small-scale research project about the intervention of an OPI service provided by the Odivelas parish council (OPC). The study shows the importance given to the educational and training strategies by the parish council as a response to the social needs of the population. The research results made it possible to understand the reasons for the creation of the OPI, along with the different roles that the OPC performs in order to ensure the continuity of the cabinet services and the importance that the support and guidance initiative for the unemployed have on the professional skills development in terms of improving employability.

**Key-words:** Decentralization; Territorialization; Education Regulation, Municipalities; Parish Council; Education and lifelong Training.

## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO .....	ii
ABSTRACT .....	iii
ÍNDICE GERAL .....	iv
ÍNDICE DE ANEXOS (CD-ROM) .....	vi
ÍNDICE DE QUADROS.....	vii
ÍNDICE DE TABELAS .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	viii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – DESCENTRALIZAÇÃO E REGULAÇÃO LOCAL DA EDUCAÇÃO – A INTERVENÇÃO DAS AUTARQUIAS NO CAMPO EDUCATIVO E FORMATIVO .....	4
1.1    POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PROCESSOS DE REGULAÇÃO LOCAL DA EDUCAÇÃO .....	5
1.2    INTERVENÇÃO DAS AUTARQUIAS NO CAMPO EDUCATIVO E FORMATIVO .....	12
1.3    EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA .....	21
CAPÍTULO II – CONTEXTO DO ESTÁGIO CURRICULAR NO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	26
2.1    PROCEDIMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO PARA A CARATERIZAÇÃO DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL E SUA ENVOLVENTE .....	27
2.1.1. Pesquisa documental/ arquivística.....	27
2.1.2. Observação participante .....	29
2.2    O CONTEXTO ENVOLVENTE DA FREGUESIA DE ODIVELAS .....	30
2.2.1    Caracterização do Território.....	30
2.2.2    População, Qualificações e Desemprego .....	35
2.2.3    Caraterização da Junta de Freguesia: Área de Intervenção, Projetos e Estruturas .....	40
2.3    CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: O GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	46
2.3.1    Origem e rede de Gabinetes .....	46

2.3.2	Estrutura e Funcionamento.....	47
CAPÍTULO III – ESTÁGIO NO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL .....		51
3.1	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	52
3.1.1	Atividades relacionadas com a pesquisa e análise de documentos estruturantes da autarquia/freguesia de Odivelas .....	55
3.1.2	Atividades relacionadas com os projetos no campo educativo/formativo e social, promovidos pelo GAS e pelo GIP .....	56
3.1.3	Atividades relacionadas com a construção de uma atividade de educação e formação ao longo da vida .....	61
3.1.4	Atividades relacionadas com o apoio aos serviços do GIP .....	69
CAPÍTULO IV – PROJETO DE INVESTIGAÇÃO.....		72
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	73
4.2	OBJETO DE ESTUDO, OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO E EIXOS DE ANÁLISE .....	76
4.3	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	78
4.3.1.	Tipologia e estratégia de investigação.....	78
4.3.2.	Técnica (s) de recolha/análise de dados .....	79
4.4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO .....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....		100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		103

## ÍNDICE DE ANEXOS (CD-ROM)

<b>Anexo I – Acervo Documental.....</b>	<b>2</b>
1. Inventário geral das notas de campo.....	2
2. Notas de campo.....	5
3. Transcrições das entrevistas.....	71
3.1. Transcrição da entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas.....	71
3.2. Transcrição da entrevista à coordenadora do Gabinete de Inserção Profissional.....	74
3.3. Transcrição da entrevista a desempregado homem.....	77
3.4. Transcrição da entrevista a desempregado mulher.....	80
3.5. Transcrição da entrevista a desempregado jovem.....	84
<b>Anexo II – Guiões/Grelhas/Quadros.....</b>	<b>86</b>
1. <b>Guiões de entrevista.....</b>	<b>86</b>
1.1. Guião de entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas e à coordenadora do Gabinete de Inserção Profissional.....	86
1.2. Guião de entrevista a desempregados frequentadores do Gabinete de Inserção Profissional.....	88
2. <b>Questionários das sessões.....</b>	<b>90</b>
2.1. Questionário sessão I.....	90
2.2. Questionário sessão II.....	91
3. <b>Grelhas de categorização das entrevistas.....</b>	<b>92</b>
3.1. Grelha de categorização da entrevista ao presidente da JFO e à coordenadora do GIP.....	92
3.2. Grelha de categorização das entrevistas aos desempregados e à procura do 1.º emprego.....	95



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Competências autárquicas no campo educativo.....	14
Quadro 2. Atribuições das Freguesias.....	16
Quadro 3. Competências do campo educativo delegadas pela Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia.....	17
Quadro 4. Princípios fundamentais da Carta das Cidades Educadoras.....	22
Quadro 5. Ação estratégica para o Concelho de Odivelas.....	31
Quadro 6. Domínio estratégico transversal para o Concelho de Odivelas.....	32
Quadro 7. Atividades de um GIP.....	49
Quadro 8. Calendarização das atividades de estágio.....	55
Quadro 9. Dimensões de análise e categorias de análise de conteúdo.....	83

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População residente, por Concelho, nos anos 1991, 2001 e 2011.....	36
Tabela 2. População residente, por freguesias do Concelho de Odivelas nos anos 1991, 2001 e 2011.....	36
Tabela 3. Variação da população residente por grupos etários, por freguesias do Concelho de Odivelas entre os anos 2001 e 2011.....	37
Tabela 4. População residente no Concelho de Odivelas por nível de qualificação académica, por freguesias (%), em 2011.....	38
Tabela 5. Condição perante o trabalho da população residente no Concelho de Odivelas, por freguesias (%), em 2011.....	38
Tabela 6. Taxa de desemprego da população residente no Concelho de Odivelas, por freguesias em 2001 e 2011.....	39
Tabela 7. Rede de GIP da Região Centro.....	47

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Organigrama das Autarquias Locais Portuguesas.....	13
Figura 2. Distribuição do Concelho de Odivelas por freguesia e União de Freguesias..	30
Figura 3. Linhas gerais de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas.....	32
Figura 4. Linhas de atuação específicas para a quarta linha estratégica para o Concelho de Odivelas.....	33
Figura 5. Linhas de atuação específicas para a quinta linha estratégica para o Concelho de Odivelas.....	34
Figura 6. Executivo da JFO e respetivas competências.....	40
Figura 7. Estrutura orgânica da JFO.....	41
Figura 8. Projetos educativos/formativos e sociais da JFO.....	42
Figura 9. Gabinetes da JFO ao serviço da população.....	44
Figura 10. Sala de Gabinete do GIP.....	48
Figura 11. Sala de atendimento do GIP.....	48
Figura 12. Composição da equipa do GIP.....	50
Figura 13. Atividades por área de intervenção em contexto de estágio.....	54
Figura 14. Técnicas de recolha e análise de dados para o diagnóstico do projeto.....	80
Figura 15. Atividades do GIP.....	87
Figura 16. Ofertas frequentadas pelos dois desempregados entrevistados.....	89
Figura 17. Slide de apresentação das sessões.....	96

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Nacionalidade dos participantes das sessões.....	95
Gráfico 2. Género dos participantes das sessões.....	95
Gráfico 3. Idade dos participantes das sessões.....	96

Gráfico 4. Escolaridade dos participantes das sessões.....	96
Gráfico 5. Comparação da apreciação global das duas sessões.....	97
Gráfico 6. Comparação da importância das duas sessões.....	98
Gráfico 7. Comparação da correspondência das expectativas nas duas sessões.....	98

## **LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS**

**GAS** – Gabinete de Assuntos Sociais

**GIP** – Gabinete de Inserção Profissional

**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional

**JFO** – Junta de Freguesia de Odivelas

## INTRODUÇÃO

Este relatório foi realizado no âmbito do ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Administração Educacional e visa demonstrar o percurso enquanto estagiária, os conhecimentos adquiridos e as práticas concretizadas na Junta de Freguesia de Odivelas (JFO), mais especificamente no Gabinete de Inserção Profissional (GIP). Esta escolha deveu-se, por um lado ao interesse pelas políticas de descentralização da educação e pela crescente intervenção das autarquias no campo educativo, e por outro à necessidade de conhecer esse modo de intervir junto da comunidade local. Referimo-nos ao papel das Juntas de Freguesia como agentes locais com responsabilidade social, empenhados no desenvolvimento de estratégias educativas e formativas que respondam às necessidades diagnosticadas, e que simultaneamente contribuam para o desenvolvimento do território. Neste contexto, procuramos entender o espaço de intervenção de uma técnica superior de educação numa junta de freguesia, confrontada com a área social, campo de intervenção que vai para além dos campos educativo e formativo que lhe são familiares.

As justificações acima mencionadas explicam não só o interesse pelo tema, mas também as opções tomadas na elaboração do presente relatório de estágio, as opções metodológicas e os referenciais teóricos. O estágio curricular realizou-se na JFO, mais propriamente no GIP, tendo sido realizado na JFO durante os primeiros três meses e no GIP durante cerca dos seguintes cinco meses. Este estágio permitiu-me observar o trabalho desenvolvido no GIP de apoio e de orientação dos desempregados, através do encaminhamento para ofertas de estágio ou cursos, no sentido de desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Através desta experiência foi possível acompanhar o trabalho desenvolvido pelas técnicas superiores, conhecer através do contacto pessoal as pessoas que frequentam o GIP e referenciar a parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e de cooperação com o Centro de Emprego.

Este estágio teve como objetivos principais a transposição dos conhecimentos adquiridos na área para a experiência no local de estágio, através da participação em diferentes atividades. Durante estas atividades privilegiámos o desenvolvimento de

capacidades de síntese, de análise, de reflexão e de competências técnicas, sociais, de comunicação e de trabalho de equipa.

Para a realização do Estágio foram ainda definidas algumas linhas orientadoras. A saber:

- Conhecer as características e as modalidades de funcionamento de uma organização que atua na promoção da empregabilidade – GIP - por meios de estratégias educativas e formativas;
- Experienciar funções enquanto técnica superior de educação, através de atividades desenvolvidas numa junta de freguesia, mais especificamente num gabinete de atendimento e apoio à população;
- Desenvolver um projeto de investigação que esteja de acordo com a experiência vivenciada ao longo do estágio e que faça parte da área de estudos da administração educacional e municipal, de maneira a contribuir com conhecimentos relevantes sobre a ação de uma autarquia local, mais propriamente na intervenção de uma freguesia na inserção ou reinserção no mercado de trabalho de jovens e adultos desempregados.

Para além do interesse já mencionado em abordar temáticas relativas à intervenção da administração local, a nossa motivação para o estudo presente no relatório surge também, por considerarmos que a opção pelo contacto direto com o contexto de uma freguesia poderá ser útil para percebermos a ação dos atores que mais próximos se encontram de um dado território e de uma dada população. Este contacto possibilita conhecer e compreender não só as decisões políticas adotadas pelos atores autárquicos, mas também as estratégias de resolução e apoio aos problemas educativos e formativos da população.

A organização deste relatório de estágio encontra-se dividida em quatro capítulos distintos, sendo eles os seguintes:

## **Capítulo I – Descentralização e Regulação Local da Educação – Intervenção das Autarquias no campo Educativo e Formativo**

Neste primeiro capítulo apresentamos os referenciais teóricos e o quadro conceptual utilizado na construção e redação do presente relatório de estágio. Realizamos uma pesquisa por autores de referência e procedemos a uma leitura sistematizada das suas

investigações relativas às temáticas da descentralização e da territorialização da educação e ainda da intervenção das autarquias no campo educativo e formativo. Este capítulo serve de base de todo o relatório, pois contextualiza a intervenção numa autarquia local, mais propriamente numa freguesia e a pertinência do projeto de investigação.

## **Capítulo II – Contexto do Estágio Curricular no Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**

No segundo capítulo é feita uma descrição dos instrumentos e técnicas utilizadas para a recolha e análise dos dados de caracterização da Junta de Freguesia de Odivelas (JFO) e do GIP. É ainda apresentado todo o enquadramento institucional do estágio curricular, começando pela descrição de alguns aspetos que caracterizam o Concelho de Odivelas, prosseguindo para a caracterização da Junta de Freguesia e terminando caracterizando mais especificamente o GIP.

## **Capítulo III – Estágio no Gabinete de Inserção Profissional**

Neste terceiro capítulo descrevemos e analisamos as atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular na JFO e no GIP, estando as mesmas divididas em duas áreas de intervenção: 1) Atividades realizadas na JFO; 2) Atividades realizadas no GIP.

## **Capítulo IV – Projeto de Investigação**

Neste quarto capítulo, apresentamos o Projeto de Investigação, mencionando as várias etapas da investigação, desde a definição da problemática, os objetivos definidos, a metodologia adotada até aos resultados alcançados na sua elaboração.

Para terminar o relatório, apresentamos ainda as considerações finais, em que é feita uma reflexão final de todos os aspetos que ao longo do percurso de estágio contribuíram para o desenvolvimento de competências enquanto técnica superior de educação, dando especial atenção às atividades desenvolvidas e ao projeto de investigação.

## **CAPÍTULO I – DESCENTRALIZAÇÃO E REGULAÇÃO LOCAL DA EDUCAÇÃO – A INTERVENÇÃO DAS AUTARQUIAS NO CAMPO EDUCATIVO E FORMATIVO**

No presente capítulo apresentamos os referenciais teóricos e o quadro conceptual utilizados na construção e na redação deste relatório de estágio, fazendo referência às políticas de descentralização e territorialização da educação, à intervenção das autarquias no campo educativo e formativo, na perspetiva da educação e da formação ao longo da vida. Abordamos estes referenciais, de forma a perceber o funcionamento de uma junta de freguesia, no caso concreto da Junta de Freguesia de Odivelas (JFO), mais propriamente do seu Gabinete de Inserção Profissional (GIP) no qual é desenvolvido o estágio.

Este primeiro capítulo encontra-se dividido em três subcapítulos que apresentam a seguinte configuração:

Subcapítulo 1. – *Políticas de Descentralização e Territorialização da Educação: Processos de Regulação Local da Educação* – abordamos as políticas de descentralização e territorialização da educação enquanto formas de reorganização do papel do Estado e de redefinição dos seus modos de regulação. A par da agenda política apresentamos a agenda científica, referenciando os principais autores que escrevem sobre o tema em questão.

Subcapítulo 2. – *Intervenção das Autarquias no campo Educativo e Formativo* – descrevemos a intervenção das autarquias no campo educativo, mencionando as competências delegada no local e aquelas que surgiram pelas margens de iniciativa conquistadas.

Subcapítulo 3. – *Educação e Formação ao Longo da Vida* – apresentamos esta temática enquanto área privilegiada de intervenção da cidade de Odivelas, na qual o estágio o desenvolvido.

## 1.1 POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PROCESSOS DE REGULAÇÃO LOCAL DA EDUCAÇÃO

A abordagem da evolução das políticas públicas de educação em Portugal é essencial para uma melhor compreensão das políticas de descentralização e de territorialização, enquanto processos de reorganização do papel do Estado e dos modos de regulação que lhe estão associados.

Entende-se “política pública” como “as intervenções de uma autoridade investida de um poder público e de legitimidade governamental sobre um domínio específico da sociedade ou do território” (Cruz, 2012: 10, citando Thoenig, 2004: 326). Para Afonso (2008: 7) política pública constitui “um processo dinâmico e interativo através do qual são construídos conjuntos articulados de problemas, soluções e estratégias de ação das autoridades públicas, num determinado domínio de intervenção” e por diferentes atores que se encontram em diferentes instâncias.

Neste contexto torna-se necessário contextualizar alguns momentos determinantes das políticas públicas de educação em Portugal, mais especificamente das políticas de descentralização e de territorialização da educação, entendidos como processos de reorganização do papel do Estado na Educação.

O sistema público nacional de ensino surgiu pela ação do Estado, o qual começou por seguir uma governação fortemente centralizada. Perante a sua intervenção na educação obteve a designação de “Estado Educador” devido ao facto de assumir um papel de orientador, provisor e de controlo sobre o funcionamento do sistema de ensino (Barroso, 2013: 15).

Na década de 70, do séc. XX, o papel do Estado enquanto “Estado Educador” passou a ser posto em causa, bem como os seus fundamentos e legitimidade, devido às várias transformações ocorridas a nível mundial, como foi o crescimento do sistema educativo e a sua complexidade. Perante esta crise, que derivou da falta de meios de que o Estado dispunha para resolver os novos problemas e necessidades, fez com que fossem procuradas alternativas, que segundo Barroso (2013: 16) justificam o surgimento de políticas de reorganização e reestruturação do seu papel, por meio do desenvolvimento de processos de descentralização e do surgimento de novos modos de regulação, que preveem uma crescente intervenção dos atores locais na gestão da educação (Barroso,



2013: 16). Passou assim a existir uma transferência de poderes e funções que adveio de uma crise de governabilidade do Estado em gerir o sistema de ensino, crise esta que Barroso (1996b: 9) enquadra na teoria do “Governo sobrecarregado (...)” de Held (1992). Esta teoria tem como fatores “(...) o crescimento exponencial do sistema educativo; a complexidade das situações geradas pela heterogeneidade dos alunos (individual, social e cultural); a “quebra de confiança” na transição entre educação e emprego; as restrições orçamentais decorrentes da crise económica; os disfuncionamentos burocráticos do aparelho administrativo do Estado” (Barroso, 1996b: 9).

Com o crescimento, a complexidade e a diversidade do sistema educativo, o Estado viu a sua ação dificultada na adaptação às necessidades atuais, o que fez com que surgissem algumas políticas de reestruturação do serviço público, como foi o desenvolvimento de processos de descentralização e de territorialização, num contexto em que tanto as autarquias locais, como as escolas e a própria comunidade começaram a ter um papel relevante nos processos de desenvolvimento do local. Estas instâncias locais procuraram, tendo em conta as orientações nacionais, adotar políticas educativas próprias adequadas às necessidades e características do território educativo (Mendes, 2011: 17-18).

Esta mudança não significou um enfraquecimento do papel intervenção do Estado, mas sim “(...) uma partilha deste papel com múltiplas entidades e atores colocados em diferentes escalas da ação pública”, o que correspondeu mais adequadamente a “uma redefinição dos seus modos de ação e ao reequacionamento dos seus processos de regulação” (Cruz, 2012: 17, citando Barroso, 2006: 11). Assistiu-se desta forma, a um “enfraquecimento do uso de estratégias de regulação centradas na produção normativa e no controlo de meios e procedimentos” que deram lugar a estratégias de regulação no que se refere controlo social pelos resultados, resultante das lógicas de ação dos atores locais (Barroso, 2003: 50).

Neste contexto de análise, as políticas de descentralização da educação são compreendidas como modos de reorganização do papel do Estado, formas diversas de regulação da educação. Partindo de uma abordagem geral, Barroso (2005) apresenta o conceito de regulação como sendo “o modo como se ajusta a ação (mecânica, biológica ou social) a determinadas finalidades, traduzidas sob a forma de regras e normas” (Barroso, 2005: 64).

O facto de as regras não poderem prever tudo faz com que as mesmas necessitem de ser interpretadas e adaptadas às situações em causa, e é por isso que “(...) a regulação de um grupo social corresponde, assim, às interações entre os interesses particulares de cada componente do grupo e o interesse comum ou geral do mesmo”. (Barroso, 2005: 66, citando Bauby, 2002: 15). Nos sistemas humanos a regulação atua por meio de “(...) mecanismos de jogos através dos quais os cálculos racionais estratégicos dos atores se encontram integrados em função de um modelo estruturado. Não são os homens que são regulados e estruturados, mas os jogos que lhes são oferecidos” (Barroso, 2005: 66, citando Crozier e Friedberg, 1977: 244).

No que se refere à regulação das políticas e ação pública em educação, a mesma é entendida “(...) como um processo composto por um complexo conjunto de ações e interações, realizadas por múltiplos atores, produzindo a coordenação da ação coletiva na oferta da educação como bem público” (Estela & Afonso, 2009: 1040, citando Afonso (2008: 6).

A recomposição do poder do Estado em Portugal, no domínio da educação é identificada por Barroso (2006: 44) em três diferentes níveis de regulação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. É de realçar a regulação local ou microrregulação local enquanto reajustamento e recontextualização de normas, interesses e particularidades da regulação nacional ao local, pelos atores sociais intervenientes no sistema educativo. Desta forma, a microrregulação é assim entendida por Barroso (2006: 56) como um processo de coordenação da ação dos atores que resulta de complexo jogo de interesses, estratégias e negociações.

Perante a diversidade de modos de regulação nos quais intervêm diferentes atores em diferentes níveis, Barroso (2006: 64) sugere que “mais do que se falar em regulação, dever-se-á falar de multirregulação”. Tendo em conta os processos de multirregulação torna-se necessário compreender de que forma se operacionalizam no local as políticas públicas de educação. Neste contexto, Barroso (2013: 19) menciona o seguinte:

“O local emerge dum complexo jogo de multirregulações caracterizado pelo reforço da regulação transnacional, o hibridismo da regulação nacional, o alargamento da regulação intermédia (desconcentração e descentralização), a emergência de espaços de regulação

resultantes da interdependência das escolas, a diversidade de lógicas na regulação interna das escolas.” (Barroso, 2013: 19).

Desta forma, os processos de descentralização surgiram da constatação da ineficácia do modelo centralizado e da sua inadequação para prever e resolver problemas específicos da comunidade e refletiram-se em políticas que valorizavam a passagem da administração central, para a local. Para Formosinho (2005: 16-17) esta passagem teve como vantagens a eficiência dos serviços, a resposta ao aumento do número de alunos, professores e escolas, a rapidez e flexibilidade de resolução dos problemas e as normas e soluções adequadas ao contexto local. Enquanto para Fernandes (2005: 61) as vantagens são a rapidez do processo de decisão, a adequação das decisões a situações concretas, o envolvimento dos implicados nos processos de decisão e o uso mais eficiente dos recursos educativos e comunitários. Estas políticas de descentralização da educação são compreendidas como formas de reorganização do papel do Estado e dos seus modos de regulação.

A descentralização é assim considerada como “um processo, um percurso, construído social e politicamente por diversos atores, que partilham o desejo de fazer do local um lugar de negociação” (Barroso & Pinhal, 1996: 11). Para Pinhal (2003) a descentralização acontece essencialmente por três razões. A primeira, devido à crescente complexidade dos subsistemas sociais, que torna difícil uma intervenção eficaz do poder central; a segunda à compreensão de que o desenvolvimento requer uma maior participação das comunidades locais; a última devido à maior exigência, reivindicação e intervenção da sociedade moderna que tem cada vez acesso mais facilitado à informação.

As questões ligadas à descentralização tornaram-se dominantes desde os anos 80, do séc. XX, em quase todos os programas políticos, no entanto, os seus efeitos práticos foram reduzidos (Barroso, 2013: 16), pois apesar da aparente união de objetivos, os mesmos foram diversificados ao nível das políticas concretas. Estas políticas vão desde as mais radicais em que o Estado tem uma intervenção mínima e a transferência de competências e recursos para o local é quase total, até às políticas que conservam a centralidade estratégica do Estado e o seu poder de decisão em domínios como são a provisão, a organização e o controlo do sistema público de ensino, transferindo, no

entanto, competências instrumentais de natureza executória para o local (Barroso, 2013: 17).

No que diz respeito à descentralização educativa, a mesma tem em vista cinco objetivos políticos: o desenvolvimento da cooperação entre parceiros e atores educativos; o aprofundamento do exercício da democracia; a entrega da gestão dos seus interesses às comunidades educativas locais; a possibilidade de incrementar projetos educativos locais que tenham em conta o desenvolvimento pessoal e comunitário dos jovens em formação; a colaboração de cooperadores locais nos processos desenvolvidos pelas escolas. Esta descentralização permite a elaboração de parcerias educativas com outros agentes e organizações locais, envolvendo todos os implicados nos processos educativos, de forma potencializar aprendizagens e reforçar a cooperação e responsabilização local (Fernandes, 2005: 72-73).

Desta forma, a descentralização pressupõe a criação de pessoas coletivas públicas, que ao corresponder a “(...) conjuntos de pessoas residentes em determinado território que asseguram a prossecução dos interesses comuns dessas pessoas” se transforma em descentralização territorial. A descentralização territorial pressupõe uma administração autónoma e tem como exemplos as autarquias regionais e locais. (Formosinho, 2005: 47).

A descentralização territorial possui três características, que são elas o facto de reconhecer interesses próprios de uma coletividade humana com identidade própria e interesses comuns, a de implicar a gestão desses interesses por órgãos que são eleitos por membros da coletividade perante os quais respondem, e a última, não estar subordinada hierarquicamente a outro órgão, constituindo uma organização administrativa independente (Fernandes, 2005: 57-58).

Segundo Pinhal (2012: 271), a expressão “território educativo” surge pela primeira vez em Portugal, no final da década de 80, do séc. XX, nos trabalhos preparatórios da reforma do sistema educativo, realizada na sequência da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo. O grupo de trabalho que preparou as propostas relativas à reforma curricular assumiu no relatório que as escolas de uma comunidade deveriam associar-se formando um território educativo, de modo a ultrapassarem os bloqueios financeiros de recursos humanos e materiais, trocando experiências e soluções, associando-se em

projetos e otimizando a utilização dos meios disponíveis. Na sua perspetiva a territorialização deve:

“(…) traduzir-se na existência de políticas educativas de território, que sejam coerentes com os processos de desenvolvimento local, o que implica a participação concertada das autoridades locais, das escolas e de todas as outras organizações locais que agem nos domínios da educação e formação” (Pinhal, 2012: 271-272).

Desta forma, Pinhal (2012: 272-273) defende uma descentralização baseada nos territórios, nas comunidades e “não simplesmente nas escolas uma a uma” e apresenta dois modelos: num primeiro modelo existe a “possibilidade de executar localmente as políticas e as normas nacionais, com a sua eventual adaptação às características locais”; no segundo modelo são construídas “políticas locais, de conceção e execução autónomas, dentro dos limites da intervenção local que tenham sido definidos por lei”. Neste segundo modelo pode ser feita uma descentralização de base comunitária que “propicie a possibilidade de construção de políticas locais” e uma descentralização de base institucional em que se privilegia “cada uma das organizações locais, não atribuindo tanta relevância à existência de políticas coletivas” (Pinhal, 2012: 273). Neste contexto, a territorialização surge enquanto forma política de organização do Estado, que se traduz:

“(…) em políticas educativas de território, que sejam coerentes com os processos de desenvolvimento local, o que implica a participação concertada das autoridades locais, das escolas e de todas as outras organizações locais que agem nos domínios da educação e da formação” (Pinhal, 2004: 2).

Para Barroso (1996b) o conceito de territorialização tem sido utilizado para dar significado “(…) à grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores, no domínio da planificação, formulação e administração das políticas educativas que, de um modo geral, vão no sentido de valorizar a afirmação dos poderes periféricos (...)” (Barroso, 1996b: 10). Perspetiva quatro principais finalidades para a territorialização:

- 1.<sup>a</sup>- contextualizar e localizar as políticas e a ação educativas, implementando a heterogeneidade das formas e das situações;
- 2.<sup>a</sup>- conciliar interesses públicos e interesses privados;
- 3.<sup>a</sup>- fazer com que a ação dos atores passe de uma lógica de submissão a uma lógica de implicação;

4.<sup>a</sup>- passar de uma relação de autoridade de controlo “vertical”, monopolista e hierárquico do Estado, para uma relação negociada e contratual, baseada na desmultiplicação e “horizontalização” dos controlos (Barroso, 1996b: 11-12).

Barroso defende uma perspetiva de territorialização que não ponha em causa o papel do Estado, de assegurador da coesão social no domínio da educação, mas que essa função “se faça no respeito pelas identidades locais (e das suas autonomias) e em parceria com as comunidades locais.” (Barroso, 1996b: 12). Vai mais longe na sua argumentação: “(...) os territórios educativos são definidos indutivamente pelas próprias práticas sociais e institucionais e resultam do esforço de integração (pela discussão, negociação e contrato) dos interesses individuais de diferentes em interesses comuns.” (Barroso, 2013: 21).

Desta forma, para o desenvolvimento de um território deve ser privilegiada a participação e união de toda uma comunidade educativa, que através de uma construção coletiva defina um projeto educativo local que integre os projetos educativos de cada escola. Ao desenvolver e dinamizar estes territórios educativos estamos perante a territorialização das políticas educativas (Mendes, 2011: 18).

Neste contexto analítico, a descentralização e a territorialização da educação, mais do que “um mero processo técnico para assegurar a administração da educação e resolver problemas” (Cruz, 2012: 41), são formas políticas de organização do Estado que envolvem diversos atores que se encontram em diferentes instâncias (nacionais, regionais e locais). Refletem e protagonizam alterações nos modos e formas de regulação da educação, em diferentes escalas de ação pública.

Tanto as políticas de descentralização como as de territorialização contribuem para o reforço do poder local e para o realçar do papel interventivo das autarquias no campo educativo. Importa, agora, compreender a motivação para a atuação das autarquias na educação e as várias formas de intervenção. Assim, no subcapítulo seguinte pretende-se realizar uma análise de todo o contexto histórico da intervenção das autarquias na educação.

## 1.2 INTERVENÇÃO DAS AUTARQUIAS NO CAMPO EDUCATIVO E FORMATIVO

A descentralização caracterizada como um modo de reorganização do papel do Estado contribuiu, por meio da transferência de competências do Estado para as autarquias, para a participação dos cidadãos num contexto de democratização da sociedade e para uma melhor e mais rápida resposta às exigências e necessidades da população.

Na Constituição da República Portuguesa as autarquias locais são identificadas como “pessoas coletivas públicas de base territorial dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (art.º 237, n.º 2). Tanto as atribuições, como a organização e as competências das autarquias e dos seus órgãos são regulados por lei, de acordo com o princípio da descentralização (Mendes, 2011: 12). Por seu turno, a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 reflete as alterações ocorridas, no que diz respeito à transferência de competências da Administração Central para outras instâncias intermédias, procurando envolver no processo de decisão instâncias de âmbito regional e local e principais interessados no sistema educativo. Equaciona a administração do sistema educativo da seguinte forma:

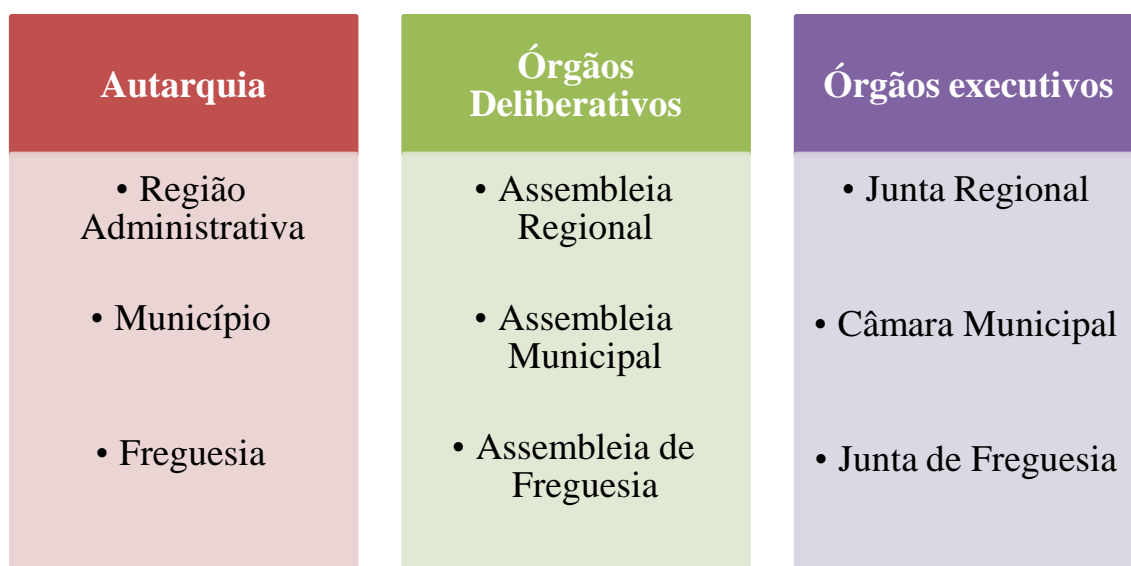
“... o sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional, autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.” (Lei n.º 14/86, de 14 de outubro, art. 43.º, n.º 2).

“... serão da responsabilidade da administração central, designadamente as funções de: b) Coordenação global e avaliação da execução das medidas de política educativa a desenvolver de forma descentralizada ou desconcentrada. (...)” (Lei n.º 14/86, de 14 de outubro, art. 44.º, n.º 1).

“... a nível regional, e com o objetivo de integrar, coordenar e acompanhar a atividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei.” (Lei n.º 14/86, de 14 de outubro, art. 44.º, n.º 2).

Desta forma, as autarquias têm sido a “rede mais capacitada” (Pinhal, 2012: 15) para responder às aspirações e às necessidades dos seus territórios conhecedoras dos seus contextos particulares.

Segundo Pinhal, (2012: 203) e como reafirma Mendes (2011: 13), em Portugal Continental existem três tipos de autarquias locais: o município, a freguesia e a região administrativa (ainda não criadas). Cada uma das autarquias existentes dispõe de um órgão deliberativo e de um órgão executivo. O município tem como órgão deliberativo a Assembleia Municipal e como órgão executivo a Câmara Municipal; a freguesia tem como órgão deliberativo a Assembleia de Freguesia e como órgão executivo a Junta de Freguesia. Destes três tipos, o município é o que maior importância tem, quer em termos de decisão política, quer em termos de meios financeiros.



Fonte: adaptado de Pinhal, 2012: 204

**Figura 1.** Organograma das Autarquias Locais Portuguesas

No seguimento de uma abordagem geral aos dois tipos de autarquias locais existentes em Portugal, torna-se crucial neste trabalho mencionar as suas competências, nos campos educativo e formativo. Entende-se por competência “(...) o conjunto de poderes conferidos por lei (em sentido material) aos órgãos das pessoas coletivas para a prática de atos tendentes à prossecução das suas atribuições.” (Boura, 2015: 13, citando Tavares, 2000: 56).

De forma a obter uma melhor sistematização das competências atribuídas às autarquias, mais especificamente aos municípios, Pinhal (2012: 254) agrupou-as em três domínios: as competências associadas à conceção e planeamento do sistema educativo



local; as competências associadas à construção e gestão de equipamentos e serviços; as competências associadas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos de ensino.

**Quadro 1.** Competências autárquicas no campo educativo

Domínio	Competências	Base Legislativa
<b>Competências associadas à conceção e planeamento do sistema educativo local</b>	Criar os conselhos municipais de educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei n.º 115-A/98</li> <li>• Lei n.º 159/99</li> <li>• D.L. n.º 7/2003 (retificado pelo D.L. n.º 41/2003 e D.L. n.º 6/2012)</li> <li>• Lei n.º 75/2013</li> </ul>
	Elaborar a carta educativa a integrar nos planos municipais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n.º 159/99</li> <li>• D.L. n.º 7/ /2003 (retificado pelo D.L. n.º 41/2003 e D.L. n.º 6/2012)</li> </ul>
	Participar nos concelhos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 75/2008 (retificado pelo D.L. n.º 224/2009 e pelo D.L. n.º 137/2012)</li> </ul>
	Participar na celebração dos contratos de autonomia de escolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 115-A/98</li> <li>• D.L. n.º 7/2003 (retificado pelo D.L. n.º 41/2003 e D.L. n.º 6/2012)</li> </ul>
	Propor e dar parecer sobre a constituição dos Agrupamentos de Escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 115-A/98</li> <li>• D.L. n.º 7/2013 (retificado pelo D.L. n.º 41/2003 e D.L. n.º 6/2012)</li> </ul>
	Implementar o programa Escola a Tempo Inteiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 144/2008</li> <li>• D.L. n.º 55/2009</li> </ul>
	Alargamento da rede de educação pré-escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 5/97</li> <li>• Despacho n.º 9620/2009</li> </ul>
	Delegação de competências das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n.º 75/2003</li> </ul>
<b>Competências associadas à construção e gestão de equipamentos e serviços</b>	Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e as escolas de ensino básico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 147/97</li> <li>• Lei n.º 159/99</li> <li>• D.L. n.º 7/2003 (retificado pelo D.L. n.º 41/2003 e D.L. n.º 6/2012)</li> <li>• Lei n.º 75/2013</li> </ul>
	Gestão do parque escolar do 2.º e 3.º CEB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 144/2008</li> </ul>
	Assegurar a gestão dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e as escolas do ensino básico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 399-A/84</li> <li>• Lei n.º 5/97</li> <li>• Lei n.º 159/99</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 7/2003 (retificado pelo D.L. n.º 41/2003 e D.L. n.º 6/2012)</li> <li>• Despacho n.º 18987/2009</li> <li>• Lei n.º 75/2013</li> </ul>
	Gerir o pessoal não docente do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n.º 5/97</li> <li>• Lei n.º 159/99</li> <li>• D.L. n.º 144/2008</li> <li>• Lei n.º 75/2013</li> </ul>
<b>Competências associadas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos de ensino</b>	Assegurar os transportes escolares do 1.º, 2.º e 3.º CEB e ensino secundário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 299/84</li> <li>• Lei n.º 159/99</li> <li>• Lei n.º 13/2006 (retificada pela Lei n.º 17-A/2006 e D.L. n.º 255/2006)</li> <li>• D.L. n.º 144/2008</li> </ul>
	Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico quando deslocados, obrigatoriamente, da sua área de residência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 399-A/84</li> <li>• Lei n.º 159/99</li> <li>• D.L. n.º 55/2009</li> </ul>
	Comparticipar, no domínio da ação social escolar (ASE), as crianças do pré-escolar e do 1.º, 2.º e 3.º CEB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n.º 5/97</li> <li>• D.L. n.º 399-A/84</li> <li>• Lei n.º 159/99</li> <li>• D.L. n.º 144/2008</li> <li>• D.L. n.º 55/2009</li> <li>• Lei n.º 75/2013</li> </ul>
	Gestão das atividades de enriquecimento curricular (AEC'S)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Despacho n.º 7/2003</li> <li>• D.L. n.º 144/2008</li> <li>• Despacho n.º 9265-B/2013</li> </ul>
	Assegurar o componente de apoio à família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D.L. n.º 144/2008</li> <li>• D.L. n.º 55/2009</li> <li>• Despacho n.º 9265-B/2013</li> </ul>
	Assegurar as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF'S) dos jardins-de-infância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Despacho n.º 9265-B/2013</li> </ul>

Fonte: (Boura, 2015: 14)

No que diz respeito aos municípios, os mesmos têm vindo a ganhar um grande protagonismo devido às tendências descentralizadoras de gestão participada, que têm permitido a construção sustentada de dinâmicas locais. Estas dinâmicas valorizam a educação nas “estratégias de desenvolvimento local” (Pinhal, 2012: 264).

Ao longo do tempo “o âmbito da intervenção municipal na educação tem crescido progressivamente, embora centrado na oferta de recursos, também já apresenta algumas incursões na oferta e organização de prestações educativas” (Fernandes, 2000: 43). Pinhal referencia esta crescente intervenção municipal através do desenvolvimento das margens de iniciativa que vão conquistando, e que lhes vai dando a oportunidade de através da

participação, encontrarem soluções para os problemas existentes e abrir a possibilidade de construção de políticas educativas locais.

A Freguesia, como autarquia local é entendida como pessoa coletiva que dispõe de dois órgãos: a Assembleia de Freguesia, um órgão deliberativo com competências de orientação, regulamentação e fiscalização; a Junta de Freguesia, um órgão executivo de execução permanente dos assuntos aprovados pela Assembleia. A Junta de freguesia é constituída por um presidente e por vogais, sendo que dois deles exercerão as funções de secretário e de tesoureiro. As competências a exercer podem ser próprias ou delegadas (Mendes, 2011: 13).

As freguesias detêm atribuições nos seguintes domínios:

**Quadro 2.** Atribuições das Freguesias

<b>Atribuições das Freguesias</b>	<b>Base Legislativa</b>
a) Equipamento rural e urbano;	<b>Lei n.º 75/2013, Artigo 6.º</b>
b) Abastecimento público;	
c) Educação;	
d) Cultura, tempos livres e desporto;	
e) Cuidados primários de saúde;	
f) Ação social;	
g) Proteção Civil;	
h) Ambiente e salubridade;	
i) Desenvolvimento;	
j) Ordenamento urbano e rural;	
k) Proteção da comunidade.	

De forma específica, no que diz respeito ao domínio da educação, as atribuições das freguesias surgem na Lei n.º 159/99, melhor explicitadas na lei n.º 5-A/2002, como sendo as seguintes:

e) Fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar; l) Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse da Freguesia de natureza social, cultural,

educativa, desportiva, recreativa ou outra; n) Prestar a outras entidades públicas toda a colaboração que lhe for solicitada designadamente em matéria de estatística, desenvolvimento, educação, saúde, ação social, cultura e, em geral, em tudo quanto respeite ao bem-estar das populações.»

A freguesia de Odivelas é um exemplo do desenvolvimento deste tipo de atribuições, nomeadamente de apoio em atividades educativas e formativas e de ação social, através da disponibilização de salas e materiais para cursos e ações de formação e de voluntários para campanhas de solidariedade social, que têm em vista o apoio aos cidadãos necessitados da freguesia. A colaboração com diferentes entidades públicas é também praticada na freguesia de Odivelas, pois é através dela e da parceria com algumas entidades que a freguesia procura responder a algumas das necessidades dos seus cidadãos, como é o caso concreto da parceria com o IEFP. No quadro seguinte, apresentamos as competências das Juntas de Freguesia, em matérias educativas.

**Quadro 3.** Competências do campo educativo delegadas pela Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia

Competências delegadas	Base Legislativa
Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;	<b>Lei n.º 75/2013, Artigo 132.º</b>
Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.	

Apesar das competências dos municípios no campo educativo, segundo Pinhal (2012), ocuparem três tipos de competências, as delegadas nas Juntas de Freguesia podem ser incluídas em apenas um dos tipos: às “competências associadas à construção e gestão de equipamentos e serviços”, mais concretamente, à reparação e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Sendo o campo de atuação da ação social a origem do estudo de investigação do presente relatório, é essencial ter em conta as competências próprias das Juntas de Freguesia no caso concreto da ação social, como são:

«t) Promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto; u) Participar, em colaboração com instituições particulares de

solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social.» (n.º 1 do artigo 16.º da lei n.º 75/2013).

Dentro das suas competências de ação social, a JFO realiza iniciativas de solidariedade social, nas quais promove a recolha de alimentos, roupa e calçado, nomeadamente em épocas da Páscoa e Natal para famílias carenciadas da freguesia de Odivelas. Para além de atuar dentro das suas competências, a JFO vai além das suas margens de iniciativa e apoia as famílias carenciadas (para além do fornecimento de alimentação e bens) através do incentivo à procura de emprego, à promoção de ações de formação e ao encaminhamento para ofertas de estágios, cursos ou emprego dentro da sua experiência ou área de formação.

De uma forma geral, estes dois tipos de autarquias locais, os municípios e as freguesias, têm vindo a desenvolver um conjunto de intervenções que ultrapassam as competências que lhes são atribuídas e que lhes permitem construir políticas educativas e culturas próprias que defendam o bem-público local e o seu desenvolvimento. O exemplo da constituição dos Conselhos Locais de Educação, muito antes da sua obrigatoriedade, envolvendo a participação e a intervenção de diferentes parceiros educativos com o objetivo da “melhoria da oferta educativa local” (Pinhal, 2012: 323) são disso a prova. A construção de projetos com as escolas, o investimento em equipamentos culturais e desportivos ou até o número crescente de serviços autárquicos ligados à educação, à cultura, ao desporto e aos tempos livres foram também tentativas de construção de políticas próprias. Assim, estamos perante a construção de “projetos próprios, demonstrativos de exercício de uma autonomia assumida por conta própria” (Pinhal, 2012: 306).

Muitas destas autarquias seguem os princípios enunciados na Carta Europeia da Autonomia Local: «Dentro dos limites da lei, as autarquias locais têm completa liberdade de iniciativa relativamente a qualquer, que não seja excluída da sua competência ou atribuída a uma outra autoridade,» (artigo 4.º, parágrafo 2). Desta forma, as autarquias locais têm à sua responsabilidade a gestão de uma grande parte dos assuntos públicos, desde que tenham em vista o interesse da população, e não façam parte da responsabilidade do Estado. Neste documento é mencionada a possibilidade de as autarquias locais adaptarem as delegações de poder e de funções a serviços e características

das populações dos respetivos territórios. «Em caso de delegação de poderes por uma autoridade central ou regional, as autarquias locais devem gozar, na medida do possível, de liberdade para adaptar o seu exercício às condições locais.» (artigo 4.º, nos seus parágrafos 4 e 5).

A propósito da intervenção das autarquias locais, na perspetiva da sua adaptação às características e às necessidades das suas populações, Pinhal propõe o conceito – “não competências” – referindo-se às “(...) intervenções desenvolvidas de modo autónomo, que se realizam fora dos domínios das competências próprias (...)” (Pinhal, 2012: 617). É desta forma, pela realização de competências a que não estão obrigados legalmente, ou seja, através do exercício de não competências que os municípios e as freguesias vão conquistando um lugar na comunidade educativa. A intervenção em competências para além do que se encontra legislado deve-se por um lado “à crescente consciência da importância da área da educação para o desenvolvimento das comunidades locais” e por outro, “(...) a alguma insuficiência do Ministério no exercício das suas competências próprias” (Pinhal, 2006: 122-123).

É sobretudo no domínio da educação não formal que têm sido realizados mais projetos destinados a públicos específicos, como é o caso da criação de universidades da terceira idade ou atividades socioculturais, como são os eventos ou as ações de sensibilização destinadas a determinados setores profissionais (Tristão, 2009: 53-54). São essencialmente estes processos educativos e formativos desenvolvidos ao longo da vida que têm alargado a sua intervenção, como é o caso também dos cursos de alfabetização. São realizadas principalmente dinâmicas educativas de natureza não formal em que as “(...) práticas educativas têm vindo a proporcionar oportunidades de aprendizagem para aqueles que, por motivos diversos, não integram os sistemas de ensino tradicional e, enquanto resposta educativa, para superar os problemas não resolvidos através do sistema formal de ensino.” (Marreiros, 2014: 32).

A propósito da passagem da intervenção das autarquias locais do campo das competências, para as não competências, Boura (2015) considera que este processo pode conduzir à construção de políticas educativas locais, por meio da implementação de um plano estratégico de intervenção juntamente com as comunidades (Boura, 2015: 16).

Entenda-se por política educativa local como um “(...) conjunto coerente de programas e de ações orientadas por intenções e metas mais ou menos explícitas” (Pinhal, 2012: 334).

Para que exista uma política educativa local é necessário que exista uma descentralização efetiva e autonomia no sistema educativo, que o âmbito de atuação vá para além das modalidades escolares de formação, que exista uma organização flexível de serviços e projetos, estruturada em rede e de relações contratualizadas e que seja criado um fórum de participação local (Fernandes, 2005: 201). Podemos entender que a criação de uma política educativa local pressupõe a existência de projetos próprios, como é o caso dos “(...) projetos socioeducativos idealizados e executados pelas câmaras municipais, e também por algumas juntas de freguesia, associando na sua execução as escolas e outras organizações educativas locais”. (Pinhal, 2012: 306). Segundo Pinhal (2012: 307), “os projetos socioeducativos constituem um dos melhores exemplos da assunção de uma certa autonomia das autarquias locais em matéria educativa”.

Uma das estratégias de uma política educativa local é a política de educação e formação ao longo da vida realizada no âmbito dos princípios da Cidade Educadora. Para a construção desta política é adotada uma visão estratégica da importância da educação e da formação, enquanto respostas às necessidades e interesses locais, que têm como objetivo o desenvolvimento da comunidade. Desta forma, a intervenção das autarquias nas áreas consideradas de não competências é assumida por algumas delas como uma dupla missão educadora e formadora da cidade.

### 1.3 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

A expressão de “cidade educadora” surgiu na mesma linha da expressão “cidade educativa” criada por Edgar Faure (1977) que se tornou conhecida através do Relatório “Aprender a Ser”, publicado pela UNESCO. Apesar das expressões terem conceitos próximos, o termo cidade educadora possui uma perspetiva mais interventora da cidade que “não se limita a ser apenas recurso pedagógico das escolas, mas pretende constituir-se como agente educativo” (Machado, 2005: 249).

A intervenção de uma cidade no domínio educativo e formativo surge como forma de promoção do desenvolvimento da comunidade e consequentemente do território.

Segundo a filosofia da Cidade Educadora, podemos verificar na relação entre educação e cidade “por um lado, a potencialidade educativa da cidade e, por outro, a escola como um dos seus elementos de educação formal, ao lado de uma pluralidade de instituições, atividades e esforços de carácter formativo intencional ou ocasional” (Andrade, 2010: 28). Assim, a educação deixa de ser apenas responsabilidade “do Estado, da família e da escola, mas também dos municípios, das empresas, associações e de todas as instâncias da sociedade” (Mendes, 2011: 27). No quadro seguinte, apresentamos os princípios da “Cidade Educadora”.



**Quadro 4.** Princípios fundamentais da Carta das Cidades Educadoras

<b>PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS</b>	
<b>Princípios/Categorias</b>	
• Educação para a diversidade/coesão social e a cooperação internacional	• A educação formal e não formal
• Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla – A educação em rede	• A educação permanente e formação ao longo da vida
• Colaboração inter-administrativa	• A educação para a cidadania participativa
• Preservação e difusão da identidade da cidade	• Educação para a informação, cultura e património
• Potencialização do intercâmbio entre cidades	• A educação para a saúde
• Infância e juventude como construtoras da cidade	• A educação para a segurança
• Manutenção da qualidade dos espaços, infraestruturas e serviços	• A educação para o desenvolvimento sustentável e integrado
• Fomento da informação e do associativismo	• A educação e o 3.º Sector
• Integração intergeracional	• Educação/Formação e a (re)inserção no mercado de trabalho
• Qualidade de vida como objetivo	• Município pró-ativo, coordenador e educador

Fonte: Carta das Cidades educadoras, 2001 e 2004 e “A cidade Educadora – Nova perspetiva de Organização e Intervenção Municipal” (Caballo, 2001:23) – adaptado por Santos (2009:28).

A importância atribuída à intervenção no campo educativo e formativo vem desde os anos 70, do séc. XX de um relatório da Unesco intitulado “aprender a ser” do termo de “educação permanente” como uma maneira de promover um processo educativo que acompanhasse a pessoa ao longo do seu ciclo vital e que desta forma contribuísse para a sua construção (Canário, 2003: 192).

Uma cidade enquanto cidade educadora deve procurar oferecer formações profissionais que vão de acordo “(...) às tendências evolutivas ao mundo do trabalho local e global”, pois com a “(...) revolução tecnológica, já não se trata de uma contínua atualização de conhecimentos ou técnicas dentro de uma mesma atividade profissional, mas da aquisição de novas competências para atividades profissionais diferentes” (Pinto, 2004: 153-154). Esta “Era do Conhecimento” transversal a múltiplos sectores, nomeadamente à economia e ao trabalho, experimentada entre as décadas de 70 a 90 do séc. XX, fez com que se passasse do termo “educação permanente”, para o termo “Aprendizagem ao Longo da Vida” (Canário, 2003: 194).

Esta nova abordagem veio permitir dar resposta a situações criadas por uma sociedade e economia assentes no conhecimento, que exigiam uma mudança, como foi a necessidade de novos “perfis de competências, qualificações e experiências” (Canário, 2003: 194). Esta necessidade de “aprendizagem ao longo da vida” foi evidenciada ao longo dos debates em congressos das cidades educadoras, quando é registado na carta das cidades educadoras que “(...) as crianças e os adultos parecem necessitar de uma educação ao longo da vida, de uma formação sempre renovada” (Preâmbulo da Carta das Cidades Educadoras). Acrescentando ainda que “(...) para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares” (Carta das Cidades Educadoras, Princípio I- O Direito a uma Cidade Educadora).

No que diz respeito ao domínio da formação “a mudança fundamental reside na passagem do modelo da qualificação para o modelo da competência”. Enquanto o modelo de qualificação se identifica com a “educação permanente”, o modelo de competência identifica-se com a “Aprendizagem ao Longo da Vida” (Canário, 2003: 197). Este modelo remete para um saber prático e para a empregabilidade, cabendo a cada um ser “sujeito da sua própria formação” (Canário, 2000: 130). É desta forma que a entrada no mercado de trabalho ou a sua reinserção passa a ser alvo de grande competitividade, visto cada indivíduo ter de se munir do “capital” necessário que lhe traga sucesso profissional.

As autarquias locais intervêm assim na educação e na formação, como instrumentos que se encontram ao serviço das pessoas. Através do desenvolvimento de competências, as pessoas têm a possibilidade de adquirir certificados que as comprovem, e desta forma gerirem individualmente o seu percurso formativo.

Para que todas as pessoas, independentemente da idade, se encontrem em condições idênticas na procura de emprego, o município deverá:

“(...) identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados. Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão” (Carta das Cidades Educadoras, Princípio III- Ao serviço integral das pessoas).

A Aprendizagem ao longo da vida pressupõe que uma cidade analise as necessidades do mercado de trabalho e intervenha de forma a “(...) definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colabore com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de atividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida” (Carta das Cidade Educadoras- Declaração de Génova, 2004).

Com a aprendizagem ao longo da vida passa a existir um alargamento do conceito de educação, em que “(...) educação é formação de todos, em todas as oportunidades e espaços do quotidiano, ao longo de toda a vida (...)”. Para o desenvolvimento do território é importante e necessário que a cidade esteja em permanente formação, “(...) formando-se a si mesma e aos seus cidadãos, dentro e fora dos espaços e tempos escolares” (Pinto, 2004: 151-152).

É neste contexto de valorização da educação como fator de crescimento e desenvolvimento não só da população, mas também do território que Odivelas passa a integrar a partir de 1977 a Associação Internacional das Cidades Educadoras. Como Cidade Educadora, Odivelas segue as seguintes linhas de orientação estratégica:

“Aposta na cidade como geradora de inúmeras possibilidades educadoras, fomentando a aprendizagem, a troca de experiências e enriquecimento da vida dos Odivelenses; aposta prioritária na cultura e na formação permanente da população, sua promoção, e desenvolvimento, a começar pelas crianças e pelos jovens; (...)” (Linhas de Orientação estratégica para o Concelho de Odivelas, 2004).

Estas linhas estratégicas apresentam um concelho em que a educação e a formação são estratégias que promovem o desenvolvimento pessoal e profissional através da aquisição de competências, o que permite também uma adaptação às mudanças.

Neste contexto, o município de Odivelas assume como desafio estratégico:

“investir na educação, de cada indivíduo, de maneira que este seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu próprio potencial humano. Potencial feito de individualidade, construtividade, criatividade e sentido de responsabilidade; de comunidade- capacidade de diálogo, de confrontação e de solidariedade” (Linhas de Orientação estratégica para o Concelho de Odivelas, 2004: 72, In Carta das Cidades).

Para o município, a formação das pessoas é imprescindível “(...) para garantir o progresso económico e social, especialmente em ambiente metropolitano” (Linhas de Orientação estratégica para o Concelho de Odivelas, 2004: 23). É assim feito um investimento na formação permanente da população como forma de valorização dos recursos humanos, do emprego e da empregabilidade. Neste sentido de valorização da educação e da formação ao longo da vida como forma de melhoria da empregabilidade, que a JFO estabeleceu um protocolo com o IEFP e uma colaboração com o centro de emprego, de forma a abrir um espaço na freguesia de acompanhamento e apoio dos desempregados no processo de procura e candidatura a estágio profissional, curso e/ou emprego. Este trabalho do espaço denominado por “Gabinete de Inserção profissional” (GIP) é promovido pelo trabalho das assistentes sociais e por técnicos que têm como objetivo “prestar apoio aos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho” (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015).

Todo este enquadramento teórico, que parte das políticas de descentralização e de territorialização da educação, enquanto processos de regulação local da educação, passando pelo estudo da intervenção das autarquias no campo educativo e formativo, termina na educação e formação ao longo da vida, sendo a mesma uma estratégia de intervenção numa área de não competências, assumida por algumas autarquias como uma política educativa local. Esta abordagem teórica apoia e justifica a opção pelo projeto de investigação presente no último capítulo deste relatório de estágio. Trata-se de um pequeno estudo sobre a intervenção freguesia de Odivelas, na perspetiva da educação e da formação ao longo da vida, enquanto formas de desenvolvimento, não só pessoal e profissional dos munícipes, mas também económico e social, e que no caso específico de Odivelas pretende melhorar a empregabilidade da população.

## CAPÍTULO II – CONTEXTO DO ESTÁGIO CURRICULAR NO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

No presente capítulo, pretendemos descrever o enquadramento institucional do estágio curricular desenvolvido na Junta de Freguesia de Odivelas (JFO) e, mais propriamente no Gabinete de Inserção Profissional (GIP). Assim sendo, este segundo capítulo tem dois subcapítulos, sendo eles:

Subcapítulo 1. – *Procedimentos de recolha de informação para a caracterização do Gabinete de Inserção Profissional e sua envolvente* – no qual apresentamos e descrevemos os instrumentos e técnicas que permitiram recolher dados com vista à caracterização da JFO, do GIP e da freguesia de Odivelas enquanto contexto envolvente.

Subcapítulo 2. – *O Contexto envolvente da Freguesia de Odivelas* – no qual fazemos uma caracterização detalhada do território e da instituição em que foi desenvolvido o estágio, dando a conhecer as características da população do concelho, as áreas de intervenção, estruturas e projetos educativos e sociais, relativamente à Junta de freguesia, e mais especificamente apresentamos a origem do GIP, assim como a sua estrutura e funcionamento.

## 2.1 PROCEDIMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO PARA A CARATERIZAÇÃO DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL E SUA ENVOLVENTE

Para caraterizar o GIP da JFO e a sua envolvente, como é a freguesia de Odivelas tornou-se necessário recorrer a duas técnicas de recolha de informação: a pesquisa documental e a observação participante.

Estas técnicas foram desenvolvidas ao longo do estágio, no qual tive a oportunidade não só de aceder a documentos de arquivo e documentos disponíveis online, mas também a oportunidade de vivenciar algumas experiências que me permitiram enquanto observadora participante completar informações relativas à caraterização do local de estágio. Todas estas oportunidades permitiram-me ter um conhecimento mais alargado do contexto de estágio, das suas práticas e áreas de intervenção.

### 2.1.1. Pesquisa documental/ arquivística

Este tipo de pesquisa “(...) consiste na utilização de informação existente em documentos anteriormente elaborados, com o objetivo de obter dados relevantes para responder às questões de investigação” (Afonso, 2014: 93). Este tipo de pesquisa tem como vantagem:

“(...) poder ser utilizada como metodologia não interferente, isto é, como uma abordagem não reativa em que os dados são obtidos por processos que não envolvem recolha direta de informação a partir dos sujeitos investigados (evitando) problemas causados pela presença do investigador (...)” (Afonso, 2014: 93-94).

Relativamente à “natureza dos documentos e investigar, há que distinguir entre documentos oficiais, documentos públicos e documentos privados” (Afonso, 2014: 94).

No que diz respeito aos documentos oficiais, os mesmos:

“(...) encontram-se nos arquivos dos diversos departamentos da administração pública, (...) e constituem um registo da atividade quotidiana da administração educacional (arquivos de expediente, processos de pessoal, de aquisição de bens e serviços, registos contabilísticos, propostas, pareceres, despachos, ordens de serviço, etc.). Inclui também (...) as publicações oficiais do Estado (Diário da República, Diário da Assembleia da República, relatórios do Conselho Nacional de Educação, boletins, brochuras e folhetos dos ministérios, etc.), (...) inclui também (...) informação sobre o número de alunos, professores e funcionários, os valores de previsão e execução orçamental, os valores e taxas de sucesso escolar, de absentismo e abandono, etc.” (Afonso, 2014: 94-95).

No que se refere aos documentos públicos:

“Para além das notícias e artigos sobre educação e formação, são habitualmente relevantes as cartas ao diretor e a publicidade (pedidos de emprego, avisos de concursos de admissão de pessoal, anúncios de explicações, de cursos de formação, etc.). A documentação distribuída ou vendida também se inclui (...) trata-se de todo o tipo de informação publicitária ou de propaganda política, associativa ou sindical e ainda de anuários, livros, nomeadamente os manuais escolares e as obras literárias, quando incluem documentos ou testemunhos de vivências relevantes sobre educação, formação, vida escolar ou sobre política e administração da educação.” (Afonso, 2014: 96).

Por último, os documentos privados são:

“(...) em geral de acesso mais restrito, incluem-se os arquivos de empresas, escolas particulares, partidos políticos, sindicatos, associações científicas ou profissionais, movimentos pedagógicos etc. Um tipo especial de arquivos privados são os arquivos de sondagens e inquéritos públicos (...) surgem finalmente os documentos pessoais (...) trata-se da correspondência pessoal (o correio eletrónico pode facilitar a sua recolha e tratamento), dos diários pessoais, das agendas (...) das planificações das aulas dos professores, dos cadernos diários e trabalhos escolares dos alunos e formandos, etc.” (Afonso, 2014: 96-97).

Neste tipo de pesquisa documental ou arquivística recorreremos aos três tipos de documentos. Como documentos oficiais é de destacar a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e a portaria n.º 140/2015 que define o regime de funcionamento e atividades de um GIP. Foram ainda consultados dados relativos aos Censos. Nos documentos públicos, foram consultadas essencialmente as notícias publicadas pela JFO no seu site referentes aos projetos e iniciativas a implementar de índole educativa e formativa. Já nos documentos privados, foram feitas pesquisas aos documentos de planeamento estratégico para o Concelho de Odivelas bem como à carta educativa do Concelho.

Esta técnica de recolha de dados permitiu obter um conhecimento geral acerca do território e das características da população, mais especificamente das áreas de intervenção, projetos e estruturas da JFO, e ainda conhecer os propósitos, atividades e modo funcionamento do GIP. Este tipo de informação torna-se essencial para a investigação desenvolvida neste relatório.

### 2.1.2. Observação participante

A observação é uma técnica “(...) particularmente útil e fidedigna, na medida em que a informação obtida não se encontra condicionada pelas opiniões e pontos de vista dos sujeitos” sendo que “os produtos da observação tomam geralmente a forma de registos escritos pelo investigador” (Afonso, 2014: 98).

Estes registos surgem em “(...) notas de campos manuscritas ou gravadas em áudio durante a observação ou imediatamente a seguir.” Posteriormente “(...) são redigidos os relatórios de campo constituídos por textos mais elaborados e reflexivos a partir das notas de campo (...)” (Afonso, 2014: 99).

Para a observação em contexto de estágio foi adotada uma observação participante com caráter de observação não estruturada ou também mencionada como “observação de campo”, na qual a mesma

“ (...) é conduzida quando o investigador quer descrever e compreender o modo como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam num determinado contexto social, (implicando) que o investigador se insira na situação (...) e observe o próprio contexto, os padrões das relações entre as pessoas, o modo como reagem aos eventos que ocorrem...” (Afonso, 2014: 99, citando Cozby, 1989: 48).

No contexto de desenvolvimento do estágio curricular no GIP, foi possível observar não só o seu funcionamento e disposição do gabinete, mas também as relações entre os vários responsáveis e técnicos. A observação de situações diárias permitiu obter uma visão diferente daquela obtida através de documentos.

As notas de campo registadas após as observações, refletem tarefas realizadas, situações e conversas informais ocorridas durante o período de estágio, sendo desta forma fundamentais para a caracterização do GIP.



## 2.2 O CONTEXTO ENVOLVENTE DA FREGUESIA DE ODIVELAS

### 2.2.1 Caracterização do Território

O Concelho de Odivelas, situado no distrito de Lisboa, é composto por uma freguesia e três uniões de freguesias. A figura 2 dá-nos conta da sua distribuição: a freguesia de Odivelas, a união das Freguesias de Pontinha e Famões, a união das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e a união de Freguesias de Ramada e Caneças.



**Figura 2.** Distribuição do Concelho de Odivelas por freguesia e união de freguesias.

O Concelho de Odivelas segue algumas ações com base no que consideram ser “boas práticas”(Documento de planeamento estratégico: Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas: 15-16), as quais identificam ser as seguintes:

- ❖ Reordenamento territorial
- ❖ Valorização ambiental do Concelho
- ❖ Uma sociedade coesa
- ❖ Valorização do património e do espaço público
- ❖ Valorização estratégica da informação, da cultura e do lazer
- ❖ Modernização da economia
- ❖ Modernização da administração e das forma de participação

Para cada uma destas “boas práticas”, são identificados objetivos e ações específicas, das quais considerámos importante mencionar o da “Sociedade coesa” por ser o que melhor representa o estudo de investigação deste relatório, pois faz referência à articulação da educação com a formação e à necessidade de criação de empregos como resposta social.

#### **Quadro 5.** Ação estratégica para o Concelho de Odivelas

### **Uma Sociedade Coesa**

- Promoção de equidade social e territorial;
- Coesão económica e social;
- Promoção das identidades locais;
- Articulação entre cultura, educação, formação profissional e dinâmica económica;
- Dinâmica e criação de empregos socialmente integradora e valorizadora;
- Habitação e equipamentos sociais integradores, para todas as condições de procura;
- Qualificação do espaço público enquanto fator de integração e valorização social;
- cidade solidária, intergeracional e multiétnica.

Fonte: Linhas de orientação estratégica para o concelho de Odivelas, p. 16.

Para a concretização de linhas de orientação estratégica, o Concelho de Odivelas recorre a alguns “domínios estratégicos transversais”, como é de destacar o “domínio dos recursos humanos: ensino, formação e qualificação”, que identifica como essencial as estratégias que possibilitam à população uma formação permanente que tenha em vista a mudança (Documento de planeamento estratégico: Linha de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas: 23).

**Quadro 6.** Domínio estratégico transversal para o Concelho de Odivelas

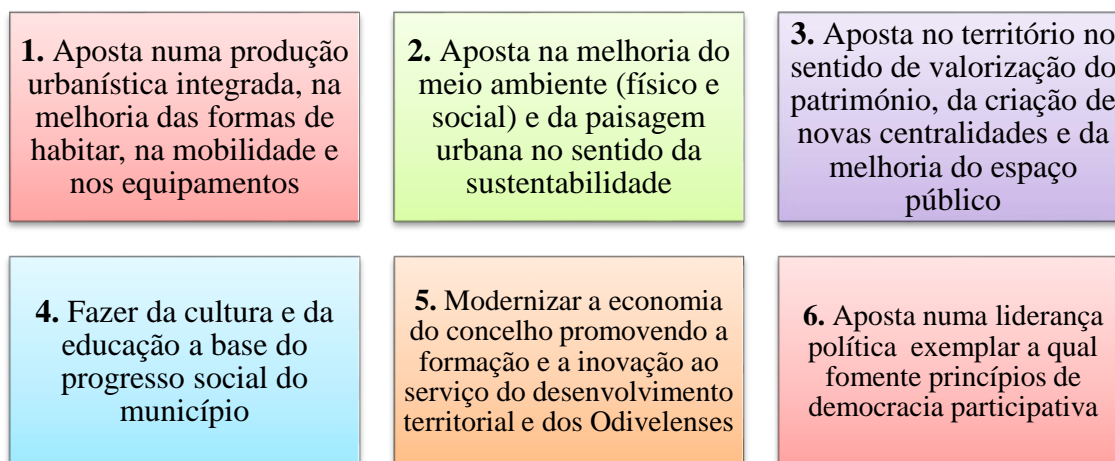
**Recursos humanos: ensino, formação e qualificação**

- Aposta numa educação com qualidade;
- Formação profissional;
- Formação contínua como meio gerador de mudança;
- Aposta nos recursos humanos com capacidade empreendedora no Concelho;
- Aposta no combate ao insucesso escolar;
- Aposta no ensino/aprendizagem do português e inglês;
- Aposta no ensino temático (cidadania, território e urbanismo, cultura, etc.);
- Adaptação progressiva do sistema educativo a padrões europeus (modelo a implementar com a carta das Cidades Educadoras)

Fonte: Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas, p. 23.

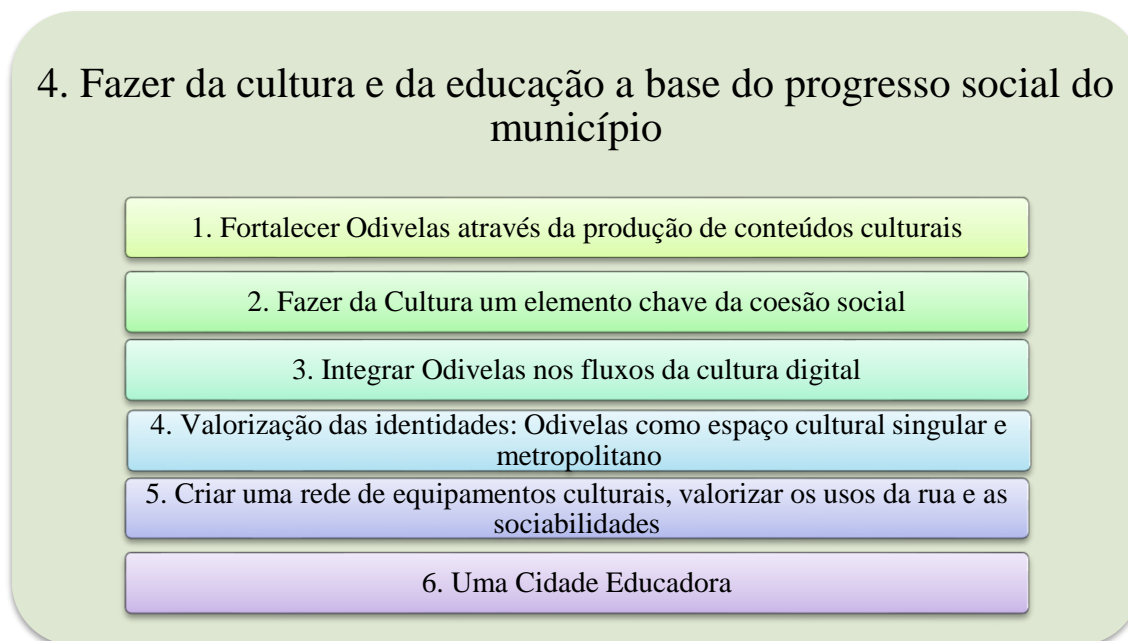
Neste contexto e para que se alcance um novo patamar de desenvolvimento “(...) assente em valores, recursos e competências, num modelo socioeconómico, urbano e ambiental mais sustentado” o Concelho de Odivelas deve ser pensado estrategicamente “através de uma análise do potencial concelhio, património, cultura, etc., das mudanças ocorridas nos últimos anos, das expectativas dos atores (económicos e sociais) e dos cidadãos” (Documento de planeamento estratégico: Linha de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas: 23).

As estratégias de desenvolvimento do Concelho de Odivelas foram agrupadas em seis grandes linhas de orientação, referenciadas na figura seguinte:



**Figura 3.** Linhas gerais de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas

Apesar das linhas de orientação estratégica abrangerem diversas áreas, destacamos apenas duas delas - a educação e a formação – por se integrarem nas linhas do estudo e do projeto de investigação, plasmadas na quarta orientação estratégica “Fazer da cultura e da educação a base do progresso social do município” e na quinta “Modernizar a economia do Concelho promovendo a formação e a inovação ao serviço do desenvolvimento territorial e dos Odivelenses”. Para a quarta linha estratégica foram definidas seis linhas de atuação específicas, apresentadas na figura 4:



**Figura 4.** Linhas de atuação específicas para a quarta linha estratégica para o Concelho de Odivelas

Estas linhas específicas de atuação privilegiam uma articulação permanente entre cultura e educação, apostando na cultura como uma estratégia educativa e na educação como um “foco de criação cultural dirigido a todas as idades” (Documento de planeamento estratégico: Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas: 67). A atuação de Odivelas enquanto Cidade Educadora tem como algumas das suas ações estratégicas:

- ❖ Aposta prioritária na cultura e na formação permanente da população, sua promoção, e desenvolvimento, a começar pelas crianças e pelos jovens;
- ❖ Aposta no desenvolvimento de currículos não formais como fator estratégico na eliminação de comportamentos de risco;

- ❖ Aposta numa educação que contrarie qualquer forma de exclusão social (baseada na raça, sexo, cultura, idade, deficiência, condição económica ou qualquer outro tipo de discriminação);
- ❖ Aposta nas iniciativas de educação não formal, em articulação com as escolas, nos aspetos do seu curriculum e objetivos que se refiram ao conhecimento real da cidade e à formação e informação dos seus habitantes para uma cidadania responsável;
- ❖ Aposta na educação para os jovens, sobretudo aqueles em situação de risco, bem como os que abandonam o sistema escolar prematuramente, através de mecanismos de formação profissional permitindo a inclusão desta população;
- ❖ Aposta na informação que deverá abranger habitantes de todas as condições e idades (Documento de planeamento estratégico: Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas: 72-73).

Em relação à quinta linha estratégica foram também definidas seis linhas de atuação específicas:

### 5. Modernizar a economia do Concelho promovendo a formação e a inovação ao serviço do desenvolvimento territorial e dos Odivelenses

1. Criação de Pólos empresariais de eleição
2. Criação de áreas de localização empresarial locais
3. Aposta na qualidade da restauração e na sua integração em projectos culturais estruturantes
4. Fomentar a prática do Urbanismo Comercial
5. Aposta na qualidade dos serviços, na formação, no ensino e na investigação
6. Promoção da imagem do Concelho

**Figura 5.** Linhas de atuação específicas para a quinta linha estratégica para o Concelho de Odivelas

Estas linhas de atuação surgem de uma visão empreendedora e têm em vista “fomentar a educação e formar a iniciativa local”. Para este efeito é dado privilégio ao

estabelecimento de parcerias locais, nomeadamente “entre a Câmara, Juntas de Freguesia, Comissões Locais, para a promoção de Planos de Bairro que identifiquem competências profissionais, investidores locais e aspirações dos habitantes de modo a assegurar a implantação de novas atividades económicas” (Documento de planeamento estratégico: Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas: 75 e 77). Estas atuações são realizadas a nível local, pois só através de um contato próximo com o real é possível obter conhecimentos aprofundados acerca da população.

Desta forma, o Concelho de Odivelas tem como linha específica de atuação a “aposta na qualidade dos serviços, na formação, no ensino e na investigação”, no qual se propõe a:

- ❖ Apostar na identificação das necessidades de formação profissional locais, facilitando a decisão aos organismos vocacionados e certificados para realizar formação;
- ❖ Apostar no estabelecimento de parcerias para a promoção da formação as quais favoreçam os objetivos estratégicos definidos para o Concelho (Documento de planeamento estratégico: Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas: 80).

Para uma melhor caracterização da população do Concelho, apresentamos alguns dados retirados dos Censos e apresentados na carta educativa do Concelho (2012). Essas informações relativas à situação da população em termos de empregabilidade justificam uma visão empreendedora para o Concelho, tanto na criação de postos de trabalho, como no investimento na educação e na formação profissional.

### 2.2.2 População, Qualificações e Desemprego

O Concelho de Odivelas tem uma população de 144.549 habitantes (segundo os Censos 2011). Na tabela 1 é possível observar que depois de Mafra, Cascais e Vila Franca de Xira, Odivelas é o Concelho que registou maior aumento entre 2001 e 2011 da população residente, com cerca de mais 8% da população.

**Tabela 1.** População residente, por Concelho, nos anos 1991, 2001 e 2011.

	População residente			Variação populacional			
	1991	2001	2011	1991-2001		2001-2011	
				N.º	%	N.º	%
Portugal	9.867.147	10.356.117	10562178	488.970	5,0	206.061	2,0
Lisboa	2.520.708	2.661.850	2821876	141.142	5,6	160.026	6,0
Grande Lisboa	1.880.215	1.947.261	2042477	67.046	3,6	95.216	4,9
Amadora	181.774	175.872	175136	-5.902	-3,2	-736	-0,4
Cascais	153.294	170.683	206479	17.389	11,3	35.796	21,0
Lisboa	663.394	564.657	547733	-98.737	-14,9	-16.924	-3,0
Loures	192.143	199.059	205054	6.916	3,6	5.995	3,0
Mafra	43.731	54.358	76685	10.627	24,3	22.327	41,1
<b>Odivelas</b>	<b>130.015</b>	<b>133.847</b>	<b>144549</b>	<b>3.832</b>	<b>2,9</b>	<b>10.702</b>	<b>8,0</b>
Oeiras	151.342	162.128	172120	10.786	7,1	9.992	6,2
Sintra	260.951	363.749	377835	102.798	39,4	14.086	3,9
Vila Franca Xira	103.571	122.908	136886	19.337	18,7	13.978	11,4

Fonte: CMO, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011

A população residente distribui-se de um modo diferenciado pelas seis freguesias. A leitura da tabela 2 permite-nos considerar que a Freguesia de Odivelas ocupa desde 1991 o topo das freguesias do Concelho de Odivelas com maior número de população residente, não obstante a variação nesse espaço de tempo: o decréscimo do número de habitantes referenciado entre 1991 e 2001 e o aumento de habitantes entre 2001 e 2011.

**Tabela 2.** População residente, por freguesias do Concelho de Odivelas nos anos 1991, 2001 e 2011.

Freguesias	População residente			Variação populacional			
	1991	2001	2011	1991-2001		2001-2011	
				N.º	%	N.º	%
Caneças	9664	10647	12324	983	10,2	1.677	15,8
Famões	7092	9008	11095	1.916	27,0	2.087	23,2
Odivelas	53531	53449	59559	-82	-0,2	6.110	11,4
Olival Basto	7346	6246	5812	-1.100	-15,0	-434	-6,9
Pontinha	26252	24023	23041	-2.229	-8,5	-982	-4,1
P. Sto. Adrião	14463	14704	13061	241	1,7	-1.643	-11,2
Ramada	11667	15770	19657	4.103	35,2	3.887	24,6
<b>CONCELHO</b>	<b>130015</b>	<b>133847</b>	<b>144549</b>	<b>3.832</b>	<b>2,9</b>	<b>10.702</b>	<b>8,0</b>

Na tabela 3 apresentamos a variação da população residente por grupos etários, por freguesias do Concelho de Odivelas, entre os anos 2001 e 2011. Desta observação verificamos que no Concelho de Odivelas, nesse período, as faixas etárias predominantes são as dos 65 e mais anos, com 7467 residentes, seguindo-se as das idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, com 5985 habitantes. Em relação à freguesia de Odivelas a situação inverte-se, sendo a população integrada na faixa etária dos 25 aos 64 anos, a que

mais predomina, com 3616 habitantes, seguindo-se a faixa dos 65 e mais anos, com 2924 habitantes. Com estes dados, é possível verificar que a população, apesar da tendência geral de envelhecimento da população residente, existe na Freguesia de Odivelas uma situação diversa, o que orienta as preocupações sociais da autarquia.

**Tabela 3.** Variação da população residente por grupos etários, por freguesias do Concelho de Odivelas entre os anos 2001 e 2011.

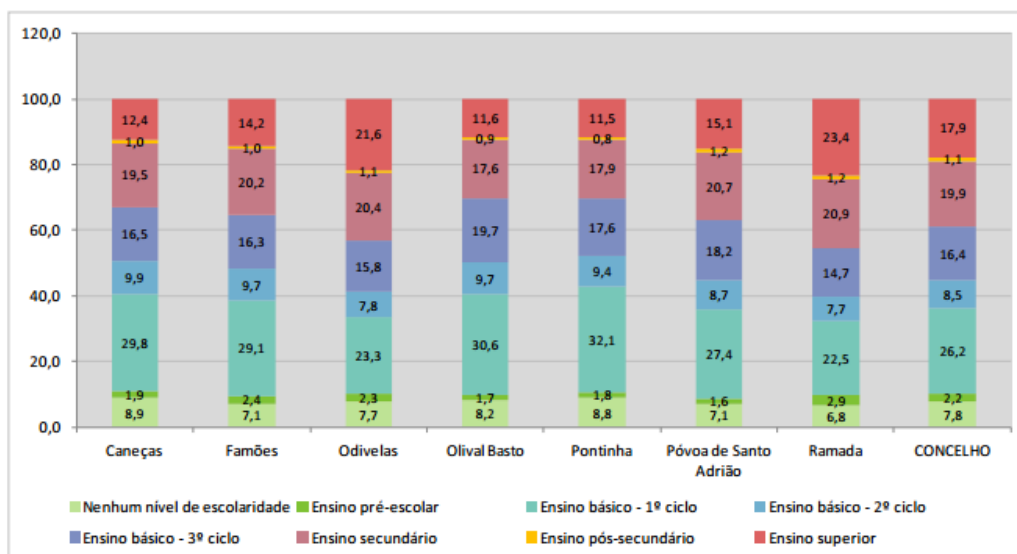
Freguesias	Variação populacional (2001-2011)							
	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 e mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Caneças	233	13,6	-195	-12,6	932	15,6	707	50,5
Famões	268	16,7	-91	-6,3	1197	22,6	713	107,1
Odivelas	1448	19,2	-1878	-23,9	3616	11,5	2924	43,6
Olival Basto	-87	-10,3	-312	-34,4	-220	-6,3	185	18,2
Pontinha	-312	-8,8	-1031	-28,3	-583	-4,3	944	27,7
P. St.º Adrião	-160	-8,5	-1100	-43,2	-1384	-15,8	1001	66,3
Ramada	751	28,5	-284	-12,2	2427	25,6	993	74,5
CONCELHO	2141	10,8	-4891	-24,1	5985	7,7	7467	46,6

Fonte: CMO, Censos 2001 e Censos 2011

As qualificações da população residente no Concelho de Odivelas revelam-se uma boa fonte de análise. A observação da tabela 4 permite-nos referenciar o predomínio da população com apenas o ensino básico, no que diz respeito ao 1.º ciclo. No caso da Freguesia de Odivelas, cerca de 47% da população possui apenas o nível de ensino básico. No entanto, é a segunda freguesia com maior percentagem de pessoas com o ensino superior, aproximadamente 22% da população.



**Tabela 4.** População residente no Concelho de Odivelas por nível de qualificação académica, por freguesias (%), em 2011.



Finalmente as questões de empregabilidade são abordadas nas tabelas cinco e seis. Na Tabela 5 é possível constatar que no Concelho de Odivelas existe apenas uma diferença de aproximadamente 5% entre a percentagem da população residente em Odivelas que se encontra ativa relativamente a trabalho e a percentagem de pessoas que se encontra inativa, ou seja, que não exerce qualquer tipo de trabalho. Relativamente à distribuição da população inativa, por sexo, tanto no Concelho como nas freguesias verifica-se que a população masculina tem menor percentagem de inatividade, cerca de 22% em comparação com a feminina que tem 26% da população inativa. Este facto, mostra que em comparação com os homens, existem mais mulheres que se encontram sem exercer qualquer tipo de trabalho.

**Tabela 5.** Condição perante o trabalho da população residente no Concelho de Odivelas, por freguesias (%), em 2011.

Freguesias	Pop. Residente HM	HM				H				M			
		Ativos		Inativos		Ativos		Inativos		Ativos		Inativos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Caneças	12324	6273	50,9	6051	49,1	3184	25,8	2768	22,5	3089	25,1	3283	26,6
Famões	11095	5847	52,7	5248	47,3	2941	26,5	2490	22,4	2906	26,2	2758	24,9
Odivelas	59559	31873	53,5	27686	46,5	15650	26,3	12481	21,0	16223	27,2	15205	25,5
Olival Basto	5812	2880	49,6	2932	50,4	1488	25,6	1279	22,0	1392	24,0	1653	28,4
Pontinha	23041	11405	49,5	11636	50,5	5725	24,8	5302	23,0	5680	24,7	6334	27,5
P. St.º Adrião	13061	6543	50,1	6518	49,9	3194	24,5	2923	22,4	3349	25,6	3595	27,5
Ramada	19657	11017	56,0	8640	44,0	5443	27,7	3949	20,1	5574	28,4	4691	23,9
CONCELHO	144549	75838	52,5	68711	47,5	37625	26,0	31192	21,6	38213	26,4	37519	26,0

Fonte: CMO, Censos 2011

Relativamente à taxa de desemprego da população residente no Concelho de Odivelas, observamos na tabela 6 que a mesma, quase duplicado de 2001 para 2011, sendo a de 2001 de 6,7% e a de 2011 de 12,1%. Na freguesia de Odivelas o aumento da taxa de desemprego de 2001 para 2011 é idêntico à do Concelho, passando de 6,7% para 11,4%.

**Tabela 6.** Taxa de desemprego da população residente no Concelho de Odivelas, por freguesias em 2001 e 2011

Freguesias	2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Caneças	5,7	4,9	6,5	12,2	12,9	11,6
Famões	6,1	4,9	7,5	11,4	11,8	10,9
Odivelas	6,7	6,1	7,4	11,4	12,0	10,9
Olival Basto	6,9	5,6	8,2	15,1	16,4	13,7
Pontinha	7	6,5	7,5	15,4	17,3	13,4
P. Sto. Adrião	7,4	6,7	8,2	14,1	15,5	12,7
Ramada	6,5	5,5	7,6	9,3	9,4	9,2
<b>Concelho</b>	<b>6,7</b>	<b>6</b>	<b>7,5</b>	<b>12,1</b>	<b>13,0</b>	<b>11,3</b>

Fonte: CMO, Censos 2001 e Censos 2011

Este diagnóstico da situação do Concelho de Odivelas foi determinante para a definição das linhas estratégicas, pois permitiu através do conhecimento das altas taxas de desemprego da população, intervir em áreas consideradas necessárias, como é a do apoio social às famílias e da educação e formação ao longo da vida. Os níveis de qualificação, bem como a informação da distribuição da população pelos grupos etários possibilitou a criação de iniciativas no campo educativo adaptadas às características de cada grupo, como é a aposta na formação profissional e na formação contínua.

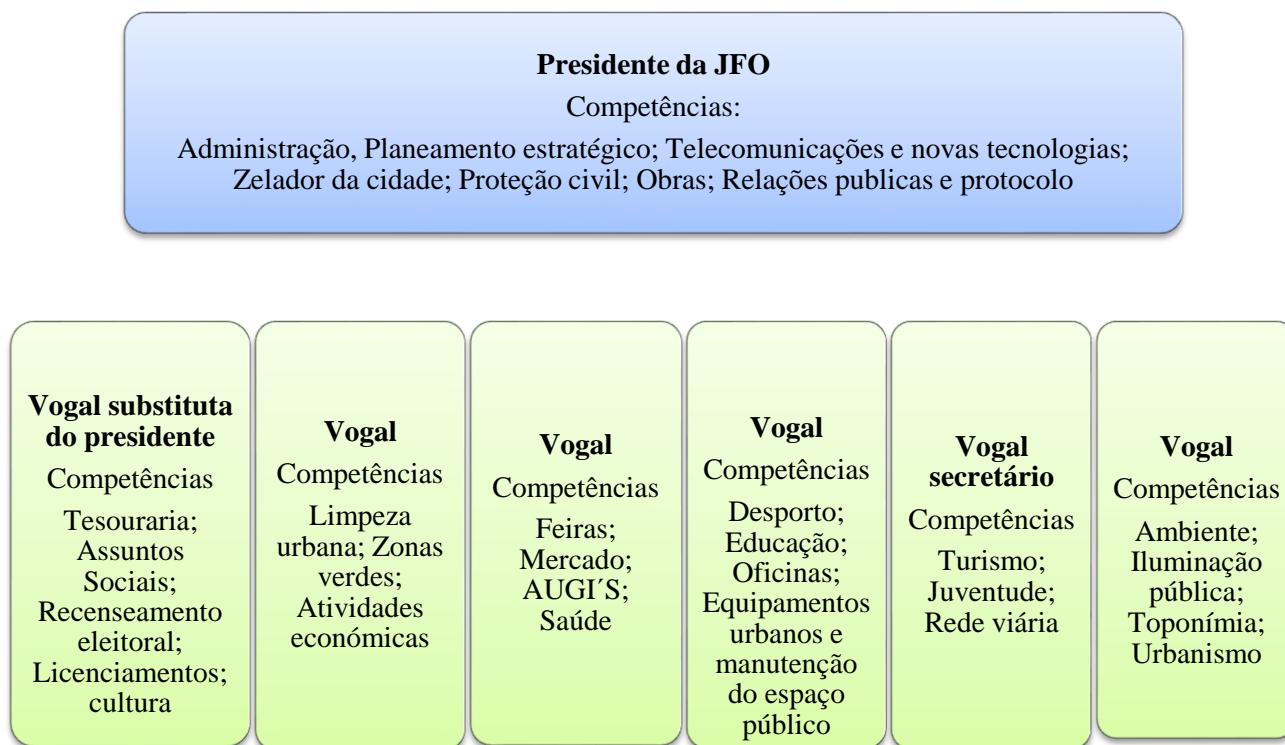
A JFO em parceria com a Câmara intervém por meio do apoio social na educação e formação ao longo da vida, como forma de melhorar a empregabilidade e assim investir no “progresso social do município”.

De seguida, serão abordados os projetos da junta de freguesia que decorrem não só do diagnóstico, mas também das visões estratégicas para o concelho e refletem uma atenção particular a grupos específicos.

### 2.2.3 Caracterização da Junta de Freguesia: Área de Intervenção, Projetos e Estruturas

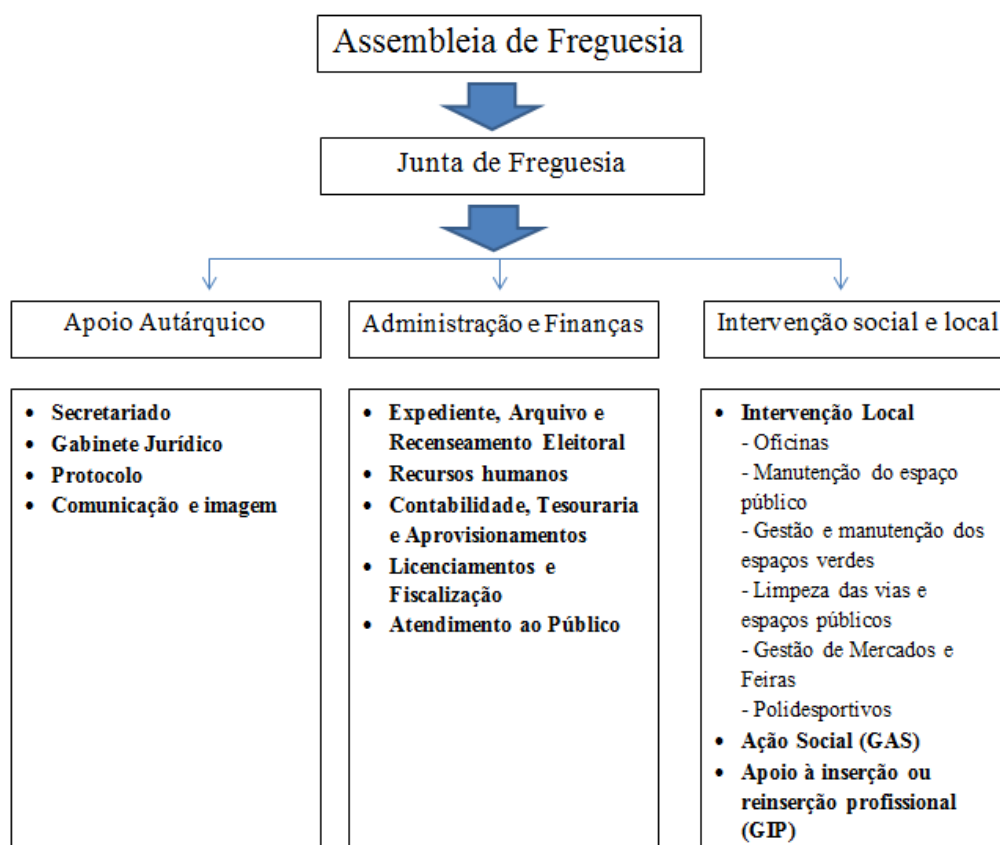
Este ponto será dedicado em primeiro lugar à descrição da constituição do Executivo da JFO, às áreas de intervenção, seguindo-se uma apresentação dos projetos desenvolvidos no campo educativo/formativo e social, e termina com uma referência às estruturas de atendimento e apoio da JFO.

O Executivo que compõe a JFO, durante o mandato iniciado em outubro de 2013 é composto por um Presidente e seis vogais, sendo eles:



**Figura 6.** Executivo da JFO e respetivas competências-

A JFO intervém em três grandes áreas, as quais são, o apoio autárquico, a administração e finanças, e a intervenção social e local. Nesta última área, encontram-se os dois gabinetes no qual desenvolvi o meu estágio, o Gabinete de Assuntos Sociais (GAS) e o Gabinete de Inserção Profissional (GIP). No entanto, a minha investigação centra-se apenas no apoio à inserção ou reinserção profissional, que diz respeito ao GIP. A figura seguinte apresenta-nos a estrutura orgânica da Junta de Freguesia de Odivelas (JFO):



**Figura 7.** Estrutura Orgânica da JFO

A JFO dinamiza alguns projetos no campo educativo e social como é o “Curso de Alfabetização”, o Projeto “Contacto na Escola” e o projeto “Contacto na Rua” que pretendem dar uma resposta educativa/formativa e social positiva a grupos específicos da população da freguesia de Odivelas. No entanto, neste ano de 2015 apenas o projeto “Contacto na Rua” se manteve em funcionamento.



**Figura 8.** Projetos educativos/formativos e sociais da JFO

O Curso de Alfabetização tem como slogan “O Caminho faz-se caminhando!...” e surgiu de uma parceria entre a JFO e a Associação de Jardins-Escolas João de Deus de Lisboa. Este Curso é composto por 54 horas distribuídas por 27 sessões e é destinado a adultos estrangeiros e nacionais. Estas sessões são ministradas por professores voluntários e estagiários da Associação de Jardins-Escolas João de Deus. Esta iniciativa que tem como objetivo “incentivar qualquer pessoa independentemente da sua idade, a aprender corretamente a Língua Portuguesa” teve como motivação para a sua criação os resultados dos Censos de 2011 que indicavam que “cerca de 500 mil portugueses não sabem ler nem escrever” e que o “número de estrangeiros a residir em Portugal subiu quase 70%”. A JFO considera ainda que “... a alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo” (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015).

O Projeto “Contacto na Escola” consiste na realização de ações de sensibilização, em estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo e secundário da freguesia de Odivelas, que tem como objetivo alertar e prevenir comportamentos de risco. No início de cada ano letivo a equipa do Projeto contacta as escolas e agenda reuniões com os professores, de forma a conhecer as necessidades de sensibilização em que os alunos deveriam participar, e procede-se ao seu agendamento. No decorrer das ações de sensibilização são aplicados questionários, são projetados filmes e slides, são realizadas dinâmicas de grupo e entregue

material informativo. As ações de sensibilização, visam através das técnicas desenvolvidas, alertar os jovens para várias temáticas, nomeadamente, para os perigos do consumo de drogas e comportamentos de risco, para a promoção de estilos de vida saudáveis, para o Bullying, Cyberbullying, Internet segura, sexualidade saudável, entre outros temas (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015). Este projeto surgiu, por um lado, de um identificar na freguesia, através dos censos de 2011, de “problemas sociais, como é o baixo nível de escolaridade e o abandono precoce da escola”, e por outro lado, de um manifestar pelos professores e diretores de escolas de alguns casos em alunos, como é o da desmotivação perante a escola e o consumo de álcool e drogas (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015).

O Projeto “Contacto na Rua” pretende, através de uma “equipa de rua”, proceder a uma intervenção que parta da escuta dos cidadãos e que incida na promoção de estilos de vida saudáveis, na identificação e reintegração dos sem-abrigo da freguesia, e no fornecimento de informações relativamente às instituições e serviços de intervenção psicossocial no plano das drogas e toxicodependência, e consequente encaminhamento para as mesmas. O Projeto “Contacto na Rua” tal como os outros projetos realizam parcerias, de forma a “(...) criar relações de cooperação com as instituições que estejam relacionadas com a população-alvo” e a articular a sua intervenção com as mesmas (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015). Tanto este projeto como o projeto “ComTActo na Escola” surgiram da identificação na freguesia de Odivelas de alguns problemas a nível social, e da “(...) consciência das desigualdades subjacentes à problemática da pobreza e exclusão social, que devido ao aumento da densidade populacional, torna imprescindível a particular atenção às questões de âmbito social, nomeadamente na área da saúde e da educação” (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015).

A JFO conseguiu através de parcerias e estabelecimento de protocolos, a abertura e funcionamento de três gabinetes de atendimento e apoio à população da freguesia, um Gabinete de Assuntos Sociais, um Gabinete de Inserção Profissional e um Gabinete Médico Social. Na figura 9 pretendemos retratar essa relação de colaboração, de articulação e de apoio entre Gabinetes, uma relação essencial que propicie o encaminhamento e a orientação das pessoas entre os Gabinetes, para uma resposta mais completa e/ou adequada às suas necessidades.



**Figura 9.** Gabinetes da JFO ao serviço da população

O Gabinete de Assuntos Sociais surgiu da necessidade de alargar o âmbito de intervenção da JFO na área social, nomeadamente junto das famílias carenciadas e com problemas de saúde. O Gabinete fornece apoio psicoterapêutico, apoio à toxicod dependência e o apoio de uma assistente social. Dentro da área social a junta de freguesia de Odivelas dispõe de alguns serviços e infraestruturas, tais como o Banco alimentar, a lavandaria comunitária, o espaço internet para idosos, um Centro Infantil e um Centro de Convívio Sénior. Com uma componente social existe na Junta o Projeto “Contacto na Rua” que “(...) procede à reintegração dos indivíduos na sociedade através da Segurança Social e Centros de Emprego” (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015). O Gabinete de Inserção Profissional resultou de um **Protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional** acordado em junho de 2012. Este Gabinete da JFO tem cooperação com o Centro de Emprego e através do atendimento à população, tem como objetivo apoiar os jovens e adultos desempregados no desenvolvimento do seu percurso profissional e/ou na sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Para este efeito, o gabinete divulga e disponibiliza ofertas de entidades empregadoras para estágios, cursos profissionais e empregos, faz o encaminhamento para as ofertas de qualificação e tem em conta um acompanhamento personalizado do desempregado em fase inserção ou reinserção no mercado e trabalho. Para além destes serviços, o Centro de

Emprego encaminhou para o gabinete o “(...) controlo de apresentação periódica dos beneficiários da prestação de desempregos e outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego” (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015).

O Gabinete Médico Social resultou também ele de um protocolo, e tem como objetivo não só prestar cuidados de saúde primários através de consultas gratuitas, mas também sensibilizar para os cuidados de saúde e fazer o encaminhamento dos utentes para Unidades de Saúde. O registo inicial, a marcação de consultas e o encaminhamento dos utentes é realizado pelo Gabinete de Assuntos Sociais. Este Gabinete destina-se a utentes do Centro de Convívio Sénior, às crianças do Centro Infantil da Arroja, aos filhos menores dos funcionários da autarquia e a famílias necessitadas (site da Junta de Freguesia de Odivelas, 2015).

A intervenção da JFO centra-se essencialmente em fornecer respostas sociais às necessidades da população de qualquer faixa etária, como é o caso dos projetos educativos/formativos e sociais. São as parcerias e os protocolos com outras entidades que garantem a possibilidade de intervenção em diferentes contextos.



## 2.3 CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: O GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

### 2.3.1 Origem e rede de Gabinetes

O surgimento do GIP adveio da necessidade de “(...) reforçar a atuação do Serviço Público de Emprego ao nível do alargamento das respostas a disponibilizar aos desempregados e da sua cobertura territorial” (Portaria n.º 140/2015). Desta forma foram criados, através da Portaria n.º 127/2009, de 30 de janeiro, com alteração pela Portaria n.º 2 98/2010, “(...) estruturas de apoio ao emprego, com capacidade de atuação em proximidade aos territórios e às populações e em estreita articulação com a rede de unidades locais do Instituto de Emprego e da Formação Profissional (IEFP)” (Portaria n.º 140/2015). Estas estruturas procuram através do apoio à população responder a necessidades específicas da mesma, relativas à dificuldade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. De acordo com a Portaria n.º 140/2015 as estruturas “(...) designadas por Gabinetes de Inserção Profissional constituem-se, assim, como uma rede de suporte à intervenção dos serviços de emprego desenvolvendo em complementaridade com estes um conjunto de atividades potenciador de uma inserção mais rápida e mais sustentada dos desempregados no mercado de trabalho.”


No contexto de combate ao desemprego procura-se “(...) rentabilizar sinergias com entidades que atuem junto das populações em vários domínios, em particular no âmbito do desenvolvimento local, através da contratualização de serviços destinados a promover a inserção profissional dos desempregados” (Portaria n.º 140/2015). É de realçar as parcerias que a JFO estabelece através do GIP, com empresas que necessitam de recrutar trabalhadores. A Remax (empresa de serviços imobiliários) que para além de divulgar no GIP ofertas de emprego, fornece para quem estiver interessado, ações de formação gratuitas, no ramo de vendas de imóveis.

Para a criação dos GIP é necessário que as entidades (públicas ou privadas) preencham os requisitos estipulados pelo IEFP e manifestem essa intenção, através do preenchimento de um formulário de candidatura online. Sendo a candidatura aprovada, a mesma é formalizada através da celebração de um contrato escrito, designado de “Contrato de Objetivos”, entre a entidade promotora e o IEFP, representado pelo diretor do respetivo Centro de Emprego (Regulamento dos Gabinetes de Inserção Profissional).

No caso do GIP da freguesia de Odivelas, a entidade que se candidatou foi a autarquia local, mais propriamente a freguesia.

O IEFP possui uma rede de Gabinetes de Inserção Profissional que se distribuem pelo Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve e que se articulam com serviços de Emprego. O GIP, no qual desenvolvi o meu estágio, está articulado com o centro de emprego de Loures conforme se referencia na tabela seguinte:

**Tabela 7.** Rede de GIP da Região Centro



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Serviço de Emprego	Concelho	GIP	Morada	Telefone/Fax	E-mail
CONDE REDONDO	LISBOA	Crescer na Maior - Associação de Intervenção Comunitária	Bairro Quinta do Cabrinha, Lote 3 E/F 1300-906 Lisboa	Tel. 213620192 Fax 213620192	<a href="mailto:crecernaMaior@netcabo.pt">crecernaMaior@netcabo.pt</a>
	LISBOA	Junta de Freguesia de Belém	Largo dos Jerónimos, n.º 3 R/C 1400-209 Lisboa	Tel. 213637629 Fax 213633520	<a href="mailto:gip.if-belem@pt">gip.if-belem@pt</a>
LOURES	LOURES	União de Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas - Santo António dos Cavaleiros	Rua Fernando Pessoa n.º 2 2660-438 Santo António dos Cavaleiros	Tel. 219881211	<a href="mailto:gip.sac@gmail.com">gip.sac@gmail.com</a>
	LOURES	Junta de Freguesia de Lousa	Rua Heróis do Ultramar n.º 39 2670-759 Lousa	Tel. 219751445 Fax 219751445	<a href="mailto:gip.jflousa@gmail.com">gip.jflousa@gmail.com</a>
	MAFRA	Câmara Municipal de Mafra	Largo Coronel Brito Górgão n.º 4 2640-492 Mafra	Tel. 261818340 Fax 261818349	<a href="mailto:julietasantos@cm-mafra.pt">julietasantos@cm-mafra.pt</a>
	MAFRA	Junta de Freguesia da Ericeira	Largo de Santa Marta, n.º 9 2655-357 Ericeira	Tel. 261862982 Fax 261866159	<a href="mailto:jfericeira@mail.telepac.pt">jfericeira@mail.telepac.pt</a>
	ODIVELAS	Junta de Freguesia de Odivelas	Rua José Gomes Ferreira, n.º 23 2675-394 Odivelas	Tel. 219319000 Fax 219326055	<a href="mailto:helena.paiva@jf-odivelas.pt">helena.paiva@jf-odivelas.pt</a>

Fonte: Site IEFP

### 2.3.2 Estrutura e Funcionamento

A contextualização dos dois locais do GIP onde desenvolvi o meu estágio justifica-se pela informação adicional sobre os espaços de trabalho, de relações interpessoais e de desempenho profissional. O primeiro local de estágio foi a sala de trabalho da coordenadora, das assistentes sociais e da psicóloga, onde pude, para além de conhecer



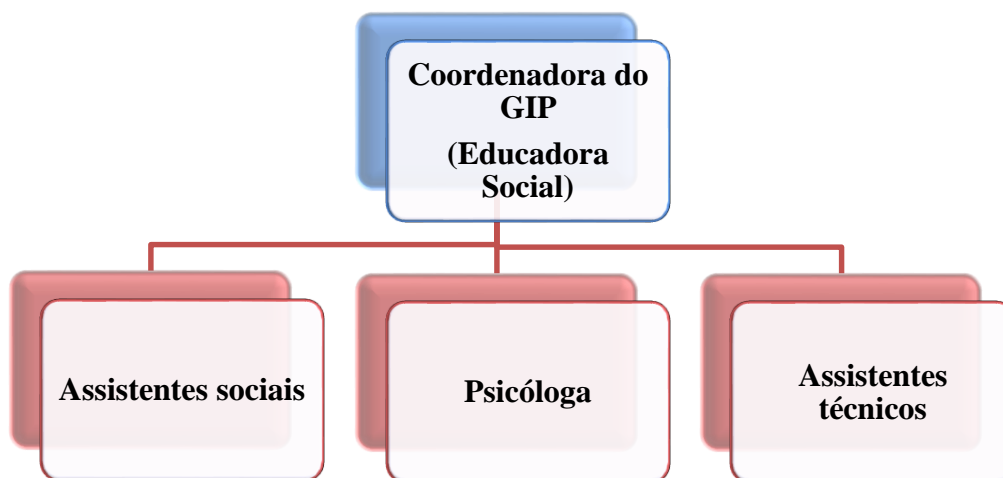
Relativamente às atividades, de acordo com o artigo 6.º da Portaria n.º 140/2015, o GIP pode desenvolver as seguintes:

**Quadro 7. Atividades de um GIP**

### Atividades de um GIP

- a) Ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;
- b) Captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação;
- c) Divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos;
- d) Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- e) Controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego;
- f) Encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego;
- g) Apoio à inscrição online dos candidatos a emprego;
- h) Ações previstas no eixo 1 - Emprego, formação e qualificação do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS+;
- i) Informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social;
- j) Outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados.

O GIP da JFO é constituído por uma equipa multidisciplinar, integrando a coordenadora (educadora social), quatro assistentes técnicas, duas assistentes sociais, e uma psicóloga. Representam uma mais-valia para a população da freguesia, pois fornecem-lhes uma resposta mais rápida e completa às suas necessidades.



**Figura 12.** Composição da equipa do GIP

Durante o tempo em que desenvolvi o meu estágio fiz um conjunto de aprendizagens resultantes da observação e do contacto com uma realidade em que a educação e a formação ao longo da vida são fatores cruciais para a melhoria da empregabilidade. Enquanto estagiária tive a oportunidade de trabalhar com diferentes técnicas de ação social e assim conhecer outras áreas de estudo e intervenção que me fizeram desenvolver competências, tanto pessoais como profissionais.

### **CAPÍTULO III – ESTÁGIO NO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL**

No presente capítulo pretendo descrever e analisar as atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular na JFO, mais concretamente no GIP. O desenvolvimento destas atividades, permitiram-me para além de um contacto próximo com a realidade de uma freguesia e com os seus diferentes atores, a aplicação de conhecimentos e competências da formação adquirida na licenciatura em ciências da educação e no mestrado em administração educacional.

Desta forma, o terceiro capítulo encontra-se dividido em três subcapítulos, correspondentes às três áreas de intervenção:

Subcapítulo 1. – *Atividades relacionadas com a análise de projetos educativos e sociais promovidos pelo GAS e pelo GIP* – em que apresento e analiso o Projeto “Contacto na Escola”, um projeto ligado à área social e o “Curso de alfabetização” promovido pelo GIP.

Subcapítulo 2. – *Atividades relacionadas com a construção de uma dinâmica de educação e formação ao longo da vida* – no qual apresento uma dinâmica de educação e formação ao longo da vida, bem como os procedimentos para a construção da mesma.

Subcapítulo 3. – *Atividades relacionadas com o apoio aos serviços do GIP* – onde descrevo alguns dos serviços do GIP e a forma como os mesmos funcionam.

### 3.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Após a escolha e caracterização do local de estágio, seguiu-se a definição de objetivos próprios a que me propus cumprir, enquanto estagiária, na instituição de acolhimento, sendo eles:

1. Conhecer a instituição de acolhimento no que diz respeito ao seu contexto, à sua organização, ao seu funcionamento, aos seus projetos e iniciativas, às suas parcerias e relações com a comunidade;
2. Aprofundar conhecimentos relativos à área de estudo e intervenção, nomeadamente nos domínios: contexto e funcionamento da organização, projetos no campo educativo e formativo, interação com a comunidade educativa;
3. Cumprir adequadamente e com profissionalismo todas as tarefas e atividades solicitadas pela organização;
4. Desenvolver competências técnico-profissionais através do apoio e colaboração em diferentes atividades.

O cumprimento destes objetivos foi concretizado ao longo de todo o período de estágio, o que possibilitou o prosseguimento do estudo, assim como a realização do presente trabalho.

O início do estágio foi marcado por uma conversa informal com o vogal da educação da JFO. Apresentou as instalações do local de estágio bem como as pessoas que trabalhavam no mesmo e que ocupavam diversas funções. Nesta primeira conversa que se realizou em outubro de 2014, o vogal informou-me que iria ficar na sala de trabalho dos vogais da Junta, com uma secretária própria e indicou-me algumas tarefas que teria de realizar e que seriam fundamentais para a compreensão da orgânica, funcionamento e áreas de intervenção da JFO, como era o caso da análise do site da JFO, dos boletins mensais publicados e posteriormente a análise de alguns instrumentos de planeamento, como é a carta educativa, o orçamento e o plano de atividades.

Após a análise destes documentos relacionados com a atividade da Junta, que se realizou durante os meses de outubro e novembro, decidi especificar a minha investigação e optei por escolher acompanhar um projeto do campo educativo e social realizado em articulação entre o GIP e o GAS. Assim, em dezembro tive uma reunião com a

coordenadora dos gabinetes na qual apresentei o meu interesse e motivação em apoiar e colaborar no desenvolvimento do projeto. A coordenadora aceitou de imediato esta minha intenção que teria início em janeiro de 2015.

Já a estagiar no GIP e após saber que o projeto para o qual me tinha proposto participar não iria ser realizado este ano, optei por trabalhar num outro projeto, relacionado com a educação e formação de adultos. Este seria um projeto no qual a coordenadora me deu todo o apoio para a sua escolha e encontrava-me bastante motivada para o mesmo, pois poderia aplicar vários conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e mestrado. No entanto, por questões relacionadas com parcerias e com tempo limitado também este projeto não foi realizado.

Perante esta inexistência de projetos, surgiu a ideia em conversas com a coordenadora e assistentes sociais, de criar uma dinâmica que estivesse de acordo com os propósitos do GIP. Esta dinâmica consistiu em duas sessões de apoio à procura ativa de emprego, as quais foram planeadas e divulgadas por mim e dinamizadas com o apoio de uma estagiária de educação social. Foi realizado um trabalho de cooperação e entreajuda com a estagiária de educação social visto a mesma necessitar de apoiar uma dinâmica para o seu estudo. Assim sendo, o estágio curricular e as tarefas desempenhadas distinguiram-se em três áreas de intervenção, sendo a última relativa ao projeto de investigação. A figura seguinte apresenta as diferentes áreas de intervenção e as principais atividades desenvolvidas pela estagiária.



## **Documentos estruturantes da autarquia/freguesia de Odivelas**

- 1.1. Análise do Plano de atividades/ orçamento da freguesia
- 1.2. Análise da carta educativa do Concelho

## **Projetos no campo educativo/formativo e social promovidos pelo GAS e pelo GIP**

### **Projetos em escola**

- 2.1. Levantamento de informações acerca do projeto "ComTacto na escola"
- 2.2. Comparação do projeto "ComTacto na Escola" em anos anteriores
- 2.3. Construção de tabelas comparativas

### **Projetos em comunidade**

- 2.4. Levantamento de informações acerca do "Curso de Alfabetização"
- 2.5. Análise das fichas de inscrição no curso
- 2.6. Construção de tabelas de caracterização dos inscritos
- 2.7. Resposta a email recebido pelo GIP de aluno a pedir informações sobre equipamentos sociais existentes na freguesia

## **Construção de uma atividade de educação e formação ao longo da vida**

- 3.1. Construção do cartaz e fichas de inscrição para as sessões
- 3.2. Planeamento das sessões: dinâmicas e conteúdos a abordar
- 3.3. Construção das sessões em powerpoint
- 3.4. Construção conjunta dos questionários
- 3.5. Realização de contatos de confirmação de presenças nas sessões
- 3.6. Construção dos certificados de participação, folheto informativo e folhas de presença
- 3.7. Apresentação das sessões

## **Apoio aos serviços do GIP**

- 4.1. Apoio às sessões coletivas
- 4.2. Apoio no atendimento do GIP

**Figura 13.** Atividades por área de intervenção em contexto de estágio

Como as atividades apresentadas decorreram em espaços e tempos diferentes, apresento, de seguida, a respetiva calendarização:

**Quadro 8.** Calendarização das Atividades de estágio

Área de Intervenção	Atividades	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Documentos estruturantes da autarquia/freguesia	1.1									
	1.2									
Projetos no campo educativo/formativo e social, promovidos pelo GAS e pelo GIP	2.1									
	2.2									
	2.3									
	2.4									
	2.5									
	2.6									
	2.7									
Construção de uma atividade de educação e formação ao longo da vida	3.1									
	3.2									
	3.3									
	3.4									
	3.5									
	3.6									
	3.7									
Apoio aos serviços do GIP	4.1									
	4.2									

De seguida, descrevo as atividades apresentadas anteriormente, tendo como base as notas de campo redigidas ao longo de todo o período de estágio no GIP da JFO.

### 3.1.1 Atividades relacionadas com a pesquisa e análise de documentos estruturantes da autarquia/freguesia de Odivelas

A tarefa de analisar os documentos de planeamento da autarquia e freguesia foram cruciais para conhecer a intervenção e prioridades da junta e Câmara no campo educativo nos últimos anos.

### **Análise do plano de atividades/orçamento da freguesia**

Esta tarefa de análise do plano de atividade e orçamento da freguesia foi recomendada pelo vogal de educação como uma forma de conhecer a intervenção da JFO no campo educativo e o apoio que é fornecido às escolas do pré-escolar e do 1.º ciclo, áreas de trabalho da Junta de Freguesia. Ao fazer a análise das atividades e orçamento entre os anos de 2013 e 2014 verifiquei que para além do orçamento investido em limpezas e reparações das escolas, a junta valoriza as comemorações de dias simbólicos como é o Dia Mundial da dança, do desporto, do professor, do estudante, entre outros (cf. Anexo I, nota de campo 3, p.10).

### **Análise da carta educativa do Concelho**

Com a análise da carta educativa do Concelho para além de ter o conhecimento da distribuição de escolas pelo Concelho, referenciei a caracterização da população de Odivelas, no que diz respeito à nacionalidade, níveis de educação e taxas de abandono escolar. Nesta análise constatei a existência de uma maioria de escolas do 1.º ciclo, nas quais a Junta tem competências relacionadas com a limpeza, reparação e aquisição de materiais e equipamentos escolares. Outro aspeto constatado diz respeito às taxas de abandono escolar nos últimos anos: revelam-se superiores no ensino secundário e profissional (cf. Anexo I, nota de campo 4, p.12).

#### Reflexão/balanço da atividade:

Estas tarefas de análise de instrumentos de planeamento da autarquia permitiram-me conhecer não só as prioridades da junta no campo educativo, mas também as necessidades da população neste mesmo campo, referenciadas nos baixos níveis de escolaridade e grandes taxas de abandono escolar.

### **3.1.2 Atividades relacionadas com os projetos no campo educativo/formativo e social, promovidos pelo GAS e pelo GIP**

Tanto o Projeto “Contacto na Escola” como o “Curso de Alfabetização” são projetos no campo educativo/formativo e social da iniciativa da JFO realizados com a parceria de escolas. O projeto “Contacto na escola” é realizado tendo em vista abranger alunos das escolas da freguesia, enquanto o “Curso de alfabetização” destina-se a toda a comunidade, seja ela de nacionalidade portuguesa ou estrangeira. Estes projetos realizam-

se uma vez por ano. Coube-me a tarefa de recolher informações sobre os mesmos, analisar a ficha de inscritos no “curso de alfabetização e comparar a realização do projeto “Contacto na escola” ao longo dos anos, de modo a verificar a sua evolução em termos de população abrangida e de temáticas mais abordadas. O estudo dos projetos no campo educativo/formativo e social envolve a caracterização de sete atividades distribuídas por cada um dos dois projetos. Após a realização destas tarefas tive conhecimento que os projeto não iriam ser realizados durante este ano devido a questões dependentes das parcerias e de dificuldades de gestão de tempo (cf. Anexo I, nota de campo 16, p.37).

### **Projeto em escola:**

#### **Levantamento de informações acerca do projeto “Contacto na escola”**

A recolha de informações sobre o projeto “Contacto na Escola” foi uma tarefa considerada crucial não só por mim, mas também pela coordenadora do projeto. Era necessário que tivesse conhecimento dos propósitos e intenções do projeto, bem como dos seus destinatários e procedimentos. Para a realização da tarefa procurei pesquisar toda a informação que existia acerca do projeto, nomeadamente no site da JFO. Verifiquei que o projeto passava pela realização de ações de sensibilização realizada com o apoio de uma parceria acerca de temáticas consideradas necessárias nos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo e secundário da freguesia de Odivelas. Após a pesquisa enumerei as escolas abrangidas pelo projeto e também os procedimentos necessários até à sua concretização.

Apesar de a tarefa ter sido simples, a informação online acerca do projeto era reduzida, pelo que tive que recorrer à coordenadora do projeto, que em conversa me fez uma apresentação de todas as fases de desenvolvimento do projeto, bem como das suas fragilidades e mais-valias (cf. Anexo I, nota de campo 8, p.20).

#### **Comparação do projeto "Contacto na Escola" em anos anteriores**

Após a recolha da informação que me contextualizou acerca dos propósitos e funcionamento do projeto, passei à realização de uma outra tarefa, que só seria possível realizar na sequência da anterior, que foi a análise e comparação do projeto em anos anteriores. A atividade tinha como intuito verificar evoluções. Para esta tarefa tive acesso a documentos fornecidos pela coordenadora e que constavam de um dossiê organizado e dividido por fases de funcionamento do projeto, em alguns dos seus anos de existência.

Com a análise do dossiê consegui registar as temáticas mais abordadas nas turmas ao longo dos anos e os materiais mais utilizados na apresentação e dinamização das temáticas. Esta foi uma tarefa interessante, pois através da observação de materiais como os folhetos informativos e as apresentações de slides em powerpoint consegui perspetivar algumas formas de intervir no projeto e tornar o mesmo mais enriquecedor.

### **Construção de tabelas comparativas**

Esta tarefa surgiu na sequência da anterior, pois seria necessário para uma melhor sistematização do projeto em anos anteriores a construção de tabelas ilustrativas. Desta forma, construí uma tabela referente ao número de ações de sensibilização realizadas por ano letivo, desde 2008, data de início do projeto e uma outra relativa ao número de alunos abrangidos pelas ações de sensibilização. Esta tarefa permitiu referenciar a atividade do projeto ao longo dos anos de uma forma rápida e simples e definir metas que superem as atingidas anteriormente.

#### **Reflexão/balço da atividade:**

Estas tarefas foram importantes para, num primeiro momento, conhecer o projeto no qual iria intervir mais tarde. Foi necessário a minha autonomia para pesquisar a maior parte da informação e através da sua análise definir os meus objetivos de estudo e de intervenção. Desenvolvi estas atividades com bastante motivação, por ser um projeto essencialmente interventivo nas escolas e me permitir aprender através do contato com o campo de estudo. A análise do funcionamento bem como dos materiais fez-me perceber a longa preparação que requiere a realização do projeto, desde a realização dos contatos à própria intervenção. Foram tarefas que me permitiram desenvolver capacidades de análise e sistematização de informação.

### **Projeto em comunidade:**

#### **Levantamento de informações acerca do "Curso de Alfabetização"**

Após saber que o projeto "Contacto na escola" não iria ser realizado este ano, surgiu o "curso de alfabetização" como alternativa. Procurei desta forma conhecer e perceber melhor a intenção deste projeto que surgiu também pela iniciativa da junta, mas com intuito diferente do projeto "Contacto na escola", pois está destinado a toda a comunidade

da freguesia e Concelho de Odivelas, nomeadamente jovens e adultos de nacionalidade portuguesa ou estrangeira.

A coordenadora deste projeto era também a do projeto “Contacto na escola” o que facilitou no apoio e na obtenção de informação referente à caracterização e funcionamento do curso. As minhas pesquisas centraram-se essencialmente no site da JFO e em folhetos disponíveis no GIP, que me permitiram obter conhecimento das etapas para a criação do curso de alfabetização (cf. Anexo I, nota de campo 10, p.26).

### **Análise das fichas de inscrição no curso**

Esta tarefa foi sugerida por uma das técnicas do “curso de alfabetização” e visava analisar e caracterizar os inscritos no curso. Desta forma, através da análise das fichas de inscrição fui registando as nacionalidades com o objetivo de distinguir as pessoas de nacionalidade estrangeira das pessoas de nacionalidade portuguesa, assinelei as idades e distingui o número de pessoas do sexo feminino, das do número de pessoas do sexo masculino.

Esta análise dos inscritos vai permitir formar turmas equilibradas em termos de idades e nacionalidades, tendo como objetivo construir turmas multiculturais e com diferentes idades para que exista uma maior entreaajuda. (cf. Anexo I, nota de campo 12, p.30).

### **Construção de tabelas de caracterização dos inscritos**

Após a análise dos inscritos, e para uma melhor visualização das suas características utilizei o programa excel, onde coloquei a informação organizada pelas categorias: idade e nacionalidade.

Devido à pouca experiência em excel esta tarefa tornou-se um pouco demorada. No entanto, foi uma mais-valia não só para desenvolver competências técnicas, mas também para demonstrar o meu interesse e motivação no trabalho desenvolvido pelas técnicas de ação social. (cf. Anexo I, nota de campo 12, p.30).

Reflexão/balço da atividade:

Considero que este curso de alfabetização veio-me mostrar uma diferente forma de intervenção de uma técnica superior de educação numa junta de freguesia, numa área de estudo direcionada para a formação de adultos. Com a intervenção nesta área verifiquei a preocupação da JFO em colmatar algumas necessidades dos seus cidadãos, no que diz respeito à alfabetização. Para isso, e através de parcerias, a JFO optou por investir em formação gratuita nas áreas da leitura e da escrita.

Com a experiência no planeamento do curso de alfabetização tive a oportunidade de colocar em prática capacidades de análise e reflexão adquiridas na licenciatura em Ciências da Educação. Ao trabalhar com o programa excel, aprofundei alguns conhecimentos acerca das suas funcionalidades.

**Resposta a email recebido pelo GIP de aluno a pedir informações sobre equipamentos sociais existentes na freguesia**

Esta tarefa que consistiu em responder a um email recebido na JFO por um aluno da Escola Técnica Psicossocial de Lisboa foi desenvolvida em conjunto com uma outra estagiária do curso de licenciatura em Educação Social.

O email recebido pedia informação acerca dos equipamentos sociais (centros de dia, creches, centros de acolhimento, etc.) existentes na freguesia de Odivelas. Para obter esta informação decidimos fazer a pesquisa em sites, como o da Junta de Freguesia, o da Câmara, entre outros. No final desta pesquisa reunimos a informação que tínhamos e elaborámos a resposta, que foi primeiramente aprovada pela coordenadora do GIP.

Embora tenha sido uma atividade um pouco demorada devido à dispersão da informação, foi uma atividade interessante, pois deu-me a oportunidade de conhecer os vários equipamentos sociais da JFO, que se encontram distribuídos por diferentes áreas, desde a educação, saúde, acolhimento, emprego até ao apoio à deficiência. Em equipamentos sociais, as creches e os infantários são as que estando distribuídas por toda a freguesia, ocupam o maior número (cf. Anexo I, nota de campo 15, p.35).

Reflexão/balanco da atividade:

Ao desenvolver esta atividade de resposta a um email, procurei ser o mais profissional possível, pois sentia-me sobre a responsabilidade de representar o trabalho que é feito no GAS e no GIP. Com esta atividade conheci os diferentes apoios que a freguesia fornece aos seus munícipes.

Com esta tarefa tive a oportunidade de através de um trabalho cooperativo partilhar e trocar ideias com uma colega estagiária, o que enriqueceu o trabalho desenvolvido.

Foi importante estabelecer esta relação com a colega, visto que é sempre uma mais-valia aprender com pessoas com áreas de estudo e experiências diferentes das nossas.

### 3.1.3 Atividades relacionadas com a construção de uma atividade de educação e formação ao longo da vida

A atividade criada de educação e formação ao longo da vida surgiu de uma conversa com a coordenadora do GIP e com as assistentes sociais enquanto pensávamos em ideias para a criação de uma dinâmica que fosse de encontro aos propósitos do GIP. Como o GIP tem como objetivo principal o apoio e acompanhamento de jovens e adultos na inserção ou reinserção no mercado de trabalho e como a coordenadora evidenciou que o número de pessoas que se deslocam ao GIP a pedir ajuda para construir um currículo tem sido maior, surgiu a ideia de criar uma dinâmica de duas sessões sobre “técnicas de procura ativa de emprego”.

A construção das sessões passa por seis atividades fundamentais, seguindo-se uma sétima atividade em que as sessões são apresentadas e dinamizadas.



### **Construção do cartaz e fichas de inscrição para as sessões**

Antes de começar a planear as sessões sobre as “técnicas de procura ativa de emprego” foi recomendado pela coordenadora a construção de um cartaz que as divulgasse, de forma a que as pessoas tivessem conhecimento das mesmas o mais cedo possível e se comesçassem a inscrever. Para essa inscrição era também necessário que se construíssem dois tipos diferentes de fichas de inscrição, visto que as sessões tinham conteúdos diferentes. Desta forma, as pessoas podiam ter a hipótese de frequentar a sessão que fosse mais do seu interesse.

Antes de elaborar um cartaz final decidi começar por fazer um rascunho para que fosse aprovado, onde se incluíam os conteúdos das sessões, as imagens ilustrativas, uma mensagem apelativa, as datas de realização das sessões e dois logótipos, um deles referente à Junta de Freguesia de Odivelas e o outro ao GIP (Gabinete de Inserção Profissional).

Após a aprovação do cartaz dediquei-me à construção das fichas de inscrição, nas quais incluí dados gerais, tais como a idade, a nacionalidade e o nível de escolaridade. Estas informações ser-nos-iam úteis, mais tarde, para a caracterização dos participantes das sessões (cf. Anexo I, nota de campo 18, p.40).

#### Reflexão/balanco da atividade:

Esta atividade permitiu a realização de um trabalho de cooperação e partilha com a coordenadora e com a assistente social. Estes contactos permitiram-me o acesso a opiniões e a conselhos essenciais para a melhoria do meu desempenho profissional, mais propriamente para a tarefa específica da construção cartaz de divulgação. Ao explorar o programa powerpoint para a criação do cartaz, aprofundei alguns conhecimentos técnicos fundamentais para futuras divulgações de atividades ou iniciativas.

A definição das categorias a incluir na ficha de inscrição foi uma tarefa crucial, que desempenhei com todo o cuidado. A partir desta categorização, processei a análise e retirei as conclusões relativas às características e interesses da população.

## **Planeamento das sessões: dinâmicas e conteúdos a abordar**

Após a afixação do cartaz e a abertura das inscrições para as sessões sobre “Técnicas de procura ativa de emprego” passei à realização da atividade mais complexa e demorada da construção das sessões: o seu planeamento. Apesar de já ter definido os conteúdos que considerava necessários a abordar, precisava ainda de referenciar algumas estratégias que servissem de consolidação dos temas.

Para uma melhor organização, comecei por construir uma tabela, na qual constavam: os conteúdos a abordar em cada sessão os seus objetivos, as dinâmicas/atividades a realizar, o tempo de duração das mesmas e os materiais necessários.

Embora a pesquisa de conteúdos e dinâmicas tenha sido demorada, a mesma enriqueceu os conteúdos da apresentação, pois existem diversos sites, nomeadamente o site do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) com conteúdos relacionados com a procura ativa de emprego. O site do IEFP contém modelos de currículos e de cartas de apresentação, o que considere fundamental para fornecer aos participantes, de forma a terem uma vertente também prática da aprendizagem.

Ainda durante a pesquisa encontrei algumas estratégias de valorização das competências pessoais e profissionais: exemplos de formas de construir um currículo e uma carta de apresentação; informações importantes relativamente aos comportamentos a adotar, antes durante e após uma entrevista.

Após terminar a pesquisa decidi dividir os conteúdos das sessões em três partes/módulos: uma primeira parte de identificação das competências consideradas essenciais na procura de emprego; uma segunda parte relativa a alguns aspetos a ter em conta na elaboração do currículo e da carta de apresentação (dando a possibilidade dos participantes preencherem o seu próprio currículo ao facultar alguns currículos por preencher); uma última parte respeitante à entrevista de emprego, nomeadamente às estratégias de preparação, aos comportamentos a adotar, e às formas de avaliar o desempenho na mesma, tendo em vista a sua melhoria em próximas entrevistas. Para a dinamização desta última parte tinha planeado uma atividade de role-play que consistia na simulação de uma entrevista (com guião previamente preparado) por dois participantes

voluntários, fazendo um deles de entrevistador e outro de candidato ao emprego, no entanto optámos (eu, a coordenadora e colega estagiária) pela passagem de um vídeo de simulação de uma entrevista (cf. Anexo I, nota de campo 19, p.42).

Reflexão/balanço da atividade:

Com estas atividades de planeamento desenvolvi a minha capacidade de síntese e o meu sentido crítico na escolha dos conteúdos, tendo em conta que pretendia transmitir conteúdos de forma simples e adequados às necessidades da população. O apoio da coordenadora em todas as atividades permitiu que fosse possível uma melhoria constante do trabalho realizado.

Os instrumentos de planeamento, especialmente as tabelas, foram úteis não só para organização das sessões de “procura ativa de emprego”, mas também para o caso de as técnicas de ação social quererem dar continuidade à realização destas sessões.

**Construção das sessões em powerpoint**

Para a apresentação de cada uma das duas sessões construí dois powerpoints. No primeiro powerpoint coloquei temas como “Conhecer-se a si próprio”, “Conhecer o mercado de trabalho” e “Conhecer as técnicas de procura de emprego”, nos quais acrescentei os conteúdos necessários para uma procura ativa de emprego. No segundo powerpoint referente à segunda sessão, inseri conteúdos relativos à fase anterior, durante e após à entrevista de emprego (cf. Anexo I, nota de campo 20, p.46).

Reflexão/balanço da atividade:

Com esta atividade tive a possibilidade de aplicar conhecimentos desenvolvidos durante a licenciatura e o mestrado em Ciências da Educação relativos à construção de apresentações.

No final da atividade tive ainda o feedback da coordenadora e da estagiária de Educação Social que me deram algumas dicas para a melhoria das apresentações. Entendi as suas opiniões como ensinamentos preciosos e uma mais-valia para o meu trabalho.

### **Construção conjunta dos questionários**

Esta atividade foi realizada em conjunto com a colega estagiária do curso de Educação Social. Começámos por definir o objetivo principal do questionário que seria “avaliar a satisfação e o cumprimento das expetativas dos participantes em relação às sessões apresentadas”. Para a construção do questionário definimos categorias nas quais pretendíamos avaliar a satisfação dos participantes, que foram as seguintes: Temáticas; Dinâmica da sessão; Comunicação; Duração da sessão; Importância da sessão; e Correspondência de expetativas em relação à sessão.

Acrescentámos ainda ao questionário duas questões de resposta aberta, para que os participantes pudessem fazer comentários às sessões e sugerir outras temáticas do seu interesse. Para uma primeira parte das questões decidimos colocar as opções “Insuficiente”, “Razoável”, “Bom”, e “Muito Bom”. Já para questões relativas à importância da sessão e à correspondência das suas expetativas, decidimos colocar três opções, a “Não”, a “Em parte” e a “Na Totalidade”. No final da construção do questionário enviámos para a coordenadora de forma a obtermos um feedback ao mesmo (cf. Anexo I, nota de campo 21, p.48).

#### Reflexão/balanço da atividade:

Considero que o facto de termos construído o questionário em conjunto permitiu que através da partilha de diferentes ideias e pontos de vista pudéssemos adaptá-lo, não só aos participantes das sessões, mas também aos nossos objetivos de investigação.

Com a realização desta atividade relembrei e consolidei alguns conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura em ciências da educação relativas à construção de questionários.

### **Realização de contactos de confirmação de presenças nas sessões**

Esta atividade consistiu na realização dos contactos de confirmação de inscrição nas sessões. Estes contactos tinham como objetivo confirmar a inscrição e lembrar as datas e horários das sessões. Esta tarefa foi recomendada por uma técnica de ação social que perante a sua experiência considerou melhor a sua realização. Assim, com o apoio da

colega estagiária retirámos os contatos das fichas de inscrição e distribuímos pelas duas de forma a mais rápido executarmos a tarefa. Através dos contatos constatámos que para além de todos os inscritos terem confirmado a sua presença nas sessões, a maioria tinha também registo da data e hora das sessões, o que demonstrou interesse nas mesmas (cf. Anexo I, nota de campo 21, p.48).

Reflexão/balanço da atividade:

Com esta atividade tive a oportunidade de desenvolver a minha intervenção profissional, ao informar e esclarecer os inscritos em algumas dúvidas acerca da apresentação e conteúdos das sessões.

Com os contactos realizados, melhorei as minhas competências de comunicação e o meu sentido de responsabilidade, como representante do GIP.

**Construção do certificado de participação, folheto informativo e folhas de presença**

Nesta última atividade de planeamento das sessões construí os certificados de participação, conjuntamente com a colega estagiária, com um intuito de fornecermos aos participantes um folheto informativo alusivo à temática das “técnicas de procura ativa de emprego” e folhas de presença nas sessões.

A construção do certificado de participação foi a primeira tarefa desenvolvida, pois segundo a coordenadora do GIP tínhamos de os fazer o mais rápido possível para que o Presidente da Junta de Freguesia os despachasse a tempo de os entregar na última sessão. Colocámos um texto em que mencionámos o título das sessões, a data e horários, o local da realização e o nosso nome (o meu e o da outra estagiária). Acrescentámos ainda uma imagem de fundo que correspondeu à colocada no cartaz de divulgação das sessões e deixámos um espaço no início para colocar os nomes dos inscritos e um espaço no final para a assinatura do Presidente. Nesta tarefa tivemos ainda a ajuda de um técnico do atendimento ao público, que antes de os imprimir colocou nos espaços destinados para o efeito os nomes das pessoas inscritas e tornou os certificados mais apelativos ao colocar uma moldura em torno dos mesmos. Para terminar a tarefa foi necessário obter apenas aprovação da coordenadora e enviar os certificados para o Presidente da Junta.

A criação de folhas de presença foi recomendada pela coordenadora, por ser uma forma de comprometer as pessoas a voltarem na sessão seguinte, pelo simples facto de terem de registar a sua comparência. Foi uma tarefa simples em que tive que criar uma listagem com os elementos inscritos para a participação de duas sessões.

A construção do folheto informativo foi uma tarefa que teve como objetivo facultar algum material aos participantes das sessões, para que os mesmos pudessem consultar em qualquer momento, caso necessitassem. Nos seus conteúdos colocámos essencialmente assuntos relacionados com a entrevista de emprego, nomeadamente em termos de vestuário e de comportamentos a tomar e outros a evitar. Acrescentámos ainda algumas imagens alusivas ao tema (cf. Anexo I, nota de campo 22, p.51).

Reflexão/balanço da atividade:

Com a construção do certificado tive a oportunidade de adquirir conhecimentos com a exploração do programa publisher e ainda aprender por meio do trabalho colaborativo.

A elaboração do folheto tornou-se demorada devido ao facto de termos tido o cuidado de o tornar apelativo, o que implicou ter informação resumida e por pontos e ainda por acrescentarmos imagens elucidativas ao tema. Todos estes cuidados deram qualidade ao folheto informativo.

Considero que em todas as tarefas desta atividade de planeamento desenvolvi algumas competências, nomeadamente na construção de um folheto, instrumento muitas vezes necessário na divulgação de ações ou iniciativas, em diferentes organizações.

### **Apresentação das sessões**

Tanto para apresentação da primeira como da segunda sessão cheguei sempre uma hora antes, de forma a ter tempo de treinar a apresentação, preparar os materiais a entregar aos participantes (pasta com folhas e folheto) e testar o projetor.

Como a colega estagiária iria apresentar a primeira sessão, começámos por dividir as tarefas e por treinar juntas. Assim que a coordenadora autorizou, recebemos os

participantes e iniciámos a sessão com a nossa apresentação e solicitámos que os presentes fizessem o mesmo. Esta estratégia tinha como objetivo, ao dar-lhes a palavra, criar um ambiente mais descontraído, para que os participantes se conhecessem melhor entre si e se sentissem mais à vontade para participar na sessão. De seguida, passámos para a realização e apoio às dinâmicas planeadas prosseguindo com a sessão para conteúdos relativos à construção do currículo e da carta de apresentação. No final da sessão, ficámos ainda mais algum tempo para tirar dúvidas a alguns participantes, relativamente a aspetos de construção do currículo.

Na segunda sessão, a apresentação e dinamização foi unicamente da minha responsabilidade, o que fez com que tivesse mais tarefas para gerir. Após receber na sala os participantes da segunda sessão, comecei por me apresentar e relembrar o que tinha sido abordado na sessão anterior. Após esta breve introdução avancei para a apresentação e posteriormente para a apresentação do vídeo elucidativo do tema da entrevista de emprego. No final da sessão, foram distribuídos os certificados de participação. Assim que a sessão foi dada por terminada, os participantes que não tinham estado presentes na sessão anterior vieram ter comigo para que lhes tirasse algumas dúvidas acerca da construção do currículo, mostrando-me o seu currículo para que eu o pudesse analisar e solicitar melhorias, caso necessário (cf. Anexo I, nota de campo 23, p.53; nota de campo 25, p. 59

Reflexão/balanco da atividade:

Verifiquei que na apresentação da segunda sessão as pessoas já estavam mais desinibidas, já começavam a falar umas com as outras demonstrando estar mais à vontade, o que não aconteceu na primeira sessão, apesar das tentativas para o efeito. Considero que acabou por ser uma evolução, na qual identifico como um aspeto positivo. Constatei também que as pessoas demonstraram mais interesse pela segunda sessão através da sua maior participação, talvez por estarem mais vontade e por se abordarem assuntos mais práticos nos quais se identificam mais.

No final da sessão os participantes sugeriram-me a possibilidade de eu organizar um curso de informática, pois era uma necessidade que sentiam a nível de pesquisa e de criação de documentos, consideradas como competências fundamentais na procura e candidatura a emprego. Este foi mais um aspeto positivo no qual verifiquei que as pessoas tinham gostado das sessões.

A coordenadora do GIP mencionou que a comunicação foi simples e clara e os conteúdos abordados estavam bastante interessante.

Esta atividade de apresentação e dinamização de duas sessões foi uma atividade que gostei bastante de realizar, pois aprendi com base na experiência que tive e sinto-me motivada e melhor preparada não só para dinâmicas deste género, mas também para continuar a minha investigação.

### 3.1.4 Atividades relacionadas com o apoio aos serviços do GIP

De forma a prestar apoio aos jovens e adultos desempregados, o GIP disponibiliza um serviço de sessões coletivas aqueles que fazem pela primeira vez a sua inscrição no centro de emprego, nas quais são dadas a conhecer o GIP, as ofertas de emprego e o estágio e curso disponíveis. O GIP disponibiliza ainda um serviço de atendimento personalizado para todas as pessoas inscritas no Centro de Emprego mais próximo, neste caso, o de Loures. Durante o estágio tive a oportunidade de presenciar e apoiar algumas sessões coletivas e também observar e prestar apoio no atendimento ao público.



### **Apoio às sessões coletivas**

As sessões coletivas são realizadas dois dias por semana e são apresentadas de forma alternada entre as assistentes sociais e a educadora social, através de um planeamento feito mensalmente. Estas sessões, como já mencionado, destinam-se a desempregados que são convocados após se inscreverem no centro de emprego.

A tarefa que tive de realizar foi registar os dados pessoais dos desempregados enquanto a assistente social os questionava sobre os mesmos. Estes dados seriam assim apresentados numa tabela que seria enviada para o Centro de Emprego, para que as ofertas de emprego surgissem adequadas às características dos desempregados. Os dados que tive de registar dividiam-se por categorias como foi o “género”, a “idade”, as “habilitações literárias”, e uma categoria inserida mais tarde, relativa às “profissões exercidas/procuradas” (cf. Anexo I, nota de campo 28, p.67).

#### Reflexão/balanço da atividade:

Com a realização desta tarefa tive a possibilidade de melhor conhecer os desempregados do Concelho de Odivelas. Essa população encontra-se entre os 31 e os 63 anos, estando a sua grande maioria entre os 46 e os 61 anos. As suas habilitações literárias vão desde o 4.º ano, à Licenciatura. O género feminino predominou em algumas sessões e algumas das profissões exercidas e/ou procuradas foram: cozinheira, eletricista, motorista, empregada doméstica, educadora de infância, empregado de armazém, jardineiro, carpinteiro, jornalista, secretário, contabilista, engenheiro e técnico de informática.

Ao caracterizar alguns dos desempregados da freguesia de Odivelas pude constatar que existe uma grande maioria de cidadãos perto da idade da reforma e com pouca escolarização, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho.

Apesar de ser uma tarefa simples, permitiu-me realizar um trabalho de responsabilidade, visto estar a criar um instrumento de análise realizado pelo GIP para o centro de emprego. Foi uma tarefa que gostei de realizar por sentir que estava a fazer parte do trabalho desenvolvido no GIP.

### **Apoio no atendimento do GIP**

O trabalho que desenvolvi no atendimento do GIP durante uma semana começou por ser de observação das atividades desenvolvidas, bem como das funções de cada um dos três técnicos do atendimento. Constatei que o atendimento do GIP está dividido por dois balções, num deles são feitas as apresentações quinzenais (ao estarem inscritas no centro de emprego e ao estarem a receber subsidio de desemprego têm obrigação de comparecer no Gabinete de 15 em 15 dias, sob pena de perderem o subsídio), são requeridas declarações e pedidos dias de isenção de 30 dias de comparência às apresentações quinzenais; já no outro balção são processados e esclarecidos assuntos relativos a candidaturas, a empregos, formações e estágios.

Após observar o trabalho desenvolvido tive a oportunidade de dar o meu apoio através da impressão de fotocópias e posterior entrega aos técnicos do atendimento, de forma a uma maior rapidez e agilidade do trabalho, principalmente nos dias em que o Gabinete se encontrava com muita afluência de pessoas para atendimento (cf. Anexo I, nota de campo 29, p.69).

#### Reflexão/balanço da atividade:

Durante a semana que estive no atendimento verifiquei que a maioria das pessoas apareceram no atendimento para fazer apresentações quinzenais e/ou candidatar-se a ofertas de emprego e formações. O trabalho dos técnicos é coordenado com muita entajuda e cooperação entre si, o que torna o ambiente do GIP descontraído. Mesmo quando existe muito trabalho, os técnicos interagem com as pessoas e de forma divertida e brincam com as crianças que aparecem.

Esta experiência no atendimento foi muito enriquecedora para mim, pois conheci melhor as pessoas que recorrem aos serviços do GIP e também aprendi através do contato com os técnicos que se mostraram sempre disponíveis para qualquer dúvida que tivesse. Tive assim uma melhor perceção de um trabalho que poderia desempenhar enquanto técnica de uma estrutura criada pela JFO, com o objetivo do atendimento e apoio aos desempregados.

## **CAPÍTULO IV – PROJETO DE INVESTIGAÇÃO**

Neste último capítulo apresentamos uma investigação de pequena escala realizada durante o período de estágio no Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Odivelas, sob a orientação da coordenadora do Gabinete. Com esta investigação pretendemos essencialmente conhecer a motivação, a intervenção e a importância de um Gabinete de Inserção Profissional instalado numa freguesia, no caso concreto da freguesia de Odivelas.

A escolha desta investigação resultou em primeiro lugar, de um interesse pessoal em conhecer a forma como o trabalho da ação social da JFO se encontra interligado à área educativa/formativa e daí ser capaz de esclarecer a inexistência de fronteiras entre estas duas áreas. Em segundo lugar esta investigação surgiu da necessidade de enquanto técnica superior de educação, colocar em prática a polivalência da intervenção educativa e formativa e ser capaz de intervir em diferentes contextos. Em terceiro e último lugar, este interesse surgiu de uma necessidade detetada na entrada para a JFO de apoiar a intervenção da área social, daí iniciar este projeto com a supervisão da responsável da área.

Este quarto e último capítulo encontra-se dividido em quatro subcapítulos:

Subcapítulo 1. – *Contextualização do tema* – é feita uma breve contextualização das temáticas que justificam o tema do projeto de investigação.

Subcapítulo 2. – *Objeto de estudo, objetivos de investigação e eixos de análise* – é apresentado o objeto de estudo; são estruturados os objetivos de investigação e os seus eixos de análise, para uma melhor orientação de todo o processo investigativo.

Subcapítulo 3. – *Metodologia de investigação* – é feita referência às opções metodológicas utilizadas para a recolha e análise dos dados constituintes dos resultados do projeto de investigação.

Subcapítulo 4. – *Apresentação e discussão dos resultados de investigação* – são apresentados sucintamente os principais resultados alcançados com a elaboração e desenvolvimento do projeto de investigação, tendo por base os eixos de análise definidos para a investigação e presentes no segundo subcapítulo.

#### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Esta investigação parte do estudo das políticas de descentralização e territorialização da educação, enquanto formas de reorganização do papel do Estado e da consequente transferência de competências no campo educativo para as autarquias locais, para demonstrar a importância dada por uma autarquia local à dimensão educadora e formadora da cidade. Esta importância pode ser verificada através da intervenção da autarquia local em competências conquistadas pelas margens de iniciativa, que vão para além do que se encontra legislado, como é a intervenção da JFO em contextos de aprendizagem ao longo da vida. Estes contextos de aprendizagem surgem por meio da aposta num trabalho de ação social, que pretende através do apoio e acompanhamento dos desempregados do Concelho de Odivelas proceder à sua integração ou reintegração no mercado de trabalho. Os processos de aprendizagem ao longo da vida concretizam-se em ofertas de formações ou estágios fornecidos a partir de parcerias que a JFO estabelece com instituições de formação profissional e empresas do Concelho.

Esta intervenção da JFO tendo em vista a empregabilidade dos seus cidadãos representa a constatação, por um lado, da redução de postos de trabalho causada a nível mundial pela crise financeira e que conduz a uma maior competição na candidatura a um emprego. Por outro lado, pela constatação do envelhecimento da população de Odivelas, que segundo os censos, entre 2001 e 2011 o maior número de população da freguesia ocupava a faixa etária dos 25 aos 64 anos e pelos baixos níveis de escolaridade da população da freguesia, que em 2011 cerca de 47% da população possuía apenas o nível de ensino básico (Carta educativa-Diagnóstico e Reordenamento da Rede Educativa, 2012: 28, 33). São estes dados que demonstram alguns dos fatores que dificultam a inserção ou reinserção da população de Odivelas no mercado de trabalho.

Para colmatar estes factos, a JFO investe na disponibilização de ferramentas que permitam atualizar e adequar as capacidades e competências da população às necessidades do mercado de trabalho. Consideram importante investir na “(...) coesão social em Odivelas o que implica uma especial atenção para as questões relacionadas com a igualdade de oportunidades no acesso (...)”. É desta forma essencial a “aposta numa educação que contrarie qualquer forma de exclusão social (baseada na raça, sexo, cultura, idade, deficiência, condição económica ou qualquer outro tipo de discriminação)” (Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas, 2004: 72). Assim, como forma de

capacitar a população para uma mais fácil e rápida inserção no mercado de trabalho, a ação social da JFO “(...) aposta no desenvolvimento de currículos nas formais” através de processos de aprendizagem ao longo da vida (Linhas de Orientação estratégica, 2004: 69, 72).

Para a JFO tal como para o Município de Odivelas as áreas educativa e social estão interligadas, sendo a educação considerada como o “(...) catalisador do progresso social dos Odivelenses” (Linhas de Orientação estratégica, 2004: 65).

O trabalho da ação social baseia-se essencialmente no desenvolvimento de estratégias de educação e formação, como forma de colmatar as necessidades da população na procura de emprego.

Neste contexto, a ligação entre estes dois conceitos, educação/formação “representa de forma sintomática um esbatimento e fluidez dos diversos tipos de fronteiras (institucionais, temporais, etárias, etc.) que têm separado a educação escolar e não escolar, a educação formal e não formal, a educação e o trabalho, a educação e o emprego, a educação e o lazer. Vivemos, hoje, no tempo da «Aprendizagem ao Longo da Vida», uma espécie de concretização dos ideais do movimento de Educação Permanente” (Canário, 2006: 258).

Desta forma, a educação remete para processos educativos desenvolvidos ao longo da vida, que vão para além da escola. A formação encontra-se “(...) subordinada à «produção de indivíduos definidos pelas suas capacidades de produtividade, de competição e de consumo» e associa-se, paralelamente, ao desenvolvimento económico e à resolução do problema do desemprego” (Marreiros, 2014: 13, citando Canário, 2006: 35).

A intervenção da JFO privilegia a “aposta prioritária na cultura e na formação permanente da população” e tem em conta que “a formação das pessoas constitui um elemento imprescindível para garantir o progresso económico e social especialmente em ambiente metropolitano” e que “(...) é também um dos elementos decisivos para garantir patamares mínimos de coesão social (...)”. Aposta na “(...) identificação das necessidades de formação profissional locais, facilitando a decisão aos organismos vocacionados e certificados para realizar formação (...)” e “(...) no estabelecimento de

parcerias para a promoção da formação as quais favoreçam os objetivos estratégicos definidos para o Concelho” (Linhas de Orientação estratégica, 2004: 72; 23; 81).

É desta forma analisada a visão alargada de educação e formação que a cidade de Odivelas tem enquanto cidade educadora, pois a mesma propõe-se a “(...) apostar na cidade como geradora de inúmeras possibilidades educadoras, fomentando a aprendizagem, a troca de experiências e enriquecimento da vida dos Odivelenses” (Linhas de Orientação estratégica, 2004: 72).

A JFO cumpre alguns princípios enquanto cidade educadora, nomeadamente quando é mencionado que “(...) as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de atividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.” (Cartas das cidades educadoras, princípio 15.º). A colaboração com outras entidades foi uma das necessidades de intervenção da JFO, que teve em vista a criação de postos de trabalho e/ou estágio e de formações profissionais adaptadas à procura social.

De acordo com os princípios das cidades educadoras, pode-se dizer que o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) da JFO surgiu a partir de um dos seus princípios, no qual se menciona que se “(...) deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados.” (Cartas das cidades educadoras, princípio 19.º).

É neste contexto de intervenção do GIP que surge o projeto de investigação direcionado para a análise da sua atividade de apoio e acompanhamento dos desempregados do Concelho e criação de uma atividade de educação e formação ao longo da vida dentro dos mesmos propósitos do gabinete.

O projeto de investigação, centra-se assim no estudo da intervenção da freguesia numa não competência orientada para a educação e formação ao longo da vida, como forma de responder a uma necessidade local de promoção da empregabilidade. A intervenção da cidade no domínio educativo e formativo representa uma forma de promoção do desenvolvimento da comunidade e consequentemente do território.

#### 4.2 OBJETO DE ESTUDO, OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO E EIXOS DE ANÁLISE

Esta investigação centra-se no estudo da intervenção da Junta de Freguesia de Odivelas no campo educativo e formativo, mais especificamente na orientação e acompanhamento de jovens e adultos na procura de emprego. Através deste objeto de estudo é possível detetar a intervenção da Junta de Freguesia de Odivelas na procura de respostas a problemas que vão para além do campo educativo e formativo, como é a área social.

Desta forma, o projeto centra-se numa única pergunta de investigação na qual pretendemos saber - *Qual a intervenção que uma Junta de Freguesia pode ter na educação e formação ao longo da vida?*

No intuito de responder à pergunta de investigação definimos alguns objetivos que orientam todo o percurso investigativo deste projeto resultante de um trabalho, não só empírico, mas também bibliográfico:

- Caraterizar os fatores de origem do GIP;
- Descrever a forma como é feita a orientação e acompanhamento dos jovens e adultos na procura de emprego;
- Conhecer a visão da freguesia relativamente à importância do apoio e orientação dos desempregados na procura de emprego;
- Conhecer a visão dos desempregados relativamente à importância e contributo dos serviços do GIP;
- Identificar as estratégias de intervenção da freguesia/município em processos de educação e formação ao longo da vida;
- Planear e dinamizar uma atividade que vá de encontro aos propósitos do GIP;
- Detetar perceções acerca da importância da atividade implementada.

Para a concretização dos objetivos delineados e para uma melhor sistematização dos resultados da investigação definimos dois eixos de análise:

1. A Intervenção do Gabinete de Inserção Profissional
  - a) Papel da JFO na criação e intervenção do GIP
  - b) Motivação para a criação do GIP
  - c) Serviços disponibilizados pelo GIP

- d) Visão dos desempregados acerca da utilização dos serviços do GIP
- e) Visão da freguesia relativamente à importância do apoio e orientação dos desempregados na procura de emprego

Através deste eixo, pretendemos dar a conhecer, segundo experiências vivenciadas e segundo o olhar dos seus intervenientes os motivos que levaram à criação do gabinete e os serviços que o mesmo disponibiliza à população. É apresentada a visão da junta de freguesia de Odivelas relativamente à importância do apoio e orientação dos desempregados na procura de emprego e a visão dos desempregados no que diz respeito à importância e contributo dos serviços do GIP.

- 2. A criação de uma atividade de apoio à inserção profissional
  - a) Apresentação da atividade
  - b) Perceções acerca da atividade

Com este eixo de análise procuramos apresentar a atividade criada, e fazer uma análise do seu contributo para os propósitos do GIP de apoio aos desempregados, que tem em vista facilitar a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.



#### 4.3 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia de investigação apresenta o tipo de investigação, as estratégias utilizadas, a(s) técnica(s) de recolha e análise de dados adotadas no estudo de diagnóstico para o projeto de investigação.

##### 4.3.1. Tipologia e estratégia de investigação

Após definir o objeto de estudo e os objetivos da investigação importa descrever o estudo e escolher as metodologias e técnicas de recolha e análise de dados necessárias para tratar a informação que pretendemos obter.

O tipo de informação que pretendemos alcançar deverá ser essencialmente do tipo qualitativo, no qual os dados significam “(...) ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas” (Bogdan & Biklen, 1994: 16).

Um tipo de investigação qualitativa centra-se

“(...) em contextos singulares e nas perspetivas dos atores individuais” (...) preocupa-se com a recolha de informação fiável e sistemática sobre aspetos específicos da realidade social, usando procedimentos empíricos com o intuito de gerar e interrelacionar conceitos que permitam interpretar essa realidade” (Afonso, 2014: 18).

O material de tipo qualitativo “(...) é constituído por textos de diversas origens, registos descritivos e dimensões (documentos, notas de campo, transcrições de entrevistas, respostas em questionários ...)” (Afonso, 2014: 126).

Consideramos que esta investigação se integra num estudo naturalista. Neste contexto, Bogdan e Biklen (1994) referem o seguinte:

“(...) em educação, a investigação qualitativa é frequentemente designada por naturalista, porque o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenómenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas: conversar, visitar, observar, comer, etc.” (Bogdan & Biklen, 1994: 17).

Num estudo naturalista são investigadas “(...) situações concretas existentes e identificáveis pelo investigador, sem intervenção, em termos de manipulação, física e deliberada, de quaisquer variáveis (...)”. No caso específico do estudo naturalista descritivo, no qual se integra a investigação, é construída “uma narrativa ou descrição de

factos, situações, processos ou fenómenos que ocorrem perante o investigador, quer tenham sido diretamente observados por ele, quer tenham sido identificados e caracterizados através de material empírico relevante.” (Afonso, 2014: 43).

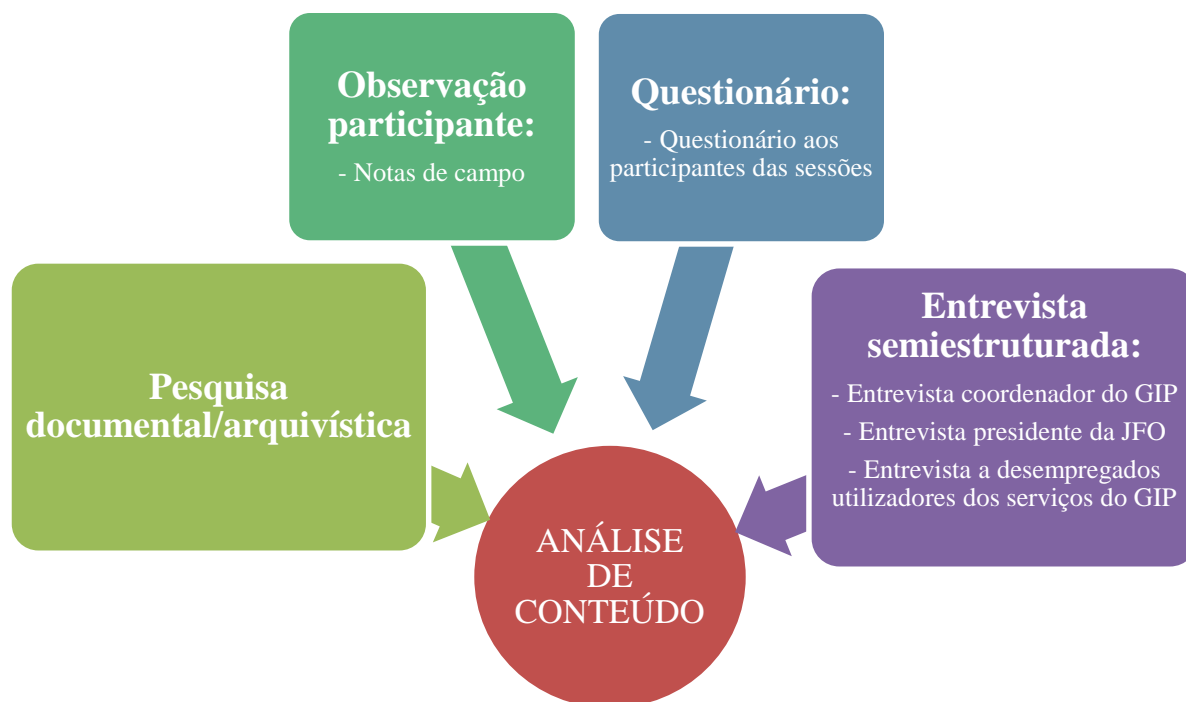
Como estratégias de investigação Afonso (2014) nomeia seis tipos: os estudos extensivos (*surveys*), os estudos etnográficos, os estudos de caso (organizacionais), a investigação-ação, os estudos biográficos/histórias de vida e os estudos de avaliação. Optámos por escolher e utilizar a estratégia de investigação de estudo de caso por ser a que melhor se adequa ao estudo do contexto específico, particular e único do GIP da JFO, sendo que “(...) a finalidade do estudo de caso não é representar o mundo mas sim representar o caso” (Afonso, 2014: 77, citando Stake, 1994: 245).

O caso é entendido como “(...) uma coisa específica, uma coisa complexa e em funcionamento” (Stake, 2007: 18). Este tipo de estudo, “(...) em educação é uma pesquisa empírica conduzida numa situação circunscrita de espaço e de tempo, ou seja é singular, centrada em facetas interessantes de uma atividade, programa, instituição ou sistema, em contextos naturais” (Afonso, 2014: 74, citando Bassey, 1999: 58). Desta forma, a metodologia adotada teve como base uma investigação qualitativa desenvolvida em contexto natural e segundo um estudo de caso.

#### 4.3.2. Técnica (s) de recolha/análise de dados

Para a análise do contexto específico do GIP da JFO e do tema de investigação torna-se necessário obter alguns dados através da utilização de algumas técnicas, como foram a pesquisa documental/ arquivística, a observação participante, a entrevista semiestruturada e o questionário. Para a análise e tratamento dos dados obtidos recorreremos à técnica de análise de conteúdo.

A figura seguinte sistematiza as técnicas de recolha e análise de dados utilizadas neste estudo para a prossecução do projeto de investigação.



**Figura 14.** Técnicas de recolha e análise de dados para o diagnóstico do projeto

A **pesquisa documental/arquivística** permitiu através da revisão de literatura acerca do tema, conhecer a área de intervenção do GIP relativa à educação e formação ao longo da vida; permitiu o acesso aos documentos estruturantes, tanto locais, como nacionais e internacionais, caso da carta das cidades educadoras, para justificar as prioridades da JFO no campo educativo e formativo.

Através da **observação participante** foi possível não só verificar o funcionamento diário do GIP, mas também verificar as atitudes e comportamentos do seu público alvo – os desempregados, e desta forma através do registo das observações em notas de campo caracterizar o seu perfil e compreender as suas expetativas.

Utilizámos a técnica de **entrevista** de forma a obtermos mais informações que respondessem às questões de investigação. Escolhemos a técnica de entrevista devido ao facto de que a mesma “(...) constitui uma das técnicas de recolha de dados mais frequentes na investigação naturalista e consiste numa interação verbal entre o entrevistador e o respondente, em situação de face a face” (Afonso, 2014: 104).

Esta técnica “(...) consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas” que permite “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994: 134). A técnica de entrevista, segundo Afonso (2014: 104-105) “(...) em geral, distingue-se entre entrevistas estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas(...)”. Para este estudo o tipo de entrevista que melhor se adequa é o tipo semiestruturado, uma vez que os temas “(...), são conduzidos a partir de um guião que constitui o instrumento de gestão da entrevista semiestruturada.”

Sobre o guião de uma entrevista semiestruturada Afonso (2014) esclarece o seguinte:

“(...) deve ser construído a partir das questões de pesquisa e eixos de análise do projeto de investigação. (...) a substância da entrevista é organizada por objetivos, questões e itens ou tópicos. A cada objetivo corresponde uma ou mais questões. A cada questão correspondem vários itens ou tópicos que serão utilizados na gestão do discurso do entrevistado em relação a cada pergunta.” (Afonso, 2014: 106).

Desta forma, para o estudo de investigação foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, das quais três foram aplicadas a pessoas que usufruem habitualmente dos serviços do GIP, sendo elas dois desempregados e uma pessoa em situação de procura de primeiro emprego. As restantes duas entrevistas foram aplicadas ao presidente da JFO e à coordenadora do GIP. Para estas cinco entrevistas foram construídos dois guiões, um para a coordenadora e para o presidente e outro para os desempregados e para a pessoa que se encontra à procura do 1.º emprego. No primeiro guião indagamos as perspetivas que o presidente e a coordenadora têm do seu trabalho, as motivações que estão na origem da criação do GIP e a importância que é por eles dada à promoção da empregabilidade dos cidadãos; no segundo guião inquirimos os desempregados procurando detetar a sua perceção em relação aos serviços disponibilizado pelo GIP e possíveis contributos dos mesmos para as suas vidas.

Estes dois guiões seguiram a estrutura de uma entrevista semiestruturada, os quais eram compostos por questões gerais que correspondiam a temas e a objetivos específicos.

Para o guião de entrevista a aplicar à coordenadora e ao presidente, os temas/blocos utilizados foram: A- “Legitimação da entrevista”; B- “Gabinete de Inserção Profissional”; C- “Iniciativa sobre “Técnicas de Procura de Emprego” e D- “Finalização da entrevista” (Anexo II, pág. 86). Já para o guião de entrevista aos desempregados e para a pessoa à procura do primeiro emprego, os temas/blocos foram: A- “Legitimação da entrevista”; B- “Caraterização da situação de desemprego”; C- “Serviço do GIP: orientação e acompanhamento na procura de emprego”; e D- “Finalização da entrevista” (Anexo II, pág. 88).

Após a aplicação das cinco entrevistas procedemos às suas transcrições, para que os seus dados fossem analisados.

A técnica de recolha de dados através da aplicação de um **questionário** surgiu da necessidade de obter opiniões de vários desempregados que frequentam o GIP e que participaram nas sessões criadas sobre “Técnicas de procura ativa de emprego”. Esta técnica é considerada a mais adequada por ser “(...) frequentemente utilizada em estudos de caso (...) quando se pretende ter acesso a um número elevado de atores no seio de uma organização, ou num contexto social específico” como é o caso da investigação realizada no GIP (Afonso, 2014: 109).

O questionário é composto por “(...) conjuntos de questões escritas a que se responde também por escrito” e a sua construção tem como objetivo principal “(...) converter informação obtida dos respondentes em dados pré-formatados”. Para ser construído é necessário a “(...) elaboração de uma grelha ou tabela de especificações onde, a partir da identificação das questões de pesquisa, se inventariam os tópicos substantivos a abordar.” (Afonso, 2014: 108; 112).

A recolha de dados de um questionário pode abranger três áreas de recolha da informação, “(...) pode centrar-se na recolha de dados sobre o que o respondente sabe (conhecimento e informação). Pode orientar-se para o que o respondente quer ou prefere (valores ou preferências). Pode ainda selecionar o que o respondente pensa ou crê (atitudes e convicções)” (Afonso, 2014: 110, citando Tuckman, 1978: 196).

Os dados recolhidos a partir do questionário aplicado ao grupo de desempregados inserem-se essencialmente nos dados referentes às suas preferências, visto terem de dar a

sua opinião acerca da sessão a que assistiram e participaram em aspetos como foram as temáticas abordadas, a dinâmica, a comunicação, a duração, a importância e a correspondência de expectativas.

Para analisar os dados recolhidos procedemos a uma técnica de análise, a **análise de conteúdo**, na qual é feito “(...) o tratamento da informação qualitativa” sendo o mesmo, “um processo muito mais ambíguo, moroso, reflexivo, que se concretiza numa lógica de crescimento e aperfeiçoamento”. Para esta análise é utilizado “o material empírico constituído por textos de diversas origens, registos discursivos e dimensões (documentos, notas de campo, transcrições de entrevistas, respostas em questionários...)”. Estes materiais devem ser utilizados pelo investigador para que o mesmo os possa “(...) explorar e mapear a partir dos seus objetivos de pesquisa, mobilizando e testando estratégias produtoras de significados relevantes, transformando progressivamente os dados em elementos constitutivos de um novo texto (o texto científico)” (Afonso, 2014: 126).

Procedemos à análise dos dados através da construção de um conjunto de dimensões de análise e categorias, que permitem selecionar e sistematizar os dados necessários para responder à questão de investigação, na qual se traduz todo o projeto de investigação. No quadro seguinte, apresentamos as diferentes dimensões de análise:

**Quadro 9.** Dimensões de análise e categorias de análise de conteúdo

<b>Dimensões de análise</b>	<b>Categorias</b>
<b>Gabinete de Inserção Profissional</b>	Papel da JFO
	Origem
	Serviços
<b>Desenvolvimento e apoio de medidas de procura ativa de emprego</b>	Contributos para o desenvolvimento local
	Contributos da iniciativa “Técnicas de procura ativa de emprego”
<b>Perfil dos desempregados em situação de procura de 1.º emprego</b>	Formação académica
	Situação Profissional
	Perfil Profissional
<b>Utilização dos serviços do Gabinete de Inserção Profissional</b>	Serviços utilizados
	Ofertas frequentadas
<b>Opinião acerca dos serviços e ofertas disponibilizadas pelo Gabinete de Inserção Profissional</b>	Contributos das ofertas
	Contributos dos serviços
	Melhorias/sugestões para as ofertas e serviços

#### 4.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

A apresentação e discussão dos resultados obtidos com a implementação do projeto de investigação sobre o GIP desenvolve-se tendo em conta dois eixos de análise que agregam as diferentes dimensões e categorias, definidas anteriormente. A saber: 1) A intervenção do Gabinete de Inserção Profissional; e 2) A criação de uma atividade de inserção Profissional.

##### 1) A Intervenção do Gabinete de Inserção Profissional

###### a) **Papel da JFO na criação e intervenção do GIP**

Antes de conhecer o tipo de intervenção que o GIP realiza é essencial perceber o tipo de papel que a JFO desempenhou na criação do GIP e qual o seu papel atual.

De acordo com a opinião do presidente da JFO para a criação do GIP, a JFO realizou e realiza um papel essencialmente de **contacto**: “O que a junta fez foi contactar o IEFP e estabelecer um protocolo para possibilitar a abertura do Gabinete na freguesia. Mas é um serviço basicamente do Instituto de Emprego.” (Anexo I, Entrevista ao presidente da JFO, pág. 72).

Apesar de considerar não ter um papel muito **interventivo** considera, no entanto que ele existe: “A Junta intervém apenas ao facultar meios para que a população possa ter acesso à educação e à formação.” (Anexo I, Entrevista ao presidente da JFO, pág. 71).

Um outro papel que a JFO tem na intervenção do GIP é o de **colaboração**, denominando-se como sendo uma “ponte”: “A Junta é mais uma ponte que colabora com várias entidades (...) E mesmo quando não temos mecanismos adequados procuramos organismos que possam colaborar connosco.” (Anexo I, Entrevista ao presidente da JFO, pág. 71).

A **participação** é também um dos papéis desempenhados pela JFO: “Participamos na definição das prioridades e cedemos espaços para que as ações se realizem.” (Anexo I, Entrevista ao presidente da JFO, pág. 71).

Para além do papel de contacto, de intervenção, de colaboração e de participação, a JFO desempenha também um papel de **cooperação**:

“(...) já que a junta tem a capacidade de fazer este trabalho, de não só de sinalizar, mas principalmente cooperar para tentar que se reduza a taxa de desemprego, melhor. (...) A junta tem assim um papel de cooperação e de elo de ligação, porque nós também temos instalações e colocamo-las ao dispor para que as formações ocorram aqui na freguesia” (Anexo I, Entrevista ao presidente da JFO, pág. 72).

A intervenção da JFO pode ser considerada como vantajosa para a população por permitir satisfazer as suas necessidades de forma mais rápida e fácil: “A Junta (...) ao estar diretamente relacionada com a população e com as suas necessidades mais rápida e facilmente procura satisfazê-las.” (Anexo I, Entrevista ao presidente da JFO, pág. 73).

É possível afirmar, desta forma, que a JFO utiliza o facto de ser o órgão mais próximo da população para intervir de forma incisiva para colmatar problemas e necessidades detetadas. Podemos encarar que o GIP surgiu de uma necessidade identificada através da proximidade existente entre a população e o executivo da junta de freguesia. Os diversos papéis desempenhados pela JFO podem ser considerados determinantes para o surgimento e continuação da intervenção do GIP, pois através da utilização da sua legitimidade para o estabelecimento de contactos com diferentes entidades e o seu carácter cooperativo, permitem que um simples “facultar meios” se torne numa tarefa indispensável para a instalação dos serviços do GIP e para o desenvolvimento de iniciativas de carácter educativo e formativo.

### **b) Motivação para a criação do GIP**

Sendo a criação do GIP, enquanto equipamento social, uma intervenção da JFO para além do que se encontra previsto na legislação, surge a necessidade de perceber o que leva esta junta de freguesia a optar por esta ação.

Uma das origens que estão na base da criação do GIP é o conhecimento através dos Censos de 2011 do aumento da taxa de desemprego ao longo dos anos (como já verificamos anteriormente): em 2011 a taxa de desemprego da freguesia de Odivelas era de 11,4% subindo 4,7% desde 2001. O GIP surgiu como uma estratégia para diminuir esta taxa:

“Já que a junta tem a capacidade de fazer este trabalho, de não só de sinalizar, mas principalmente cooperar para tentar que se reduza a taxa de desemprego, melhor. Estas cooperações são determinantes para diminuir o que têm sido elevadas taxas de desemprego da freguesia.” (Anexo I, Entrevista ao presidente da JFO, pág. 72).



Um outro motivo que está na origem da criação do GIP é a necessidade detetada de apoio à reinserção profissional da população. Uma necessidade também derivante do motivo anterior:

“(...) este serviço do GIP seguiu desde o início uma necessidade que as pessoas desempregadas tinham de se deslocar a um gabinete que lhes prestasse apoio (...) Este gabinete pretende responder às necessidades das pessoas no sentido de resolver situações inerentes ao desemprego.” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74).

Para além da necessidade da criação de um serviço que prestasse apoio à reinserção profissional, a população manifestou a necessidade de um serviço localizado na sua freguesia (a de Odivelas), visto que o que se localizava mais perto seria ainda assim longe da sua área de residência: “(...) Este serviço do GIP respondeu a uma necessidade que as pessoas desempregadas tinham de se deslocar a um gabinete que lhes prestasse apoio e que estivesse perto da sua área de residência.” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74).

Da mesma forma que existe a necessidade de reinserção profissional, existe a necessidade de alfabetização, não só da população sénior mas também da população estrangeira. Esta necessidade é manifestada através de dados representados nos Censos de 2011 e encarada como uma prioridade para a JFO:

“A criação destes espaços para ações e formações foi crucial. E têm ocorrido bastantes, como é o caso do curso de alfabetização que este ano não o tivemos, mas iremos continuar a tê-lo, porque é também cada vez mais uma necessidade da população da freguesia e dos estrangeiros que chegam e precisam de aprender a ler e escrever.” (Anexo I, Entrevista presidente da JFO, pág. 73).

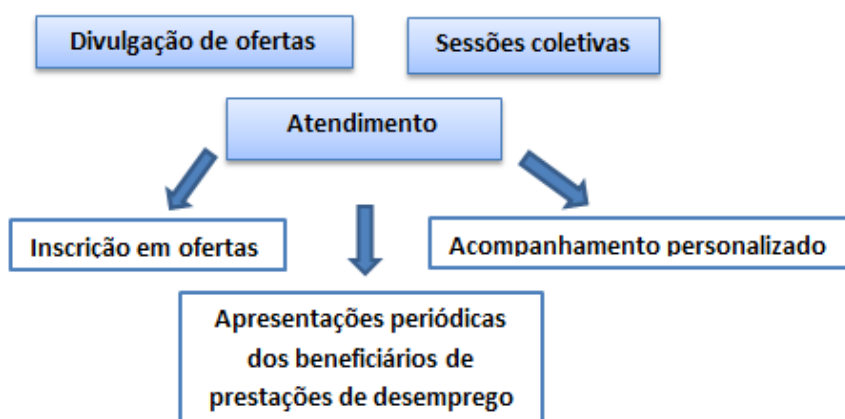
O que possibilitou a criação do GIP foi basicamente o protocolo e parceria estabelecida pela JFO com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que possibilitou a colaboração com o Centro de Emprego, passando algumas das suas tarefas a ser realizadas no GIP, nomeadamente o controlo das apresentações periódicas: “Temos ainda um serviço de controlo das apresentações periódicas dos beneficiários de prestação de desemprego que nos foi delegado pelo centro de emprego.” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74).

“O que a junta fez foi contactar o IEFP e estabelecer um protocolo para possibilitar a abertura do Gabinete na freguesia. Mas é um serviço basicamente do Instituto de Emprego. (...) A parceria com o IEFP tem permitido que a população da freguesia tenha acesso a ofertas de emprego nas mais variadas áreas.” (Anexo I, Entrevista presidente da JFO, pág. 73).

Podemos entender que a proximidade com a população e o conhecimento de alguns dados estatísticos em relação à mesma, levou à constatação de algumas necessidades tidas como prioritárias pela JFO. O estabelecimento da parceria permitiu que a JFO criasse um espaço perto da população com funções de apoio e acompanhamento dos desempregados com vista à sua reinserção profissional. Através das margens de iniciativa que conquistou, a JFO estabeleceu outras parcerias que possibilitaram que os espaços do GIP fossem dinamizados através de ações e cursos de formação, como é o caso da realização do curso de alfabetização.

### c) Serviços disponibilizados pelo GIP

Tendo em contas satisfazer as necessidades da população a nível local, o GIP disponibiliza três tipos de serviços: Divulgação de ofertas; Sessões coletivas; Atendimento. O atendimento encontra-se dividido por dois balcões, um balcão destinado a assuntos relativos às apresentações quinzenais dos beneficiários de prestações de desemprego e o outro balcão a assuntos de acompanhamento personalizado ao desemprego, onde também podem ser pedidas informações sobre as ofertas e feitas inscrições nas mesmas.



**Figura 15.** Atividades do GIP

#### **Divulgação de ofertas**

Um dos serviços disponibilizados pelo GIP é o serviço de divulgação das ofertas de emprego, estágio ou curso, ofertas essas renovadas semanalmente: “Nós aqui divulgamos ofertas de emprego, estágio ou cursos disponíveis que recebemos semanalmente pelo

centro sobre de emprego e disponibilizamos aos desempregados informações essas ofertas” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74).

### **Sessões coletivas**

As sessões coletivas são realizadas pelas técnicas superiores de ação social e são “(...) sessões em que os desempregados são convocados pelo centro de emprego para vir conhecer o gabinete e as ofertas disponíveis, é como que um compromisso, mas que também é importante para eles” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74).

### **Atendimento**

O serviço de atendimento do GIP como já mencionado é dividido pelo “serviço de controlo das apresentações periódicas dos beneficiários de prestação de desemprego” e um serviço de acompanhamento personalizado ao desempregado em que se tenta “adaptar as soluções às caraterísticas de cada um” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74). O primeiro serviço é um serviço que “foi delegado pelo centro de emprego”, o qual recebe e envia diariamente declarações, encontrando-se a par das situações dos beneficiários. Enquanto no serviço destinado ao apoio e acompanhamento dos desempregados é feita “inscrição nas ofertas” de emprego, estágio ou curso que melhor se adaptam às caraterísticas de cada desempregado. (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74).

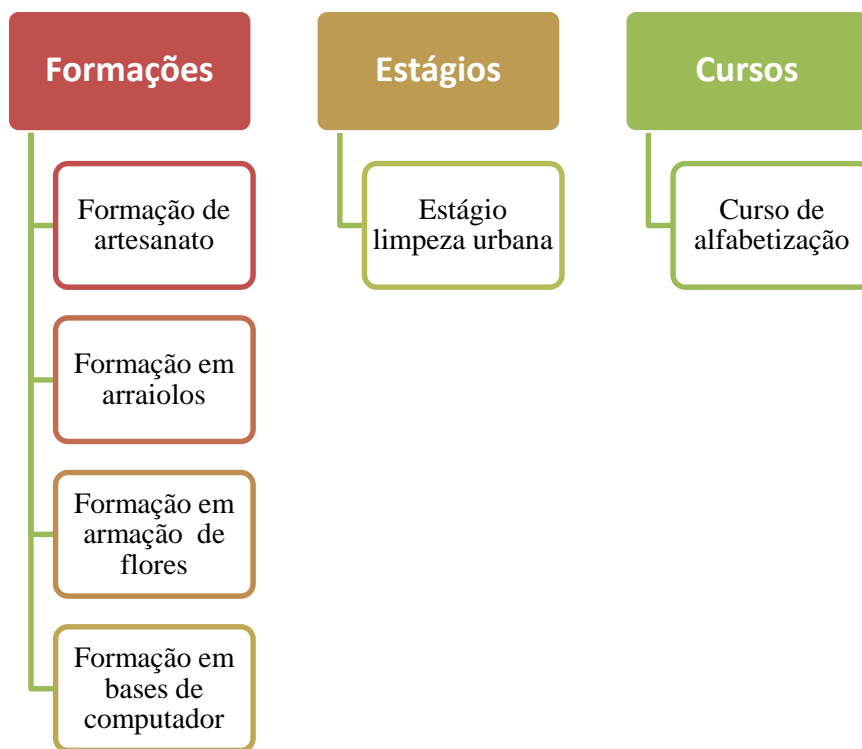
Estas atividades do GIP demonstram algumas delegações de funções que derivam da colaboração e parceria com entidades, como é com o IEF e com o Centro de Emprego. Para além das atividades de apoio e acompanhamento à reinserção profissional dos desempregados a JFO faz ainda um trabalho diário de encaminhamento de inscrições de ofertas para o IEF e uma prestação diária de contas ao centro de emprego acerca de dados relativos aos beneficiários de prestações de desemprego.

#### **d) Visão dos desempregados acerca dos serviços do GIP**

A visão dos desempregados é fundamental para compreender não só a intervenção do GIP, mas também os contributos que a intervenção tem sobre estes. Recolher sugestões que segundo os desempregados poderiam melhorar os serviços do GIP é essencial para a

melhoria da intervenção de uma junta que tem como prioridade as necessidades e interesses dos seus cidadãos.

De forma a verificar que tipo de ofertas os desempregados costumam frequentar, questionamos dois deles. Um deles mencionou ter frequentado apenas formações, entre as quais, “(...) formação de artesanato”, “(...) formação daqui em arraiolos”, “(...) formação em bases de computador”, “e depois tirei também em flores, em armações de flores” (Anexo I, Entrevista desempregada-Mulher, pág. 80). O outro desempregado realizou “um estágio para o Instituto de Emprego e Formação Profissional em limpeza urbana”, “e há dois anos (...) um curso de alfabetização” (Anexo I, Entrevista desempregado-Homem, pág. 77).



**Figura 16.** Ofertas frequentadas pelos dois desempregados entrevistados

Com estas ofertas podemos verificar que existe um cuidado na disponibilização de ofertas de formação em diversas áreas que privilegiem a vertente prática, como é o artesanato, os arraiolos, a armação de flores e as aprendizagens em computador.

### **Contributos das ofertas**

As ofertas a que os desempregados entrevistados frequentaram revelaram trazer benefícios para ambos em termos de aprendizagem. A desempregada revelou que “também gosto muito de trabalhar com flores, aprendi várias coisas com esta formação.” (Anexo I, Entrevista desempregada-Mulher, pág. 80). Já o desempregado mencionou que “o estágio foi bastante importante, aprendi bastantes coisas, foram todos muito boas pessoas que me ajudaram bastante” (Anexo I, Entrevista desempregado-Homem, pág. 77).

Um outro contributo evidenciado pelos desempregados em relação à sua participação em ofertas foi o desenvolvimento de competências: “Tenho desenvolvido várias competências” (Anexo I, Entrevista desempregada-Mulher, pág. 80); “Desenvolvi várias competências e isso deveria ser a prioridade de recrutamento das empresas.” (Anexo I, Entrevista desempregado-Homem, pág. 77).

Estas ofertas demonstram dotar os desempregados de técnicas de procura ativa de emprego através das aprendizagens e das competências desenvolvidas, nomeadamente em formações que desenvolvem bastante o *know-how* desta população, úteis numa mais fácil e rápida entrada no mercado de trabalho.

### **Contributos dos serviços GIP**

Também os serviços do GIP em geral trouxeram benefícios para os desempregados que os frequentam. Um dos benefícios ou mais-valias dos serviços apontados pelos desempregados é o apoio na candidatura a ofertas quando referem que “ajudam-nos a preencher os dados de candidatura” (Anexo I, Entrevista desempregada-Mulher, pág. 80).

Um outro benefício que os serviços trazem para os desempregados é o incentivo à procura de emprego, nomeadamente o apoio fornecido por uma das assistentes sociais quando um dos desempregados menciona que ela “tem-me incentivado a não desistir de procurar emprego” (Anexo I, Entrevista desempregado-Homem, pág. 77).

Um terceiro e último benefício mencionado pelos desempregados entrevistados foi a orientação que os técnicos lhes fornecem, um deles refere mesmo que o têm “(...) orientado para alguns trabalhos e sempre que surgem novas ofertas de formação ela avisa-me para saber se estou interessado” referindo-se à assistente social. (Anexo I, Entrevista desempregado-Homem, pág. 77).

Estas opiniões traduzem o resultado do trabalho do GIP, no apoio, no incentivo e na orientação aos desempregados. Estas contribuições são fundamentais num contexto de reinserção no mercado de trabalho, em fases não só de procura de primeiro emprego, mas também de procura de emprego, após um despedimento.

### **Melhorias/sugestões para as ofertas e serviços**

Relativamente aos aspetos que poderiam melhorar os serviços e/ ou as ofertas disponibilizadas pelo GIP, um deles seria o aumento do número de ofertas de emprego, pois um dos desempregados menciona que “(...) faltam mais ofertas de emprego” (Anexo I, Entrevista desempregado-Homem, pág. 77).

Uma outra sugestão de melhoria é apontada por um dos desempregados como a necessidade de existirem ofertas de emprego com limite de idade alargado para que pessoas mais velhas também tenham a possibilidade de as frequentar. Segundo a desempregada entrevistada é necessário “ofertas de emprego que não tenham tanto limite de idades. Agora as ofertas têm sempre nos requisitos o limite das idades e isso nem sempre é favorável para todas as pessoas. Para mim, por exemplo não é muito bom.” (Anexo I, Entrevista desempregada-Mulher, pág. 80).

Uma terceira sugestão apontada por um dos desempregados é “(...) por exemplo em ofertas de cursos em programas de computador” (Anexo I, Entrevista desempregada-Mulher, pág. 80). As aprendizagens em informática são mencionadas muitas vezes como necessárias para a construção do currículo.

Uma quarta e última sugestão mencionada pela candidata a um primeiro emprego é a hipótese de se fazer um inventário das áreas de formação e/ou interesse dos desempregados, o que vai possibilitar “(...) tentar aproveitar o que as pessoas já sabem fazer, que aprenderam através de estudos ou do trabalho.” (Anexo I, Entrevista- procura 1.º emprego, pág. 84).

Estas opiniões de quem usufrui dos serviços do GIP são fundamentais para que os serviços sejam melhorados tendo em conta as necessidades dos seus utilizadores. É através desta proximidade que o GIP alarga a sua intervenção, tornando-se protagonista na resposta social das necessidades da freguesia.

### **e) Visão da freguesia relativamente à importância do apoio e orientação dos desempregados**

Torna-se fundamental para esta investigação conhecer a opinião que o presidente da JFO e a coordenadora do GIP têm acerca da importância do incentivo e do desenvolvimento de estratégias educativas e formativas para a capacitação dos desempregados e consequentemente para o desenvolvimento local. É de certa forma crucial conhecer os objetivos que se pretendem alcançar com a criação dos serviços do GIP.

### **Desenvolvimento local**

O apoio a medidas de procura ativa de emprego como é a inscrição em ofertas, contribui segundo o presidente da JFO e a coordenadora do GIP para o desenvolvimento local. Segundo a coordenadora do GIP “(...) estas medidas permitem fixar a população e aproveitar os recursos”. Os recursos humanos ao serem capacitados e desenvolvidos são aproveitados e transformados “em fatores de competitividade” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág.75).

O desenvolvimento destas medidas permite e contribui ainda “para a diversificação e desenvolvimento de atividades económicas criadoras de riqueza e de emprego” (Entrevista coordenadora do GIP). Segundo o presidente da JFO “(...) é a criação de empregos e a necessidade de recrutar as pessoas para os postos de trabalho que contribuem para esse desenvolvimento local.” (Anexo I, Entrevista presidente da JFO, pág. 72).

### **Iniciativa “Técnicas de procura ativa de emprego”**

A iniciativa planeada e concretizada sobre técnicas de procura ativa de emprego teve também os seus contributos para os desempregados que a frequentaram. Segundo a coordenadora do GIP, que assistiu às duas sessões, as mesmas permitiram “apoiar os desempregados na sua preparação para a inserção no mercado de trabalho”, “apoiar a construção dos currículos de cada um” e esclarecer “(...) através de exemplos práticos aspetos relativos à forma de se preparem e comportarem numa entrevista” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74).

Na perspetiva da coordenadora, os desempregados sentiram-se “(...) melhor preparados para enfrentar a entrada no mercado de trabalho” (Anexo I, Entrevista coordenadora do GIP, pág. 74). Com estas opiniões, é possível verificar que a iniciativa foi de encontro aos propósitos do GIP, pois permitiu fornecer aos desempregados apoio

na construção de currículos, instrumentos essenciais de seleção dos candidatos a emprego; permitiu prepará-los para uma entrevista de emprego, momento em que se valorizam e distinguem dos outros candidatos, e esclarece-os em diversos aspetos relativos à preparação e entrada no mercado de trabalho.

## **2) A Criação de uma atividade de apoio à inserção profissional**

### **a) Apresentação da atividade**



**Figura 17.** Slide de apresentação das sessões

A atividade de apoio à inserção profissional desenvolveu-se em duas sessões de trabalho sobre técnicas e ferramentas úteis numa procura ativa de emprego, destinadas a desempregados da freguesia de Odivelas. Para a primeira sessão foram apresentados assuntos relacionados com as competências necessárias numa procura ativa de emprego e aspetos relativos à construção de um currículo e de uma carta de apresentação. Nesta sessão foi valorizada uma vertente prática na qual todos os participantes puderam esclarecer dúvidas referentes à construção do seu próprio currículo (Anexo I, nota de campo 23, pág. 53).



Na segunda sessão, abordou-se o modo de preparação e a atitude do entrevistado na procura de emprego. Para esta sessão foi apresentada uma situação de entrevista em vídeo, no qual se poderiam identificar atitudes e comportamentos a ter e a evitar. Esta dinâmica captou a atenção de todos os participantes por apresentar uma situação real na qual os mesmos se identificavam (Anexo I, nota de campo 25, pág. 59).

Para além da pesquisa e dinamização de algumas atividades temáticas foi também necessária a construção antecipada de materiais de divulgação, inscrição, de apresentação/informação e de análise/feedback da atividade.

Como forma de divulgar a iniciativa construí um cartaz que continha a informação dos conteúdos das sessões, das datas e também a necessidade de preenchimento de uma ficha com dados pessoais de forma a garantir a inscrição e também a caracterização dos inscritos, no que diz respeito ao género, nacionalidade, naturalidade e nível de escolaridade (Anexo I, nota de campo 18, pág. 40).

Para a apresentação dos conteúdos relativos às técnicas e ferramentas de procura ativa de emprego elaborei um powerpoint para cada uma das duas sessões com as informações que considerava que iam de encontro às necessidades de aprendizagem dos desempregados. Na sua elaboração tive ainda em conta organizar a informação de forma resumida e ao mesmo tempo que fosse apelativa para que captasse a atenção de todos os participantes para os conteúdos a serem transmitidos (Anexo I, nota de campo 20, pág. 46).

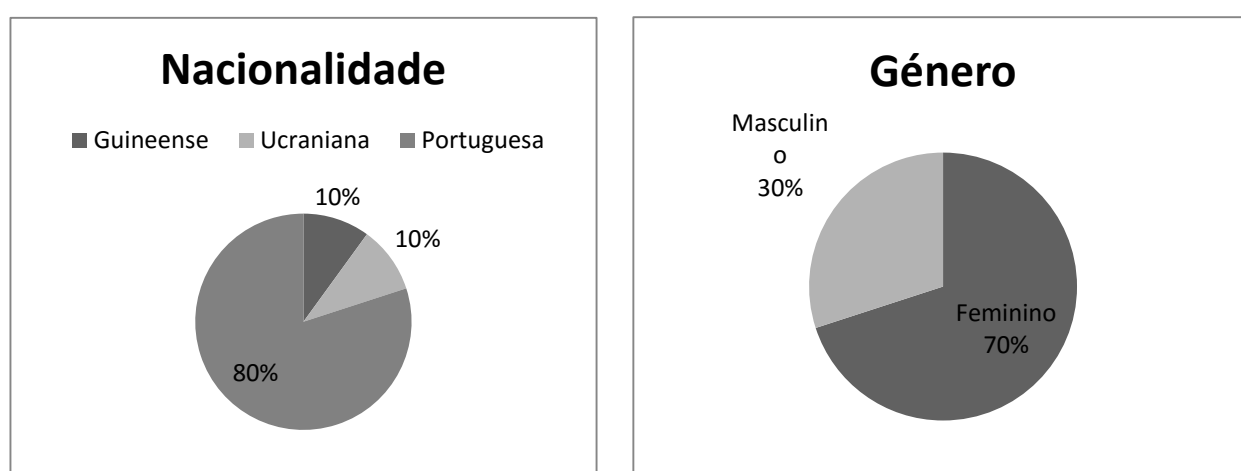
Os folhetos informativos ou flyers foram recomendados pela coordenadora do GIP com o intuito de serem um instrumento de consulta para quando os participantes das sessões se encontrassem em situações de entrevista ou necessitassem de alguma informação sobre a construção de um currículo ou carta de apresentação. A construção dos folhetos pressupôs o desenvolvimento da capacidade de síntese e organização, competências necessárias para que os mesmos cumprissem com os seus propósitos (Anexo I, nota de campo 24, pág. 56).

Para a recolha de perceções acerca das sessões decidi construir um questionário a aplicar aos participantes no final de cada sessão. Este instrumento foi construído em colaboração com a estagiária de educação social e teve como categorias de avaliação as temáticas abordadas, as dinâmicas, a comunicação, a duração, a importância e a

correspondência das expetativas pessoais. Acrescentámos ainda no questionário uma parte relativa a comentários e outra relativa a sugestões de temáticas de interesse e necessidade pessoal (Anexo I, nota de campo 21, pág. 48). Tanto os dados recolhidos das fichas de inscrição como os dos questionários encontram-se analisados em gráficos.

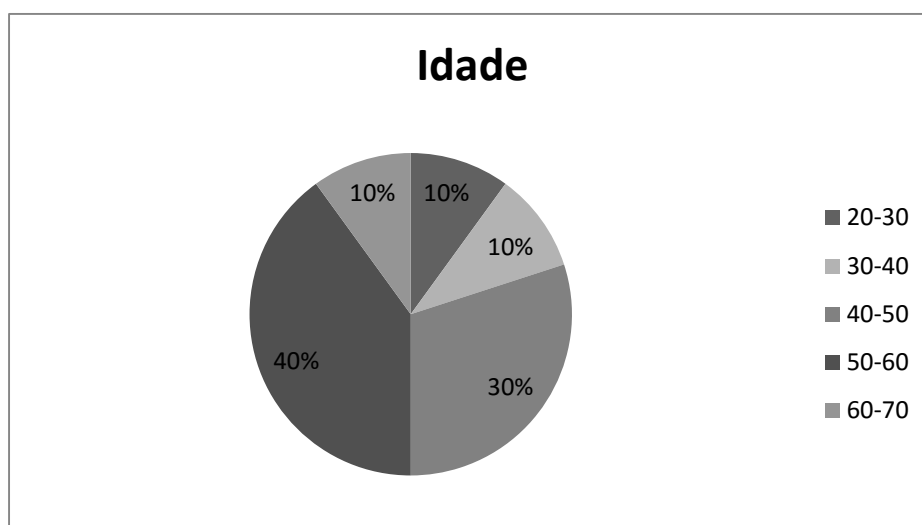
## Participantes

A atividade contou com dez participantes de diferentes nacionalidades e género, conforme consta nos gráficos seguintes:



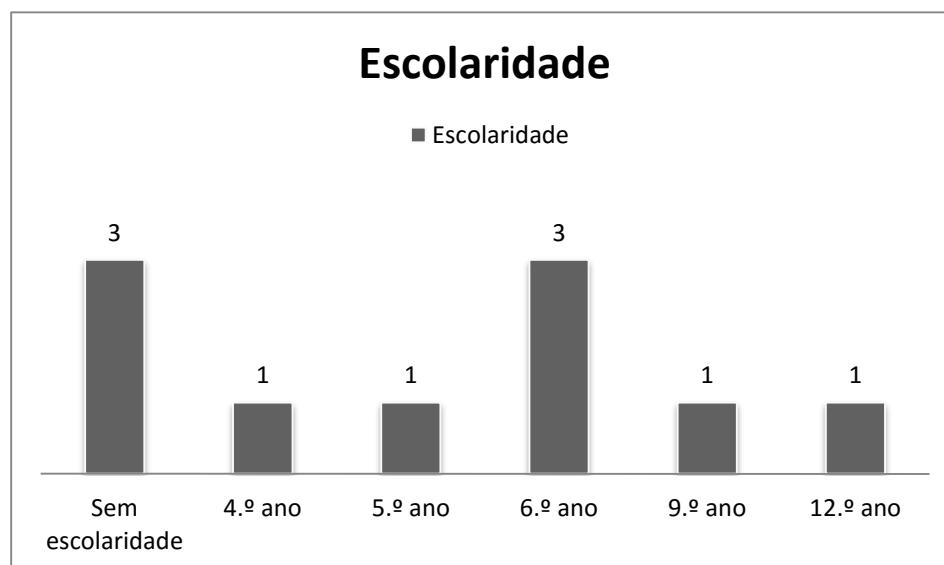
**Gráfico 1 e 2.** Nacionalidade e género dos participantes das sessões

Relativamente às suas idades, as mesmas recaiam mais sobre a faixa etária dos 50-60 anos (4 participantes), seguindo-se a faixa etária entre os 40-50 anos (3 participantes) e as faixas etárias do 60-70 (1 participante), dos 30-40 (1 participante) e dos 20-30 (1 participante).



**Gráfico 3.** Idade dos participantes das sessões

No que se refere à escolaridade dos participantes, a mesma distribui-se entre o 4.º (1 participante), o 5.º (1 participante), o 6.º (3 participantes), o 9.º (1 participante) e o 12.º ano (1 participante). Existindo ainda alguns participantes sem qualquer tipo de escolaridade (3 participantes).



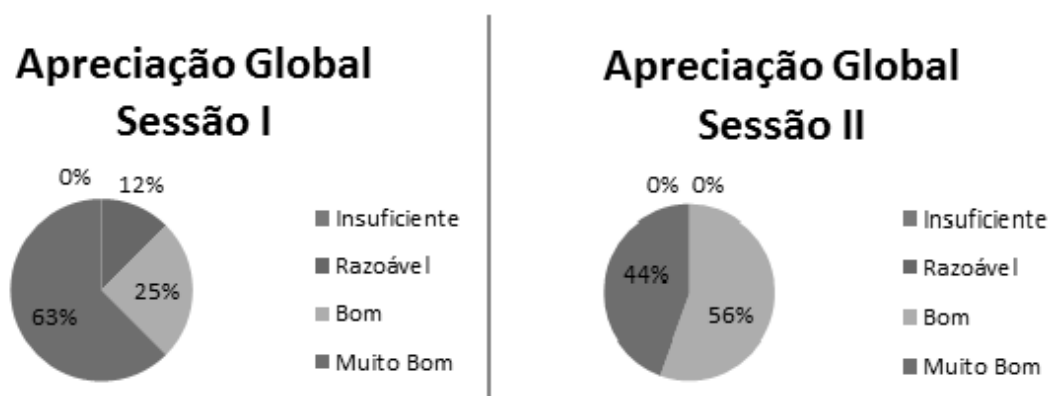
**Gráfico 4.** Escolaridade dos participantes das sessões

## b) Perceções acerca da atividade

Através dos questionários aplicados aos participantes das sessões de trabalho, foi possível recolher as suas opiniões acerca das mesmas, nomeadamente no que se refere às temáticas, à dinâmica, à comunicação, à duração, à apreciação global, à importância das sessões, em função das expectativas iniciais. Neste contexto, optámos por apresentar a apreciação global atribuída a cada uma das duas sessões e a importância e o cumprimento de expectativas em cada sessão.

### Apreciação global das sessões

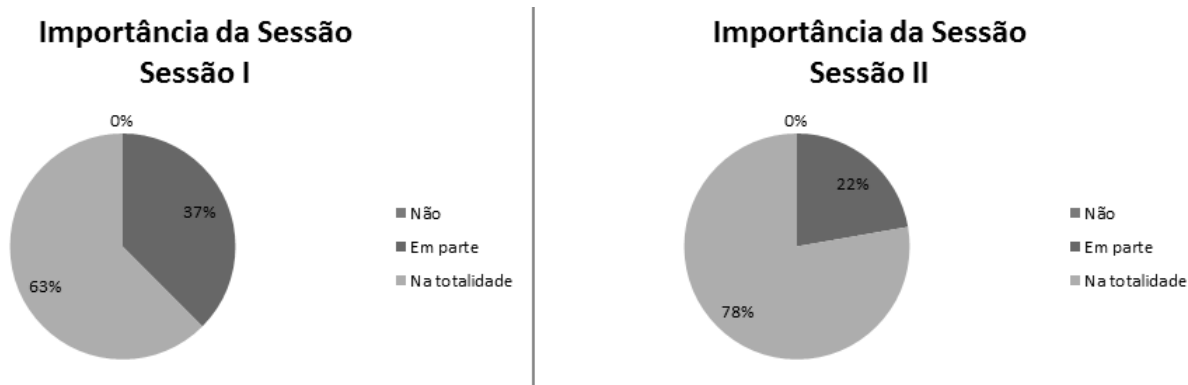
Para a primeira sessão a maioria dos participantes avaliou a mesma com “Muito Bom”, seguindo-se a classificação de “Bom” e a minoria dos participantes avaliou com “Razoável”. Já a segunda sessão foi avaliada apenas com “Muito Bom” e “Bom”, em que a maioria dos participantes avaliou com “Bom”. Constatamos assim, que na primeira sessão houve um maior número de participantes a avaliar com “Muito Bom”; o mesmo não acontecendo com a segunda sessão.



**Gráfico 5.** Comparação da apreciação global das duas sessões

### Importância da sessão

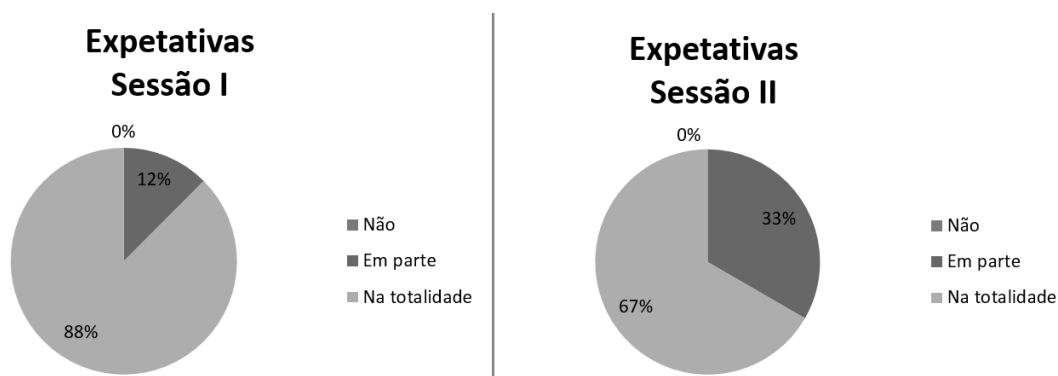
Em ambas as sessões a avaliação dos participantes relativamente à sua importância distribuiu-se por importante “na totalidade” e importante “em parte”. No entanto, uma maior percentagem de participantes considerou a segunda sessão de maior importância, visto 78% dos participantes ter avaliado como importante “na totalidade” enquanto que na primeira sessão a mesma avaliação foi feita por apenas 63% dos participantes.



**Gráfico 6.** Comparação da importância das duas sessões

### Expetativas das sessões

Em termos comparativos e tendo em conta as expetativas iniciais dos participantes em ambas as sessões, percebemos que os níveis de satisfação dos mesmos.



**Gráfico 7.** Comparação da correspondência das expetativas nas duas sessões

### Sugestões em relação às sessões

Quando pedidas sugestões de temáticas/assuntos a abordar, alguns dos participantes mencionaram a importância em investir “(...) na parte da informática, pois há muitas pessoas que desconhecem os métodos da internet para a procura de emprego” e em “entrevistar as pessoas dentro da formação a ver como se saíam” (Anexo II, Questionários das sessões, pág. 90).

Um dos participantes menciona até que “(...) seria bom haver seguimento por parte do Gabinete ou da Junta destas sessões, que nos ajudassem a ter ferramentas para arranjar emprego”, o que evidenciou a utilidades das sessões apresentadas (Anexo II, Questionários das sessões, pág. 90).

Este projeto de investigação permite fazer um balanço da importância dada pela JFO à dimensão educadora e formadora da cidade com base num percurso investigativo e profissional de uma técnica superior de educação a estagiar numa autarquia local.

O funcionamento do GIP na JFO vem mostrar uma forma de como a intervenção no campo educativo e formativo pode colmatar algumas necessidades sociais no que diz respeito à empregabilidade dos cidadãos. Desta maneira, a intervenção na não-competência de educação e formação ao longo da vida interliga o trabalho da ação social com o trabalho no campo educativo/formativo. As técnicas de ação social são assim responsáveis por fazer corresponder os perfis e competências de cada desempregado às suas necessidades formativas encaminhando-os para as ofertas disponíveis. A JFO intervém essencialmente no estabelecimento de parcerias com empresas que fornecem ações de formação e que tenham em conta vertente prática da formação.

A atividade criada sobre técnicas e ferramentas de procura ativa de emprego teve como objetivo principal preparar os desempregados para a reinserção profissional ao fornecer conhecimentos relativos a comportamentos a adotar na preparação e durante a entrevista de emprego e competências no que diz respeito à elaboração do currículo e da carta de apresentação. Segundo a opinião dos desempregos inscritos, apesar da primeira sessão ter correspondido mais às suas expectativas, a segunda sessão foi considerada de maior importância e interesse, o que demonstra que a segunda sessão foi mais eficaz na transmissão dos conteúdos. Os desempregados sugeriam ainda a realização de formações nas quais adquirissem competências requeridas por empregadores como é o caso de competências informáticas.

As conclusões do projeto evidenciam áreas de intervenção de uma junta que abrangem campos de atuação de não competências, como é a educação e formação ao longo da vida. Para uma técnica superior de educação as suas funções numa autarquia local podem ir para além do campo educativo/formativo como foi o meu desempenho enquanto estagiária na área social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a vertente de estágio existiu a possibilidade de através da observação e da participação e apoio em atividades, conhecer a intervenção e prioridades da JFO em termos educativos e formativos. O campo educativo e formativo é reconhecido como fundamental na resposta a necessidades sociais da população, nomeadamente no apoio e orientação dos desempregados, tendo em vista a sua reinserção profissional. Sendo Odivelas uma cidade educadora, a educação e a formação são entendidas como essenciais para o progresso social do município, daí o investimento no desenvolvimento, através de formações e estágios, das competências profissionais da população.

A possibilidade que tive de através da proximidade com o contexto e com os intervenientes vivenciar a importância que é dada por uma junta à empregabilidade da população, foi bastante enriquecedora. Enquanto técnica superior de educação constatei que a área educativa pode ser encontrada em diversos campos de atuação, no caso específico através da intervenção no campo social. Verifiquei que as funções de uma técnica superior de educação numa junta de freguesia podem ser as mais variadas. Durante o período de estágio contribuí também com conhecimentos adquiridos durante a formação em Ciências da Educação, nomeadamente para a construção da atividade dinamizada.

No que diz respeito ao cumprimento das três linhas orientadoras propostas inicialmente para o estágio curricular, considero ter cumprido com a sua realização.

Para a primeira linha - *Conhecer as características e as modalidades de funcionamento de uma organização que atua na promoção da empregabilidade – GIP* – foi possível observar e acompanhar o funcionamento das tarefas diárias de um gabinete que apoia e acompanha os desempregados no seu processo de reinserção profissional.

Para a segunda linha - *Experienciar funções enquanto técnica superior de educação, através de atividades desenvolvidas numa junta de freguesia* – tive a oportunidade de para além de apoiar as tarefas desenvolvidas no atendimento da população desempregada, puder ainda participar numa área não muito explorada por uma técnica superior de educação, que é a área social.

Para a terceira e última linha - *Desenvolver um projeto de investigação que esteja de acordo com a experiência vivenciada ao longo do estágio* – planeei e apresentei uma atividade de apoio à reinserção profissional dos desempregados, uma atividade que vai de encontro aos propósitos do GIP. Este projeto permitiu contribuir com uma iniciativa útil para o desenvolvimento de competências nos desempregados de procura ativa de emprego.

Esta investigação permitiu-me conhecer a intervenção de uma junta empenhada em responder às necessidades de empregabilidade da sua população por meio de estratégias de desenvolvimento de parcerias e cooperações com várias entidades que fornecem ações educativas e formativas em espaços fornecidos pela própria junta.

Considero que o facto da minha área de formação ser diferente da das técnicas de ação social foi uma mais-valia para o Gabinete, pois pude mostrar um olhar diferente enquanto técnica superior de educação. Desta forma, tive a possibilidade de adquirir competências no que diz respeito à versatilidade na realização de diferentes tarefas, ao trabalho colaborativo e em equipa e à maior autonomia e espírito crítico. Tive ainda a oportunidade de aplicar na prática profissional conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico e profissional de licenciatura e mestrado em ciências da educação.

No que diz respeito à intervenção da JFO, considero que a promoção para a empregabilidade deve começar nas escolas através de palestras que informem os alunos de diferentes percursos profissionais que podem ser adotados, para que seja dado a opção por cursos profissionais, nos quais desenvolvam competências que possibilitem o interesse em certos conteúdos curriculares e assim sejam reduzidas as taxas de abandono escolar. Já no que diz respeito à intervenção da JFO junto das populações penso que seria uma mais-valia para o gabinete que as técnicas de ação social dessem utilidade aos materiais por mim contruídos, de forma a que as sessões continuem a ser realizadas, sejam elas acerca de técnicas e formas de procura ativa de emprego ou sobre conteúdos necessários e/ou do interesse da população, como é o caso evidenciado da necessidade do desenvolvimento de competências informáticas.

Finalmente, realço ainda que a realização de atividades durante o estágio curricular dentro da área da ação social mostrou o campo de atuação alargado no qual uma técnica superior de educação pode intervir. Esta experiência de estágio na Junta de Freguesia de Odivelas, uma autarquia local que se empenha por transmitir enquanto cidade educadora a sua missão de educação e formação ao longo da vida, permitiu aplicar conhecimentos



adquiridos na formação académica e transpô-los para a realidade profissional de intervenção de uma junta de freguesia na educação e formação dos seus cidadãos. Ao estagiar numa junta de freguesia tive ainda a possibilidade de estar em contato direto com os cidadãos e desta forma desenvolver competências de administração local da educação com base em tarefas de caracterização e avaliação necessidades, competências que desenvolvi e que me enriqueceram enquanto profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, N. (2003). A regulação da educação na Europa: do Estado Educador ao controlo social da Escola Pública. In João Barroso (Org.). *A Regulação Pública: Regulação Desregulação Privatização* Lisboa: Edições Asa, pp 49 a 79.
- Afonso, N. (2004). A Globalização, o Estado e a Escola Pública. In *Administração Educacional*, 4: 33-42.
- Afonso, N. (2008). *Elementos de Política da Educação*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Afonso, N. (2014). *Investigação Naturalista em Educação – um guia prático e crítico*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Andrade, D. (2010). *Políticas de Parceria Local para o desenvolvimento da Cidade Educadora: O Caso do Município de Almada*. Relatório de Estágio de mestrado. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Barroso, J. & Pinhal, J. (1996). *A administração da educação: caminhos da descentralização*. Edições: Colibri.
- Barroso, J. (1996a). O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In J. Barroso (Org.), *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, pp. 167-189.
- Barroso, J. (1996b). *Autonomia e gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Barroso, J. (1999). *A escola entre o local e o global. Perspectivas para o século XXI. O caso de Portugal*. Lisboa: Educa – Fórum Português de Administração Educacional.
- Barroso, J. (2003). *A Escola Pública: regulação, desregulação, privatização*. Lisboa: Edições ASA.
- Barroso, J. (2005) *Políticas de Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.

Andreia Santos, *A intervenção educativa e formativa de uma junta de freguesia: o caso da Junta de Freguesia de Odivelas*, IEUL, 2015

Barroso, J. (2006). A Investigação sobre a regulação das políticas públicas de educação em Portugal. In J. Barroso (Org.). *A Regulação das Políticas de Educação: Espaços, dinâmicas e atores* (pp. 11-39). Lisboa: Educa.

Barroso, J. (2013). A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. In: *Educação, Temas e Problemas. A escola em análise: olhares sociopolíticos e organizacionais*, 6 (12-13): 13-26. Disponível em: <http://www.ciep.uevora.pt/revista/completa/RevistaEDUCACAO.pdf>

Bodião, C. (2007). *A Regulação Local da Educação: Os Conselhos Municipais de Educação na Definição de Políticas Educativas Locais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Boura, C. (2015). *A intervenção autárquica na regulação local do ensino profissional: o caso da Autarquia de Cascais*. Relatório de Estágio de mestrado. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Bogdan, R. e Biklen, S. (1999). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Caballo, M. B. (2001). *A cidade educadora: nova perspetiva de organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

Canário, M. (1999). *Construir o projeto educativo local: relato de uma experiência*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Disponível em: <http://area.dgidec.min-edu.pt/inovbasic/biblioteca/ccoge10/index.htm>

Canário, R. (2000). *Formação profissional: problemas e perspetivas de futuro*. Braga: Unidade de Educação de Adultos.

Canário, R. (2003). *Formação e situações de Trabalho*. Porto: Porto Editora.

Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In CNE. *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação* (pp. 207-267). Lisboa: Conselho Nacional de educação.

Cruz, C. (2012). *Conselhos municipais de educação: política educativa e ação pública*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Estela & Afonso (2009). Os Instrumentos de regulação baseados no conhecimento: o caso do Programme for International Student Assessment (PISA). In *Educação Social*, Campinas, vol. 30, n.109, p.1037-1055.

Fernandes, A. (2000). Municípios e escolas: normativização e contratualização da política educativa local. In J. Machado, J. Formosinho e A. S. Fernandes (orgs). *Autonomia, contratualização e município*. Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas.

Fernandes, A. (2005). Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. In J. Formosinho et Al. *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 193-221). Porto: Edições ASA.

Ferreira, F. (2005). *O Local em Educação- Animação, Gestão e Parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Formosinho, J., Fernandes A. S. , Machado, J. & Ferreira, F. I.. (2005). *Administração da Educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: ASA.

Machado, J. (2005). Cidade educadora e coordenação local da educação. In Formosinho, J.; Fernandes A. S.; Machado, J.; Ferreira, F. I. . *Administração da Educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: ASA, pp 225 a 264.

Marreiros, R. (2014). *Educadores de Adultos – Mudar para Educar e Educar para Mudar*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Mendes, S. (2011). *A Educação na Freguesia: O caso da Junta de Freguesia de Carnide*. Relatório de Estágio de mestrado. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Pinhal, J. (2003). *Os Municípios e a Descentralização educacional*. Atualização da comunicação apresentada no I Congresso do Fórum Português de Administração Educacional em 1997. (Documento Policopiado).

Pinhal, J. (2004). O Território educativo e as Comunidades Locais. In *A educação, o desporto e o desenvolvimento regional*. Atas de seminário organizado pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, e realizado em Vendas Novas em 11 e 12 de novembro de 2004.

Andreia Santos, *A intervenção educativa e formativa de uma junta de freguesia: o caso da Junta de Freguesia de Odivelas*, IEUL, 2015

Pinhal, J. (2005). Os Municípios e a Provisão Pública da Educação. In Costa, J.A., Mendes, A.N., Ventura, A., (Org.). *Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Pinhal, J. (2006). A Intervenção do Município na regulação local da educação. In J. Barroso (Org.), *A Regulação das Políticas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Atores* (pp 99 a 127). Lisboa: Educa.

Pinhal, J. (2012). *Os municípios portugueses e a educação –treze anos de intervenções (1991-2003)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Pinto, F. C. (2004). *Cidadania, sistema educativo e cidade educadora*. Lisboa: Instituto Piaget.

Ramalhete, S. (2014). *A Construção do Sistema Educativo Local e a Intervenção da Autarquia*. Relatório de Estágio de mestrado. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Santos, L. (2009). *O Projeto Educativo Local numa “Cidade Educadora”: dos princípios às práticas*. Dissertação de mestrado. Aveiro: Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro.

Stake, R. (2007). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tristão, E. (2009). *As Políticas Educativas Municipais. Estudo Extensivo nos Municípios da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

#### **Legislação consultada e referenciada:**

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, primeira alteração à lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

Andreia Santos, *A intervenção educativa e formativa de uma junta de freguesia: o caso da Junta de Freguesia de Odivelas*, IEUL, 2015

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais e estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais

### **Páginas Web:**

Site da Junta de Freguesia de Odivelas. Disponível em:

<http://www.jf-odivelas.pt/>

Site da Câmara Municipal de Odivelas. Disponível em:

<http://www.cm-odivelas.pt/>

Site do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Disponível em:

<https://www.iefp.pt/en/>

### **Outros Documentos:**

Carta das Cidades Educadoras. Disponível em:

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/educacao/lisboa-cidade-educadora>

Carta Educativa do Município de Odivelas. Disponível em:

[http://www.cmodivelas.pt/anexos/areas\\_intervencao/educacao/documentos/Carta%20Educativa%20\(2012\)%20Vol%20I%20Diagn%C3%B3stico%20e%20Reordenamento%20da%20Rede%20Educativa.pdf](http://www.cmodivelas.pt/anexos/areas_intervencao/educacao/documentos/Carta%20Educativa%20(2012)%20Vol%20I%20Diagn%C3%B3stico%20e%20Reordenamento%20da%20Rede%20Educativa.pdf)

Carta Europeia de Autonomia Local. Disponível em:

[http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy\\_of\\_anexos/carta-europeia-de3019/](http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/carta-europeia-de3019/)

Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida. Disponível em:

<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000033001-000034000/000033814.pdf>

Constituição da República Portuguesa. Disponível em:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Linhas de orientação estratégica para o Concelho de Odivelas. Disponível em:

[http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/linhas\\_orientacao\\_estrategica.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/linhas_orientacao_estrategica.pdf)

Andreia Santos, *A intervenção educativa e formativa de uma junta de freguesia: o caso da Junta de Freguesia de Odivelas*, IEUL, 2015

Historial Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Disponível em:

<http://www.apgeo.pt/files/docs/Newsle1tter/HistorialRedTterritorialPortuguesaIII.pdf>